

AVISO AO LEITOR

Esta dissertação de mestrado foi concebida como livro-obra, possibilitando diversas formas de leitura e apostando na autonomia de cada leitor em construir o próprio percurso. Entretanto, para fins de divulgação na internet, foi necessário integrá-la a apenas um arquivo em formato pdf.

Em busca da manutenção da coerência e espírito da presente pesquisa, é possível relacionar-se com seu conteúdo no link desespetaculo.wordpress.com , como um convite à leituras não-lineares e à elaboração de imprevisíveis relações entre os platôs apresentados.

O livro-obra original encontra-se disponível para a consulta na Biblioteca do Instituto de Artes da Unesp.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
—JÚLIO DE MESQUITA FILHO—

Instituto de Artes

Programa de Pós-Graduação em Artes

**INTERVENÇÃO URBANA: POSSÍVEIS DESCONSTRUÇÕES DO ESPETÁCULO
COTIDIANO**

JOGOS, DERIVAS E ANDARILHAGENS

Diogo Sérvulo da Cunha Vieira Rios

São Paulo
2015

Diogo Sérvulo da Cunha Vieira Rios

**INTERVENÇÃO URBANA: POSSÍVEIS DESCONSTRUÇÕES DO ESPETÁCULO
COTIDIANO**

JOGOS, DERIVAS E ANDARILHAGENS

Dissertação submetida à UNESP, como requisito parcial exigido pelo Programa de Pós-Graduação em Artes, Área de concentração: Arte Educação, Linha de pesquisa: Processos artísticos, experiências educacionais e mediação cultural, para a obtenção do título de Mestre em Artes.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carmina Mendes
André

São Paulo
2015

Diogo Sérvulo da Cunha Vieira Rios

**INTERVENÇÃO URBANA: POSSÍVEIS DESCONSTRUÇÕES DO ESPETÁCULO
COTIDIANO
JOGOS, DERIVAS E ANDARILHAGENS**

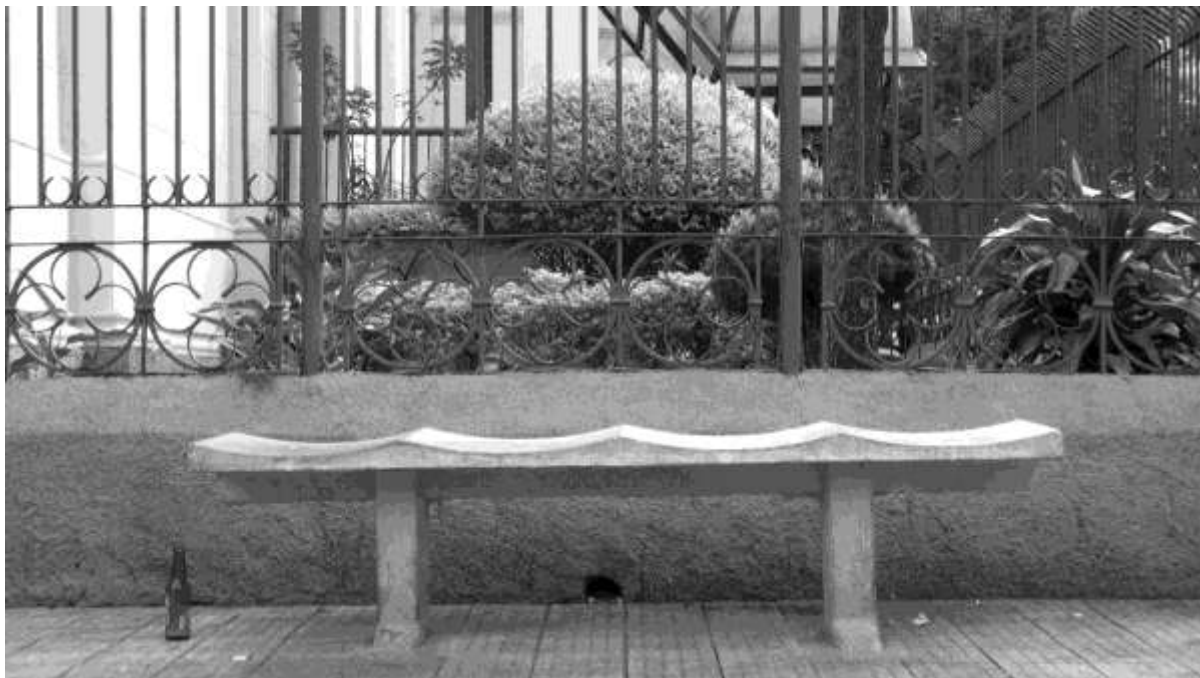
Dissertação submetida à UNESP, como requisito parcial exigido pelo Programa de Pós-Graduação em Artes. Área de concentração: Arte Educação. Linha de pesquisa: Processos artísticos, experiências educacionais e mediação cultural. Sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Carminda Mendes André, para a obtenção do título de Mestre em Artes.

Banca examinadora

Profa. Dra. CARMINDA MENDES ANDRE
Universidade Estadual Paulista / Instituto de Artes – UNESP

Prof. Dr. CELSO FERNANDO FAVARETTO
Universidade de São Paulo - USP

Prof. Dr. LUCIO JOSÉ DE SÁ LEITÃO AGRA
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP



Coletivo Mapa Xilográfico. Arquitetura da exclusão: Banco anti morador de rua. Santa Cecília, São Paulo, SP. Outubro de 2011

Ao inesquecível Marco, que me apresentou a ética e amor com simples sorrisos.

À Maria Eugênia, pela existência e tanto carinho.

À Milene, esse encontro encantador e potente, companheira de vida arte, nas divagações, criações e inacabamentos, para além de qualquer palavra eleita. Em troca, olhares em melhora, risada sem demora, seguimos, em delicadeza, em amor.

Ao Francisco, que nos deixou antes de presenciar esse trabalho concluído, mas que está presente na realização dele.

Ao Valter Giovedi, irmão encontrado nessa vida, que me ensina em seus passos lentos, a cada diálogo, olhar e escuta o exercício de uma educação libertadora. Dobramos o espaço, mesmo distantes, tecemos um mesmo horizonte.

À Tina Galvão, seus abraços não serão esquecidos.

Agradecimentos

À Carmina Mendes André por tantas parcerias, intervenções, (des)orientações, ensinamentos, carinho e amizade. Muito obrigado.

Aos professores Celso Favaretto e Lúcio Agra, pela generosidade com que acolheram meu projeto e pelos preciosos apontamentos no exame de qualificação. Muito obrigado.

Às professoras Rejane Coutinho e Rita Luciana Bredariolli, pela abertura e troca de saberes ao longo das aulas do programa.

Ao departamento de Pós-Graduação do Instituto de Arte da Unesp, sempre parceiros no trajeto.

Daniela Hernandez, pela amizade, atenção de sempre e traduções.

Milene Valentir e Tábata Costa, cúmplices de uma vida poetizada em busca das brechas e das contra-molas no Mapa Xilográfico. Obrigado por tantas criações e invenções lado a lado.

À minha família Maria Eugênia, Marco Aurélio, Adalberto, Rodrigo, Lita e Francisco, corporificados ou não, sempre presentes em meus passos e naquilo que estou.

À Ida, Alderez, Ideli, Márcio e Priscila pelo carinho e apoio de sempre.

Aos pequeninos gigantes afilhados Malawa e Rosa Lia, às sobrinhas Marina e Helena, além de João Pedro, Isadora, João e Yara, por tantos ensinamentos em forma de brincadeira.

Aos queridos amigos e amigas Lia Aleixo, Clarissa Suzuki, Cadu Souza, Valter Giovedi, Alessandra Gerez e Guiomar Alves Ferreira, companheiros na inquietude de um outro habitar.

Ao amigo Rodrigo Rios, por acaso irmão, pelo carinho e tantas caminhadas de mãos dadas em labirintos dessa vida.

Aos queridos amigos e amigas Ellen Caixeta, Alan Livan, Rafael Covre, Bel Mesquita, Juan Pablo Ferrero, Tati Burg, Renato Ratti, Leonor Solano, Camila Massaro, Maurício Foganholo, Marcelo Giraldi, Fabiana Cortizo, Verônica Borges e Maicon Heise, pelas resistências e infindáveis conversas sobre a existência.

Ao Caio Lazaneo, esse encontro entre irmãos pela vida, e Tatiana Zacariotti, pela confiança e companheirismo, ao abrir tantos guarda-chuvas sobre nossas cabeças.

Aos amigos parceiros de caminhadas xilográficas Marília Amorim, Jorge Peloso, Alícia Peres, Ângelo Flores, Dani Donasci, Daniel Carezzato, Rosana Cognolato, Natália Obeid, Gabriel Fernandes, Daniel Tomita, Sandra Leibovici, Regina Marques, Leonilda Reis, Antônio Camargo, Marco Antônio Valero, Wanderlei Monteiro, Lia Santos, Joel Porto, Jacinto M. de Oliveira, Clementino Maria, Adriana Fortes, Tina Galvão, Hermes de Sousa, Francisco F. de Souza Filho e Maria Zélia Andrade que representam aqui tantos resistentes espalhados pela cidade.

Ao Coletivo Território B - Bruna Amado, Luciano Carvalho, Danilo Minharro, Magê Blanques – Rafaela Carneiro, Daniela Giampietro, Mirrah Gonçalves e Gabriel Marcondes por tanta amizade, cumplicidade e sintonia em nossas poetizações.

Ao Bloco Fluvial do Peixe Seco batucando por outra cidade, ~~re~~-banhada” por seus rios e construída por sua gente.

As inspirações e resistências dos integrantes do Comitê Popular da Copa de São Paulo.

Aos professores e professoras que me alfabetizaram e abriram brechas nas estruturas até o ensino médio, representados aqui por Roberto Candelori e Marco Vinicius Portella.

Aqueles que ao longo dos anos dividiram ao meu lado a tarefa de transformar a sala de aula em espaço de conhecimento livre: Ana Maria Hernandez, Daniela Hernandez, Dante Felgueiras, Bassim Mounssef Jr, Paulo Maia, Eduardo Perez, Larissa Laurelli, Mafê Spínola, Natália Yukie, Livia Figueira, Thais Bessa, Thais Balazs, Eric Luchini e Gabriela Rocha, amigos e amigas que representam aqui os estudantes – como todos somos - que tanto me ensinaram nessa caminhada.

Aos moradores da Vila Itororó, representados aqui por Antônio Cândido, pois a história é aberta e inconclusa, desde que não esqueçamos.

Ao Jair Rubens Moraes, companheiro que já nos deixou, mas que plantou coisas lindas por aqui.

Resumo

As propostas de intervenção urbana apontam possibilidades de reinvenção poética dos espaços das cidades, integrando arte e vida e promovendo encontros, jogos, exercícios éticos e experiências de alteridade que desequilibram o cotidiano ordenado, planejado, produtivo e vigiado das cidades globais espetaculares. Através de narrativas de experiências intervencionistas, em sua maioria, vivenciadas como integrante do Coletivo Mapa Xilográfico, a pesquisa objetivou aproximar-se das práticas de intervenções a partir dos enfrentamentos gerados pela disputa simbólica no urbano, bem como nos desdobramentos espaciais, temporais, subjetivos e memoriais das rupturas produzidas. Inspirado em exercícios de derivas, o trabalho foi concebido de forma não linear, possibilitando caminhos diversos de leitura, em busca de fomentar conexões autônomas entre narrativas e conceitos.

Palavras-chave: Intervenção Urbana; Singularização; Cidade Espetáculo; Experiência; Memória; Heterotopia; Instantaneidade.

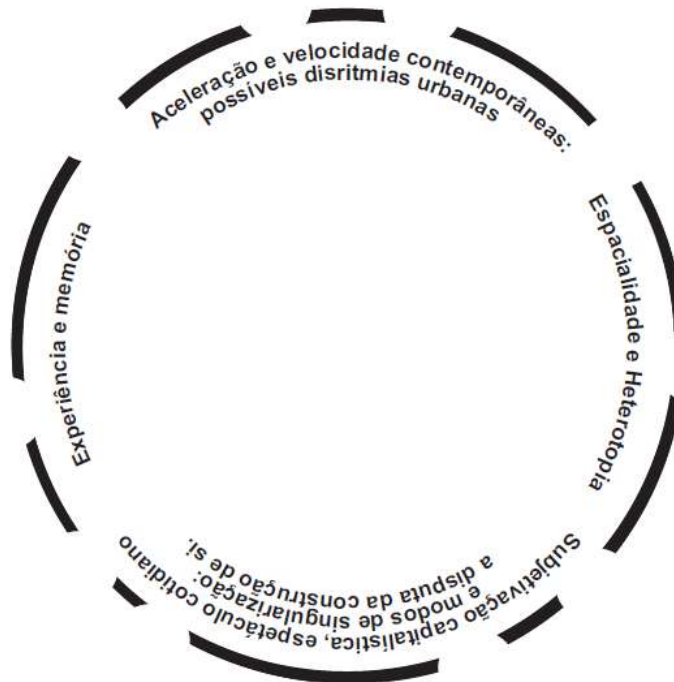
Resumen

Las propuestas de intervención urbana apuntan posibilidades de reinención poética de los espacios de las ciudades, integrando arte y vida y promoviendo encuentros, juegos, ejercicios éticos y experiencias de alteridad que desequilibran el cotidiano ordenado, planeado, productivo y vigilado de las ciudades globales espectaculares. A través de narrativas de experiencias intervencionistas, en su mayoría, vivenciadas como integrante del "Coletivo Mapa Xilográfico", la investigación tuvo como objetivo aproximarse de las prácticas de intervenciones a partir de los enfrentamientos generados por la disputa simbólica en las zonas urbanas urbanas, así como en los despliegues espaciales, temporales, subjetivos y memoriales de las rupturas producidas. Inspirado en ejercicios de derivas, el trabajo fue concebido de forma no lineal, posibilitando diversos caminos de lectura, buscando fomentar conexiones autónomas entre narrativas y conceptos.

Palabras-clave: Intervención Urbana; Singularidad; Ciudad Espectáculo; Experiencia; Memória; Heterotopía; Instantaneidad

Sumário

Introdução	pág. 12
• O Mapa Xilográfico	pág. 15
• Intervenção Urbana: rupturas e insurgências cotidianas	pág. 31
• Dois convites	pág. 44
Bibliografia	pág. 48



Introdução

O interesse pela intervenção urbana em minhas pesquisas foi fruto de uma busca por espaços de diluição entre a prática cotidiana e o fazer artístico, em outras palavras, formas harmônicas de integração entre arte e vida.

A princípio encontrava-me como educador de ciências humanas lecionando em escolas formais, em busca de ações interdisciplinares e transdisciplinares, uma vez que sentia-me cerceado pela estrutura curricular de qualquer instituição escolarizante. Foram projetos, aulas fora das salas, criação de grupos de estudo, núcleo de ação social – em uma tentativa de relacionar o conhecimento à uma prática social transformadora -, grupos de teatro, enfim, tentativas de outros espaços capazes de produzir processos de conhecimento autônomos.

Ao longo de dez anos, lecionando em uma mesma escola – de 1998 a 2007 – sinto que participei de um jogo de construção de brechas, em que cada movimento era seguido por alguma forma de vigilância ou interrupção. Eram formas de intervenções que, com o passar dos anos e diante de tantos enfrentamentos, ficaram gradativamente mais vigorosas e experientes. E claro, não eram jogos solitários, mas em relação de co-criação com outros professores e estudantes que questionavam as arquiteturas escolares e que buscavam outro fazer educativo.

Aos poucos, a separação entre instituição escolar e sociedade gerou uma necessidade de religação: era urgente ligar escola e rua, oxigenar o sentido de

conhecer e buscar uma aproximação entre teoria e prática, uma como momento da outra, em retroalimentação.

Começaram então as propostas de saídas pela cidade, em especial com o Grupo de Teatro Desencontro que coordenava como atividade extracurricular na escola. Ações de teatro de rua foram experimentadas, exercitando o espaço público ao lado dos estudantes. Quebras no cotidiano da escola, com propostas de criação de intervenções que extrapolavam os espaços condicionados à aula.

Neste contexto, os limites impostos pela instituição e a liberdade criativa e educativa vivenciada pelas ruas indicaram o caminho a ser seguido: a cidade como campo de produção de conhecimento, de vivência corporal que constrói lugares e promove encontros. Atingia o limite da escola e esparramava o desejo de rua.

As ações de intervenção integravam diversas buscas: conhecimento significativo, integração arte e vida, desalienação da vida na cidade, fluidez poética no cotidiano, reconhecimento de alteridade no espaço urbano, exercícios de co-educação, práticas autônomas de conhecer, enfim, um guarda-chuva de afirmação de uma vida aberta aos encontros, criativa e politicamente aguçada.

Crescia a vontade de colocar-se em risco e permeável aos acontecimentos, sem a pretensão de levar discursos prontos ao espaço público, ao contrário, lançar provocações poéticas, apostando na pluralidade interpretativa dos transeuntes – para além da ideia de representação – em busca de vivências e relações de troca.

Em 2006, em um contexto de esgotamento corporal e mental, a ruptura com a estrutura da escola formal era inevitável. Nascia o desejo de afirmar outras formas

de produção de conhecimento e de relações permeadas pelo fazer artístico.

Em um primeiro momento, aproximei-me de coletivos de arte e intervenção urbana e integrei o Grupo Alerta!¹, nascido como desdobramento do NAP - Núcleo de Artes Pitorescas, projeto de extensão vinculado ao Instituto de Artes da UNESP. O Alerta! buscava processos criativos horizontais para promover rupturas e jogos carregados de ironia no cotidiano urbano. Vivenciar e estar ao lado de pessoas que buscavam o mesmo exercício de integrar estética, poética e ética pela cidade foi um encontro fundamental em meu sentido de vida, circunstância que mantenho viva até os dias atuais, e que essa pesquisa faz parte.

No mesmo ano, nascia o Coletivo Mapa Xilográfico, fruto da integração de desejos de interferência na cidade e a busca de fomentar ações pontuais de ruptura e, também, experiências processuais de fazer artístico a lado dos praticantes de um lugar.

¹ Grupo Alerta!, (2003 – 2007), coletivo de intervenção urbana, criado em 2003 como projeto de extensão do Instituto de Artes da Unesp. Integrei o coletivo nos anos de 2006 e 2007, ao lado de Álvaro Cuba, Carminda Mendes André, Denise Pereira Rachel, Eliene Aleixo, Jordana Dolores, Marcos Ave, Milene Valentir Ugliara, Tábata Costa e Vinicius Alcadipani. Mais informações sobre o Grupo Alerta! podem ser encontradas na obra –Teatro pós-dramático na escola - inventando espaços: estudos sobre as condições do ensino de teatro em sala de aula”, de Carminda Mendes André (2011).

O Mapa Xilográfico

O Mapa Xilográfico², coletivo de intervenção urbana, criado em 2006, aconteceu como desdobramento de uma ação que consistia na impressão do tronco de árvores cortadas³ nas calçadas da cidade de São Paulo. A intervenção buscava tratar os troncos como matrizes de xilogravura a céu aberto, refletindo sobre a questão da autoria, uma vez que um anônimo havia gravado a matriz no ato do corte e deixado exposta, ao destino do tempo, aberta para outros impressores. A impressão levava o nome da rua e do número onde a árvore havia existido, constituindo uma espécie de mapeamento de obras públicas, o que nos provocou a compreender melhor onde estávamos pisando, as histórias e as circunstâncias de cada lugar.

O que se configurou inicialmente como uma ação pontual, atrelada às memórias e às modificações de uma localidade, transformou-se gradativamente em uma espécie de portal, contatando outro tempo e elaborando outros territórios. Como uma resposta ao estranhamento gerado pela intervenção, frequentemente, ao imprimir um tronco, éramos abordados por transeuntes e moradores que compartilhavam generosamente suas histórias, do quarteirão, do bairro, seus mapas mentais e afetivos de um bairro em transformação. De forma difusa e processual, aconteciam encontros que nos levavam à outras relações imprevistas.

² O coletivo Mapa Xilográfico é formado por Diogo Rios, Milene Valentir e Tábata Costa.

³ A intervenção de impressão de troncos foi concebida por Milene Valentir e Kleber Silva.



Impressão de tronco na cidade de Havana, Cuba, 2006.

Outras significações eclodiram em torno da ação: a relação entre cultura e natureza em uma cidade que impermeabilizou seu chão e condenou a maior parte de suas árvores a espaços reduzidos de sobrevivência. O caráter retilíneo das marcas de corte em oposição aos anéis de crescimento da árvore, circulares, orgânicos, sobrepostos na impressão e materializando a tensão entre a cidade como obra e o que chamamos de —natureza” como objeto a ser controlado.

A cada novo bairro, novos portais e agenciamentos⁴ surgiam, fato que promoveu um transbordamento da prática: nascia um processo de aproximação com o urbano, um mapa xilográfico psicogeográfico e afetivo, estabelecendo relações entre as árvores que caíram, seus moradores e a necessidade de impedir o apagamento da memória dos espaços em metamorfose cujo vetor de mudança não eram os praticantes do lugar, mas interesses de valorização territorial do mercado.

A cada impressão, uma espécie de escavação poética capaz de integrar gente disposta a narrar suas experiências, a fortalecer diálogos e outra relação corpo-cidade. Como afirmou Benjamin, estávamos a —escavar a história a contrapelo”, contatando trocas de saberes orais para além da história oficial, pois nada está perdido na investigação histórica, uma vez que o instante de escavação (—escavação”) se integra à própria história.

⁴ Agenciamento no sentido concebido por Deleuze e Guattari, como um modo concreto de produção de realidade, que agencia através dos afetos produzidos e pelo regime coletivo de enunciação. Os agenciamentos conectam, combinam, conjugam, produzem e fabricam movimentos, pensamentos, corpos e mentes, ou seja, são acontecimentos que produzem efeitos e que compõem subjetividade e corporeidades.

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. (BENJAMIN, 2012:242)

A concepção de história defendida por Benjamin esta intimamente ligada ao momento em que sua significância se apresenta ao investigador:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ~~tal~~ como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo (...) Pois é uma imagem irrecuperável do passado que ameaça desaparecer com cada presente que não se sinta visado por ela. (BENJAMIN, 2012:243)

Visamos os vestígios das árvores e encontramos novos territórios e tempos, lugares de encontro e de resistência poética na cidade. Destes encontros, uma proposta: a criação de um coletivo para poetizar e derivar pelo lugar, estabelecer pontos de troca e de sociabilidade que promovam rupturas de fazeres artísticos pelo espaço, o que chamamos de Coletivo Fluído. De porta em porta, em conversas pelas calçadas e encontros fortuitos, um morador indicando um outro conhecido, criamos um grupo para vivenciar fazeres artísticos pelas ruas do bairro, em um ajuntamento livre e aberto para propostas e ações de intervenções pelos espaços públicos.



Intervenção de impressão de árvores no bairro do Bixiga, 2009.

Ao criar um coletivo fluido, que atue conjuntamente na troca de conhecimentos (o que o coletivo chama de coeducação) e na produção artística coletiva (coprodução), atua-se na intenção de quebrar algumas dualidades: artista X público, educador X educando, arte como entretenimento X integração arte-vida, pesquisador X pesquisado e história oficial X história não oficial. A criação desse grande coletivo aponta para uma relação entre pessoas bastante diversas em situação de horizontalidade, não ignorando as dificuldades e contradições implicadas neste processo; inclusive, assumindo as falhas que provavelmente acontecem no decorrer do trabalho ou das tentativas não contempladas. A possibilidade do erro está incluída. (VALENTIR, 2013:22)

Memória, experiência, processos artísticos, exercícios de singularidade, reconhecimento de alteridade, contato com o diferente, prática de permanência na construção de espaços públicos, enfim, uma forma de agenciamento horizontal e autônomo de retomada das produções simbólicas e da pluralidade de narrativas.

Ao longo dos processos de imersão em cada bairro, o Mapa Xilográfico busca a construção de uma teia de contatos, que se desdobra através das interações do coletivo fluído. Espaços culturais, movimentos sociais, associação de moradores e escolas estatais são convidados a integrar o processo de troca de

saberes e experiências. As escolas, em especial, costumam ser espaços de difícil parceria, tendo em vista sua arquitetura disciplinar, vertical e a reboque dos projetos hegemônicos da cidade espetacular. Contudo, a ação do Mapa Xilográfico consiste em convidar os professores para participar dos processos de investigação e poetização, para depois convidar os estudantes das respectivas séries. Geralmente, os professores⁵ que se integram e aceitam o convite são aqueles sedentos por interlocuções criativas na escola, e que vislumbram a possibilidade de desenvolver um trabalho consistente em parceria, não mais em solidão escolar. Um convite, por mais estranho que possa parecer, já promove desorganizações férteis na escola de professores cansados de imposições verticais que destroem sua autonomia como educadores, e estudantes aprisionados, enfileirados e violentamente —~~ecurriculados~~—. Ao analisar as práticas escolares das escolas estatais de São Paulo, Giovedi (2014) apresenta o conceito de —~~violência~~ curricular”:

A violência curricular consiste nas várias maneiras pelas quais os elementos e processos que constituem o currículo escolar – suas práticas e intenções políticas, seus valores difundidos (declarados ou não), sua concepção de aprendizagem praticada (declarada ou não), seus objetivos de formação praticados (declarados ou não), seus conteúdos selecionados, seu modo de organização do tempo, seu modo de organizar o espaço, suas metodologias, seus processos de avaliação, a relação professor-alunos etc. – negam a possibilidade dos sujeitos da educação escolar reproduzirem e desenvolverem as suas vidas de maneira humana, digna e em comunidade.(GIOVEDI, 2012:92)

⁵ Gradativamente, com o desdobramento das atividades, outros professores se integram, algumas vezes através da intermediação dos próprios estudantes entusiasmados com o processo.

Diante da violência estrutural imposta, o fato de exercitarem autonomamente uma escolha tem sido capaz de fomentar potentes ações, em especial na relação que buscamos estabelecer com a rua. Convidamos os jovens às derivas, às intervenções, aos encontros com os moradores, a fazer parte do coletivo fluído. Nas caminhadas pelo bairro, os estudantes apresentam seus caminhos, seus mapas mentais e suas narrativas sobre o espaço praticado. Aprendem uns com os outros, e as barreiras de uma relação horizontal entre educadores e educandos é rompida. A rua, como elemento significativo de aprendizagem, em toda a sua potencia anti-disciplinar, possibilita caminhos de conhecer que respeita os saberes prévios, os tempos e as circunstâncias de cada integrante do coletivo fluído. Velhos aprendem com os jovens, jovens aprendem com os velhos e outras possibilidades de sociabilidade são inauguradas, como semente de uma possível continuidade após o término das intervenções. Da mesma maneira que as propostas de intervenção urbana são capazes de promover rupturas pelas ruas das cidades, elas também podem se infiltrar em circuitos espetacularizados e disciplinares, como a escola. Nesse sentido, a relação escola-rua é um potente desprogramador da instituição escolar, sem a intenção de reformá-la, mas de produzir fendas de exercício de autonomia que apresentem o conhecimento não como imposição, e sim como possibilidade de singularização. Como destaca Silvio Gallo(2010) ao afirmar a busca por uma —educação menor”

Podemos ver como uma “educação menor” o trabalho singular que um professor ou um conjunto de professores desenvolvem com uma turma de alunos. Um trabalho que pode se colocar à margem do projeto político pedagógico da escola, à margem da política educacional do município ou do Estado, à margem das políticas públicas do Ministério da Educação (...) Uma educação aberta ao acontecimento (...) que se dá ao capricho de “furar” um planejamento ou um cronograma para aproveitar a emergência de algo não planejado que acontece em um dado momento (...) uma educação que não é e nem quer ser modelo, que vale para o momento, que acontece com aquela turma e que não pode ser repetida, senão com diferença”. (GALLO, 2010:61)

No mesmo sentido, as propostas de intervenção urbana do Mapa Xilográfico não pretende ser modelo ou fórmula de nada, mas aberturas à emergência poética e de construção de saberes.



Exercício de observação Represa de Guarapiranga. Estudantes do CEU Cidade Dutra, 2010



Trilha Urbana com estudantes da Escola Municipal CEU Cidade Dutra 2010

A prática de deriva de inspiração situacionista, caracterizada por andarilhagens à esmo, aberta aos encontros que a rua propicia, é um procedimento recorrente das aproximações do coletivo Mapa Xilográfico em uma comunidade, integrando percepções dos pertencentes do lugar e dos forasteiros, em busca de um ponto comum: o exercício de um olhar estrangeiro sobre o lugar, que cultiva uma desnaturalização das circunstâncias locais. Aos caminhantes estranhos a uma localidade, tal exercício é um desdobramento de sua condição ao acessar um universo desconhecido. Aos pertencentes, uma atividade de descondicionamento do caminhar, observar, interagir, ou seja, uma prática de quebra do próprio cotidiano. Como afirma Merleau-Ponty (1984) acerca de um reposicionamento de quem busca conhecer a própria sociedade, —~~ata~~ta-se de aprender a ver o que é nosso como se fossemos estrangeiros, e como se fosse nosso o que é estrangeiro”.⁶

Em busca de processos criativos livres e não-mercadológicos, as ações do coletivo são desenvolvidas através de financiamentos que garantam sua autonomia, como editais públicos, financiamentos coletivos ou parcerias com centros culturais

⁶ MERLEAU-PONTY, 1984:200

que manejam recursos públicos indiretos e que não intervêm nos processos e procedimentos desenvolvidos. Daí a escolha em não celebrar contratos de patrocínio com empresas privadas, nem vincular nossas ações artísticas à estratégias de marketing cultural ou social. Tal escolha representa dificuldades na viabilização das atividades, entretanto, fortalece um percurso coerente e independente em nossas relações poéticas com o urbano, além de afirmar um exercício ético acerca das práticas de intervenção urbana ao lado das comunidades.

Em cada localidade, buscamos uma cartografia corporal, fruto da relação de troca e das criações do coletivo fluído que, através das narrativas autônomas de cada participante, fomentam experimentações de ressignificação do espaço público, em forma de intervenções. Por exemplo, em 2011, durante o projeto (À) Deriva Metrópole São Paulo⁷, aproximamo-nos em relação de troca da população em situação de rua do centro de São Paulo, mais especificamente do bairro de Santa Cecília. Em nossa teia, vivenciamos encontros aleatórios pelas ruas, conversa com integrantes do Movimento Nacional da População de Rua e com a Ouvidoria da população em situação de rua. Em nossas aproximações, pudemos presenciar

⁷ O Projeto (À) Deriva Metrópole São Paulo (2011) percorreu os limites e a região central da cidade de São Paulo, passando pelos bairros de Santa Cecília (Centro), Jardim Pantanal (Leste), Marsilac (Sul), Perus (Noroeste) e Tremembé (Norte).

desde práticas higienistas da prefeitura de São Paulo até ameaças de moradores do bairro como —~~ou~~ queimar todos eles”, após sermos abordados por um homem incomodado com o simples fato de conversarmos e estarmos juntos às pessoas em situação de rua em um momento de —~~operação~~ cidade limpa” da prefeitura.

Trata-se de uma prática perversa e sistemática que ocorre na cidade de São Paulo: em nome da higiene urbana, promove-se um processo de higienização social, materializado pela lavagem das calçadas da cidade, em especial na região central, por iniciativa da prefeitura, que aponta seus jatos de água de reuso na população em situação de rua. A —~~caravana~~” é composta por três segmentos: uma viatura da Guarda Civil Metropolitana, um caminhão de nome —~~ca~~-bagulho” e um caminhão pipa, para encerrar a —~~in~~ipeza”. A descrição de uma prática de viés fascista contrasta com a naturalização de tal evento nas ruas de São Paulo. A polícia, em nome da suposta desobstrução do espaço público (público?), enquadra a população de rua tratando seus pertences, muitas vezes material reciclável organizado para ser levada a uma cooperativa como forma de geração de renda, como bagulho a ser retirado da vista social. Seguidos por agentes de colete laranja, alguns com luvas de látex e máscara hospitalar, avançam sobre os pertences, atirando-os na caçamba do caminhão comboiado pela viatura policial. Na sequência, os jatos de água. Quem não sai é atingido pela água do caminhão pipa, que exibe o seguinte aviso: —~~Água~~ não potável. Evitar contato com a pele e olhos”. Simbolicamente, a mensagem é explícita: —~~ocês~~ são um lixo social!”. Prática de extermínio sistemático em SP?

Neste contexto, o Mapa Xilográfico propôs a criação do Bloco do Pipa⁸, uma intervenção que carnavalizou e buscou enfrentar simbolicamente a naturalização de uma política estatal de natureza higienista. Um grupo de banhistas, trajados de pés de pato, óculos de mergulho, boias, pranchas, e demais elementos relacionados a um banho público, foram ao encontro do caminhão pipa em ação. Na madrugada anterior, lambe-lambes espalhados pelas pilastras do minhocão⁹ relacionavam os agentes de limpeza urbana com o nome de um bairro elitista próximo dali, Higienópolis. A bateria intercalava sambas e marchas fúnebres, enquanto os corpos dos intervencionistas obstruíam a ação de expulsão. Ao longo do trajeto, um morador de rua integrou-se ao grupo, dançou, tocou, obstruiu a ação ao nosso lado. A rua é dele também.

Ao longo de quase dez anos de existência de Mapa Xilográfico, vivemos enfrentamentos, rupturas, desequilíbrios, poetizações e imprevisibilidade, em busca da superação dos processos de amornamento da experiência. O presente trabalho é uma tentativa de construção conceitual acerca de nossa prática, sem a intenção de estratificá-la, encerrá-la ou torná-la iniciativas modelo a serem seguidas, mas para ser imediatamente praticada, experienciada, criticada e reinventada.

⁸ Intervenção realizada pelo Coletivo Mapa Xilográfico, com o apoio de Daniela Hernandez Solano, Angelo Flores, Daniela do Nascimento, Luciano Costa, Ana Paula Tomimori, Cristiane Gurgel, Marcelo Ferreira, Thais Bessa e Coletivo Parabelo.

⁹ Símbolo de uma urbanização rodoviarista, o Elevado Costa e Silva localiza-se no bairro de Santa Cecília, região central de São Paulo.



Intervenção Bloco do Pipa, Santa Cecília, São Paulo, SP, 2011

HIGIENO-PÓLIS



CATA BAGULHO CATA GENTE?



Cartazes em Lambe-lambe instalados na região. Santa Cecília, São Paulo, SP, 2011

Intervenção Urbana: rupturas e insurgências cotidianas

Como produzir novos agenciamentos de **singularização** que trabalhem por uma sensibilidade estética, pela mudança da vida num plano mais cotidiano e, ao mesmo tempo, pelas transformações sociais em nível dos grandes conjuntos econômicos e sociais? (GUATTARI, 2000:22)

—Urbanista de SP é o capital” diz a pichação no centro da cidade, em uma síntese intervencionista, não autorizada, em contraposição às intervenções urbanísticas oficiais, sejam estatais, privadas ou em parcerias público-privadas. Diante de uma narrativa dominante, materializada nas concepções arquitetônicas, no uso previsto e planejado dos espaços, as fissuras, geradas a partir de um fazer artístico atrelado ao cotidiano, promovem descontinuidades, ruídos, pontos de fuga, crítica à legalidade, enfim, uma contra-narrativa em busca de outras interlocuções, capazes de fomentar a diversidade de usos e interpretações da cidade.

No contra-uso da cidade espetacular, as ações de intervenção urbana são insurgências poéticas que promovem desequilíbrios no cotidiano para além das mediações mercadológicas e os agenciamentos publicitários da city marketing. Na visão de Mesquita, a insurgência poética

desconstrói a aura cosmopolita das cidades globais, o controle privado dos centros urbanos e ascensão de uma economia de mercado que se reflete na gentrificação e nas falsas utopias de consumo esteticamente controladas pelas imagens da publicidade, estratégias de marketing e vigilância corporativa (MESQUITA, 2011)

Ao promover fricções com a arquitetura urbana hegemônica, busca-se retomar a experiência de alteridade na cidade, enfrentando as estratégias de captura, sequestro e anestesia da experiência.

A tentativa de definir tais ações insurgentes - seja intervenção urbana, composição urbana, performance urbana ou qualquer outro termo que possa ser elaborado – carrega a problemática de tentar encerrar uma prática que se propõe taticamente aberta, inacabada, inclassificável, transitando no limiar entre a arte e a vida, a ética e a estética, o pontual e o processual. Diante de uma multiplicidade de produções - apenas enfocando o cenário brasileiro - desde Flávio de Carvalho a partir dos anos 30, Hélio Oiticica a partir dos anos 60, as propostas dos coletivos 3nós3, Viajou sem passaporte e Manga Rosa nos anos 70 e 80, até os agrupamentos contemporâneos como Contrafilé, Frente 3 de fevereiro, EIA, GIA, Poro, dentre outros, aproximar-se de diversas abordagens possibilita compreender as diversas ações que contém como característica comum o desequilíbrio do cotidiano urbano, para além de uma definição restritiva.

Maria Beatriz de Medeiros, ao refletir acerca da pertinência do termo “intervenção urbana” afirma que:

(...) não fazemos intervenção, nem intervenção urbana, nem intervenção

cirúrgica, estas invadem, rasgam, rompem e implantam o que, na urbis, na internet ou no corpo, não cabe. (...) Corpos Informáticos¹⁰ quer, e prefere o termo, “composição urbana”. A composição urbana não interfere nem intervém, compõe e decompõe com o corpo próprio, com o corpo do outro, com o espaço —público”, com a internet. (MEDEIROS, 2014)¹¹

De fato o termo intervenção possui outros usos recorrentes, como a intervenção militar ou a intervenção arquitetônica ou de engenharia nos processos de requalificação, reestruturação, ou reabilitação de funções de determinada região da cidade. Em ambos os casos, mediante técnicas e tecnologias diferentes, ocorre o exercício de poder estatal engendrando tais transformações, seja nas declarações de guerras formais entre Estados ou na prática da guerra cotidiana nas cidades para a implementação de conceitos urbanos adequados aos interesses da reprodução do capital, como por exemplo, na expulsão de moradores da Vila Itororó¹², sob a justificativa de preservação ou reabilitação de uma localidade, efetuada pelas forças policiais e complementada nas pranchetas técnicas dos escritórios de arquitetura especializados em restauro. Trata-se de formas de intervenção do poder, com todo o leque de recursos para construir um contexto urbano eficiente para os interesses hegemônicos.

Por outro lado, estabelecer uma disputa terminológica - com o aparelho estatal e os interesses privados inclusive - e afirmar tais ações como uma prática

¹⁰ Grupo de pesquisa Corpos Informáticos, vinculado à Universidade de Brasília, coordenado desde 1992 pela profa. Maria Beatriz de Medeiros.

¹¹ Disponível em <http://grafiasdebiamedeiros.blogspot.com.br/2014/05/composicao-urbana-surpreensao-e.html> . Acessado em 28 de junho de 2015.

¹² Ver mais sobre a Vila Itororó em Espacialidade e Heterotopia.

artística de intervenção urbana aberta a todos – ao contrário da intervenção urbana implementada pelo Estado -, capaz de fortalecer o campo de disputa cotidiana das decisões e resistências autônomas e questionar os usos impostos pelas tecnologias de poder, sem reproduzir as formas arbitrárias de interferências produzidas por governos e gestores estatais, constitui-se como um caminho fecundo de experiência poética e subversiva no seio das cidades espetaculares. As palavras, os termos, assim como a história, são vivas, e ampliar as possibilidades interpretativas ou mesmo reinventá-las é também um desafio das artes insurgentes.

Ao analisar características das artes insurgentes, Carminda Mendes André destaca a

(...) arte da intervenção urbana como ação de resistência à biopolítica. (...) por seu envolvimento direto com a rua e suas regras controladoras, que condicionam comportamentos e produzem subjetividades dóceis, submissas e vigilantes. (...) O artista de rua, bem como os trabalhadores ambulantes, aproxima-se da figura do andarilho. Tal posicionamento nos leva a crer que tais indivíduos não reconhecem espaços públicos privatizados – com suas regras formatadoras – para realizar sua arte e seu trabalho. Eles teimam em transgredir a regulamentação desses espaços e socializar sua arte com o transeunte. Teimam em não reconhecer a rua como propriedade privada do Estado ou da instituição administradora. Na maioria das vezes, surpreendem aqueles que passam deslocando a atenção, intervindo no espaço e no tempo do outro. (ANDRÉ, 2013:158)

Nesse sentido, o intervir carrega uma resposta às regras consideradas ilegítimas, fomentadoras de formas de transgressão poética que disputam e exercitam a natureza pública dos espaços, em outras palavras, Intervir sobre um determinado conceito de urbano imposto à cidade e seus moradores.

Em busca de elencar as características das —estratégias habitualmente denominadas de intervenção urbana”¹³, André Mesquita aponta-as como

(...) uma alternativa de ação concreta e espontânea no espaço físico, indo muitas vezes em oposição aos rótulos, convenções ou regras definidas pelas instituições artísticas, a intervenção urbana problematiza o contexto em que é realizada, questiona a autonomia do trabalho de arte, se relaciona, dialoga ou responde de diversas formas ao entorno, a uma situação social ou uma comunidade. (...) O estilo das intervenções urbanas de criar desenhos, performances, interferências, imagens, instalações, fraturas ou cortes físicos em pequena ou grande escala nos espaços da cidade, com a participação direta ou indireta de um público, produz ‘cut-ups comportamentais’ que estabelecem outras perspectivas e caminhos para modificar os fluxos e fugir de condutas condicionadas (MESQUITA, 2011, p.206)

Contudo, em busca de aproximarmo-nos do termo intervenção urbana mediante as práticas do Coletivo Mapa Xilográfico, ao mesmo tempo em que garanta uma desejável e tática imprecisão, podemos concebê-la como uma relação poética e ética de interferências e experiências desprogramadoras dos espaços urbanos. São escavações sobre histórias e saberes ocultados ou apagados, fricções entre práticas usuais e não-usuais, fissuras promovidas no tempo da urbanização, narrativas subversivas difundidas, vivência de contraespaços, enfim, resistentes afirmações de que outra cidade é possível.

Concebemos a intervenção urbana como uma afirmação artística transgressora diante de concepções urbanas hegemônicas e autoritárias, não como

¹³ MESQUITA, 2011:193

linguagem, uma vez que suas rupturas possibilitam a catalisação de diversas linguagens, separadas, integradas ou simultâneas, fato que dificulta sua categorização, normatização ou sequestro por parte de interesses estratificantes. O grafite, por exemplo, viu uma parte de sua potencia ser absorvida pelas galerias de arte e grandes financiadores, bem como a cooptação de sua criticidade, a partir do momento que sua dimensão como intervenção urbana foi esvaziada sob o campo das artes visuais de rua, uma linguagem que rapidamente encontrou mercado e que enquadrou suas rupturas como produto vendável e lucrativo. A recorrente distinção conservadora entre grafite e pichação é o retrato evidente de tal absorção, o primeiro como ações de embelezamento da cidade, cada vez mais legitimadas pelo poder e pelas galerias, o segundo criminalizado como vandalismo sem qualquer valor. Neste ponto, a dimensão ética tem sido o esteio de grafiteiros que mantêm sua intervenção na cidade com caráter autônomo, atentos aos mecanismos de amornamento e de sequestro de suas produções. Entretanto, o contrário também é recorrente, tendo em vista o aumento de exposições de grafites e a apropriação de uma linguagem originária das ruas por projetos de centros culturais financiados por instituições bancárias. A indeterminação da intervenção urbana como linguagem é uma estratégia de fluidez, criando obstáculo à cooptação do mercado.

Lúcio Agra, ao refletir acerca da indefinição e da multiplicidade de usos periféricos da performance, aponta para algo pertinente às intervenções urbanas:

A cada vez, portanto, que dela se apodera um novo uso periférico, novas luzes e entendimentos são possíveis. Essa me parece uma razão bastante suficiente para que deixemos que esse privilégio da indefinição continue a ser uma das riquezas da performance. (...) Por que deveríamos abrir mão desta conquista que é dispormos de um modo de dizer/fazer/pensar em arte que resiste às definições? (AGRA, 2011:16)

Assim como a performance, as ações de intervenção urbana caracterizam-se pela dificuldade de enquadramento ou rotulação, o que propicia experimentações artísticas abertas, inconclusas e potencialmente atentas e críticas às esferas de controle e cooptação, uma vez que quaisquer definições trazem consigo o risco do encerramento.

Recentemente, as ações de intervenção urbana tem sido absorvidas como estratégias de marketing, também chamadas de marketing de guerrilha¹⁴. Tais ações buscam se apropriar das quebras produzidas por ações intervencionistas utilizando-as como agenciamento para o consumo e fidelizações de logomarcas, apresentando um novo desafio ético às práticas intervencionistas. Nesse caso, as ações de marketing esvaziam o potencial de ruptura de tais propostas, apostando em explorar a surpresa da quebra cotidiana não para questionar a cidade espetacular, ao

¹⁴ Marketing de Guerrilha é o nome empregado por algumas agências de publicidade que desenvolvem ações não convencionais, utilizando-se de estratégias de intervenção urbana para fins mercadológicos e publicitários.

contrário, para agenciar as subjetividades em formas de colonização dos imaginários. Utilizando-se de requintes estéticos e abordagens divertidas, as agências de publicidade promovem acontecimentos e desequilibram o cotidiano para fortalecer práticas consumistas e de satisfação via produtos disponíveis no mercado, o que caracteriza uma aproximação e ocupação do espaço público para fins privados e de publicidade. Neste sentido, conceber as intervenções urbanas como aproximações estéticas, poéticas e éticas com a cidade, ao invés de defini-la como uma possível linguagem, possibilita a evidente distinção de propósitos entre uma iniciativa não-mercadológica de uma ação de natureza espetacularizante.

Milton Santos, ao refletir acerca do espaço urbano, concebeu uma importante distinção que, costumeiramente é objeto de confusão, entre o urbano e a cidade.

Há duas coisas que estão sendo confundidas gratuita e alegremente, isto é, a cidade e o urbano. O urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno. Não há que confundir. Por isso, na realidade, há histórias do urbano e histórias da cidade. (SANTOS, 1994:69)

Ao estabelecer a diferenciação conceitual entre cidade e urbano, Milton Santos busca compreender os processos de urbanização que se apresentam diferentes e específicos em cada cidade, apesar de carregar semelhanças oriundas das modificações das concepções de urbano promovidas pelas transformações e ajustes do modo de produção capitalista. —A história de uma dada cidade se produz através do urbano que ela incorpora ou deixa de incorporar”¹⁵, ou seja, a implementação ou não de conceitos urbanos atrelados a um processo global de produção. Nesse sentido, as práticas intervencionistas podem ser concebidas como ações que colocam em choque a história da cidade e de seus habitantes com a história da urbanização e seus gestores atrelados ao interesse de reprodução do capital.

As práticas intervencionistas promovem desequilíbrios nos processos de implementação e expansão de um espaço urbano capitalista, participando de uma disputa cotidiana de produção do espaço. Segundo Corrêa (2002)

O espaço urbano capitalista – Fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que

¹⁵ SANTOS, 1994:71

levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (CORRÊA, 2002:11)

Atuar sobre esse conceito de urbano é o desafio artístico e crítico das práticas intervencionistas.

O impulso de ruptura é um dos fundamentos das ações de intervenção urbana, como resposta às tentativas de um espaço planejado em determinar como os corpos devam se comportar. Nesse sentido, conceber o espaço urbano como uma materialidade em que a pulsão criativa pode interferir, poetizando-a, é uma possibilidade afirmativa na integração entre arte e vida, de uma ação artística que reverbere macropoliticamente, micropoliticamente e que subverta os mecanismos de adestramento biopolíticos em forma de biopoder, afirmando o corpo como realidade biopotente, bem como a relação entre corpo-cidade.

No campo macropolítico, as transformações produzidas no desequilíbrio do cotidiano e as veredas abertas de uma nova prática, mesmo que por alguns instantes, desnaturalizam as escolhas políticas que constituem um determinado lugar, inaugurando possibilidades de jogos e de percepções capazes de relacionar um acontecimento pontual e aparentemente isolado a características que

reverberam em toda a sociedade. Em uma perspectiva micropolítica, as propostas de intervenção urbana atuam na elaboração de realidades através dos afetos, desejos, de outros agenciamentos na construção autônoma de subjetividades. Segundo Guattari,

Seria conveniente definir de outro modo a noção de subjetividade, renunciando totalmente à ideia de que a sociedade, os fenômenos de expressão social são a resultante de um simples aglomerado, de uma simples somatória de subjetividades individuais. Penso, ao contrário, que é a subjetividade individual que resulta de um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, não só sociais, mas econômicas, tecnológicas, de mídia, etc. (GUATTARI, 2000: 34)

É nesse campo que as intervenções urbanas produzem interferências desprogramadoras, ao participar do entrecruzamento de forças que incidem sobre os indivíduos em sua relação cotidiana com o espaço urbano. Outras disposições corporais possíveis, outro espaço possível. Os corpos dispostos na cidade podem legitimar ou não os planejamentos arquitetônicos. A ruptura produzida é capaz de integrar a dimensão macro e micropolítica, percepção necessária na desconstrução das estratégias biopolíticas de controle, como destacam Deleuze e Guattari (2012:99): "Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica".

A prática da rua como espaço de permanência tem íntima relação com a disputa acerca da natureza dos espaços urbanos em tempos de cidade espetacular: privado, estatal ou público? O lugar de estar, ocupado por corpos desinstitucionalizados, indisciplinados e improdutivos exercitam os espaços como públicos, na medida em que instalam uma ética não mercantilizada, nem policialesca, e sim, de prática de alteridade e de reconhecimento do outro. Não existe espaço público por decreto, e sim, espaço público exercitado, mantido e defendido das infiltrações estatais e de mercado.

As propostas intervencionistas, além de convidar a um jogo aberto lançado aos transeuntes e a uma prática autônoma experimentada nas brechas, acabam por produzir desdobramentos imagéticos no urbano planejado, ao produzir uma imagem dialética¹⁶ que, segundo Didi-Huberman (2010), caracteriza-se como “imagem de memória e de crítica ao mesmo tempo, imagem de uma novidade radical que reinventa o originário”. Ao promover desprogramações no imaginário urbano, a imagem gerada pela intervenção provoca um instante de recognoscibilidade, uma relação do pretérito com o agora, uma imagem aberta, fulgurante, inacabada, que

¹⁶ Concepção elaborada por Walter Benjamin. “A imagem dialética é uma imagem que lampeja. É assim, como uma imagem que lampeja no agora da cognoscibilidade, que deve ser captado o ocorrido. A salvação que se realiza deste modo – e somente deste modo – não pode ser realizar senão naquilo que estará irremediavelmente perdido no instante seguinte” (BENJAMIN, 2006: 515)

provoca o olhar a sua própria e singular composição, ativa no exercício de elaboração e compreensão da ruptura observada naquele momento do cotidiano. Daí a quebra, o convite, a inquietação. Nesse exercício de memória e de crítica simultâneas, escavamos infinitas possibilidades de significação de tempo e espaço de um lugar, acessando a percepção de que todos os espaços, assim como as imagens, estão abertos à reinvenções, uma esquina, uma rua, uma cidade. Como destaca Benjamin, “o conhecimento existe apenas em lampejos”¹⁷, fulgência de conhecimento autônomo não-espetacular.

Na resistência luminosa das intervenções urbanas, em sua efemeridade tática, ou em seus processos perenes e estratégicos, a disputa pela construção do urbano, bem como do imaginário da cidade, os contra-fluxos se apresentam como reafirmação da potência da experiência humana, que na perspectiva de Didi-Huberman, apresenta o seguinte percurso:

Devemos, portanto (...) nos tornar vaga-lumes e, assim, formar novamente a comunidade do desejo, a comunidade de lampejos emitidos, de danças apesar de tudo, de pensamentos a transmitir. Dizer sim na noite atravessada de lampejos e não se contentar em dizer o não da luz que nos ofusca. (DIDI-HUBERMAN, 2011).

Contudo, a multiplicidade de ações intervencionistas pode ser vista como lampejos de vaga-lumes em alternativa às homogêneas luzes do espetáculo contemporâneo, uma vez que a origem de novos enunciados, narrativas e

¹⁷ (BENJAMIN, 2006:499)

agenciamentos são também os instantes de encontro e afetos produzidos pelas imagens em fricção com o imaginário naturalizado da cidade planejada.

Dois convites

o que acontece a um livro feito de "platôs" que se comunicam uns com os outros através de microfendas, como num cérebro? Chamamos "platô" toda multiplicidade conectável com outras hastes subterrâneas superficiais de maneira a formar e estender um rizoma. (DELEUZE e GUATTARI, 1996:43)

Motivado pelas experiências de intervenção urbana ao longo de minha prática como educador e como integrante do Coletivo Mapa Xilográfico, o presente trabalho buscou produzir abordagens conceituais que, ao lado de narrativas acerca de diversas ações, aproximam-se de algumas das múltiplas facetas e desafios das ações intervencionistas no espaço urbano.

Para tanto, lanço dois convites: relacionar-se com esta pesquisa através do jogo —Baco de Ações ImobHilárias”, integrando fragmentos do texto à imprevisibilidade dos dados lançados ao tabuleiro¹⁸; e experienciar a leitura de um trabalho concebido em forma fraccionada, apostando nos percursos singulares de cada leitor.

Uma vez que a experiência autêntica é uma procura constante nas iniciativas intervencionistas, enfrentei o desafio de elaborar uma abordagem inspirada nas derivas praticadas pelo Mapa Xilográfico, abrindo o leque de possibilidades para a

¹⁸ Ver as instruções do jogo afixadas junto à tampa da caixa.

leitura, livremente inspirado na forma de platôs proposta por Deleuze e Guattari. Para tanto, procurei não estratificar as possibilidades reflexivas, nem construir um percurso único e linear, ao contrário, desenvolvi como um convite à deriva, onde o leitor relaciona-se com o texto levado pelos afetos produzidos, sem início ou fim, mesmo sabendo das dificuldades de tal desafio diante do uso da linguagem escrita. Daí a inexistência de capítulos numerados, e sim a tentativa que corporifica o trabalho em forma de platôs, apostando na —multiplicidade conectável”.

O texto e o formato foram concebidos à imagem de uma constelação, onde os fragmentos espalhados compõem um todo desordenado, integrados pela experiência de cada um no instante da relação de leitura, no —~~agora~~ da cognoscibilidade”, como afirma Benjamin. Na perspectiva histórica benjaminiana, a história eclode como fruto do impacto entre o —~~ocorrido~~ com o agora, num lampejo, formando uma constelação”¹⁹, abordagem que influenciou a estrutura deste trabalho.

Composto de quatro platôs, concebidos para estabelecerem contatos múltiplos entre si e apresentarem momentos de simultaneidade, sem ordem estabelecida entre eles, tratam de dimensões e circunstâncias do espaço urbano, ou seja, elementos de interferência das ações intervencionistas. Temporalidade, Espacialidade, Subjetividades, Experiência e Memória no espaço urbano se entrecruzam, estabelecem pontes, mesmo destacados em platôs próprios. As

¹⁹ Benjamin, 2006:504

narrativas das interferências desprogramadoras encaixam-se em qualquer platô, bastando uma reaproximação e o transbordamento de sentidos em exercício.

Para além de um exercício de conceituar experiências, provocando sempre novas criações e movimento, o desejo de que o conteúdo deste trabalho vá além da leitura, mas que seja um convite à utilização, em formas de insurgências poéticas e de luminosidades de vaga-lumes esparramadas por aí.

Ótima deriva...

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2002.

AGRA, Lúcio. **Porque a performance deve resistir às definições**. VIS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arte – V. 10 nº 1 janeiro/junho 2011, Brasília: Programa de Pós-Graduação em Arte, 2011. Disponível em http://webartes.dominiotemporario.com/performancecorpopolitica/textes%20pdf/revista_do_programa_de_p%C3%B3sgradua%C3%A7%C3%A3o_em_arte_da_unb_v10_n1_janeiro_junho_2011_bras%C3%ADlia_issn%E2%80%93931518-5494.pdf. Acesso em 25 de junho de 2015.

ANDRÉ, Carmina Mendes. Teatro pós-dramático na escola (inventando espaços: estudos sobre as condições do ensino do teatro em sala de aula). São Paulo. Editora Unesp, 2011.

_____. Arte como mediadora de afetos. **Rebento – Revista de artes do espetáculo** / Universidade Estadual Paulista – “Ulilio de Mesquita Filho”. Nº4 (maio de 2013) – São Paulo, Instituto de Artes, 2013.

BAUDRILLARD, Jean – **A ilusão vital**. Editora Civilização Brasileira, 2001.

_____. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2003

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: ed. Brasiliense, 2012

_____. **Passagens**. org. Willi Bolle. Belo Horizonte, Editora UFMG - Imprensa Oficial de São Paulo, 2006.

BEY, Hakim. **TAZ: zona autônoma temporária**. Coleção Baderia. São Paulo: Conrad, 2001.

_____. **Superando o turismo**. Tradução: Hudz. Brasil, 2014. Disponível em: <http://escoladeredes.net/group/bibliotecahakimbey>.(Acesso em setembro de 2014).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CARVALHO, Mônica. **Cidade Global: anotações críticas sobre um conceito**, in SP em Perspectiva, Revista da Fundação SEADE, São Paulo, Vol.14, nº.4, outubro a dezembro de 2000.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana**. 1997. Disponível em <http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0278/2014.1_Bibliografia_Complementar_Geral/Texto_02.pdf>. (Acesso em setembro de 2014).

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2002.

COSTA, Jurandir F. **A ética e o espelho da cultura**. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1994.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu - Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

DEFERT, Daniel. Posfácio in FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo, Editora 34, 2007.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia v.1**. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia v.3**. São Paulo: Editora 34, 2012.

_____. **O que é Filosofia?** Rio de Janeiro. Editora 34, 2005a

_____. **Kafka - por uma literatura menor**. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 1998.

_____. **A sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FABIÃO, Eleonora. **Performance, teatro e ensino: poéticas e políticas da interdisciplinaridade**.

In: Cartografia do ensino do teatro. Adilson Florentino, Narciso Telles (Orgs.). Uberlândia: EDUFU, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir. O nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Ed. Graal - RJ, 2013.

_____. **História da sexualidade 2: O uso dos prazeres**. Ed. Graal - RJ, 2013.

_____. **História da sexualidade 3: O cuidado de si**. Ed. Graal - RJ, 2013.

_____. **Microfísica do poder**. 15a Ed. Graal - RJ, 2000.

_____. **Em defesa da sociedade**. Ed. Martins Fontes - SP, 2010.

_____. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração: Ensaios sobre Walter Benjamin**. São Paulo: Editora 34, 2014.

GALLO, Silvio Donizetti de Oliveira. **Filosofias da Diferença e Educação: o revezamento entre teoria e prática**. In: CLARETO, Sônia Maria; FERRARI, Anderson (Orgs.). **Foucault, Deleuze e Educação**. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

GUATTARI, F e ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2000

GIOVEDI, Valter Martins. **O currículo crítico-libertador como forma de resistência e de superação da violência curricular**. Doutorado em educação: currículo. São Paulo: PUC-SP, 2012.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação urbana no capitalismo tardio**. Espaço e Debates, São Paulo: NERU, n.39, ano XVI, 1996. p. 48-64.

_____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Os Pensadores São Paulo: Abril, 1974.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.

KEHL, Maria Rita. **O espetáculo como meio de subjetivação**. In: Bucci, E. Videologias: ensaios sobre televisão. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O tempo e o cão: A atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo, 2009.

KLEIN, Naomi. **Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido**. Tradução Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Tradução Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LANDINI, Tatiana Savóia. **Pornografia infantil na Internet: proliferação e visibilidade**. Dissertação (Mestrado). FFLCH/USP - São Paulo, 2000.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Configurações urbanas cenográficas e o fenômeno da 'gentrificação'**. Texto Especial Arquitextos, 46, 2004. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.046/601> (acesso em setembro de 2014).

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de Lívio Xavier. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MARX, Karl. **O Capital**. Volume III. São Paulo (tomos 1 e 2): Abril Cultural, 1984.

MEDEIROS, Maria Beatriz de; ALBUQUERQUE, Natasha de. **Composição Urbana: surpresa e fuleragem**. 2014. Disponível em < <http://grafiasdebiamedeiros.blogspot.com.br/2014/05/composicao-urbana-surpreensao-e.html>>. Acesso em 20 de junho de 2015

MENDES, Luís. **Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado**. Cadernos Metrôpoles, São Paulo, v. 13, n. 26, pp. 473-495, jul/dez 2011. Disponível em <http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm26_222.pdf> (acesso em setembro de 2014).

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações**. In: SILVA, Zélia Lopes da (Orgs.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **De Mauss a Claude Lévi Strauss**. In: Textos Seleccionados (Os Pensadores). São Paulo, Abril S.A, 1984.

MESQUITA, André. **Insurgências poéticas: arte ativista e ação coletiva**. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2011.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2011.

RIO, João do. Organização Raul Antelo. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ROLNIK, Suely – **Revista Redobra**. UFBA, 2010. Disponível em: <<http://www.corpocidade.dan.ufba.br/redobra/r8/trocas-8/entrevista-suely-rolnik/>>. Acesso em 14 de outubro de 2014.

SÁNCHEZ, Fernanda. **Arquitetura e Urbanismo: espaços de representação na cidade contemporânea**. Veredas, Rio de Janeiro, 1999.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Notas sobre a história jurídico-social de Pasárgada**. In: SOUTO, C.; FALCÃO, J. (Org.). **Sociologia e direito: textos básicos de sociologia jurídica**. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 1980. p. 109-117.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Politizar as novas tecnologias: O impacto sociotécnico da informação digital e genética**. São Paulo: Editora 34, 2011.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Elogio da lentidão**. São Paulo: Folha de São Paulo, 11 de março de 2001.

_____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 3ª edição. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

SMITH, Neil. **Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space**, in S. Fainstein; S.

Campbell (ed.), Readings in Urban Theory, Oxford, Blackwell, p. 338-358, 1996.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **A Mitologia Bandeirante: construção de sentidos**. Revista História Social, UNICAMP, 2007. Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/215/207>>. Acesso em 20 de maio de 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1996.

TEOBALDO, Izabela Naves Coelho - **A cidade espetáculo**. Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX, p. 137-148, 2010.

VALENTIR, Milene Ugliara. **Errâncias na metrópole: A experiência do Coletivo Mapa Xilográfico**. Dissertação de mestrado. IA-UNESP, 2013.

VIRILIO, Paul. **Guerra e cinema**. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

Subjetivação capitalística, espetáculo cotidiano e modos de singularização: a disputa da construção de si.

O traço comum entre os diferentes processos de singularização é um devir diferencial que recusa a subjetivação capitalística. Isso se sente por um calor nas relações, por determinada maneira de desejar, por uma afirmação positiva da criatividade, por uma vontade de amar, por uma vontade de simplesmente viver ou sobreviver, pela multiplicidade dessas vontades. É preciso abrir espaço para que isso aconteça. O desejo só pode ser vivido em vetores de singularidade. (GUATTARI e ROLNIK, 2000:47).

A existência nos proporciona participar de uma cotidiana e sutil disputa, a construção de si. Após os primeiros anos de vida, tempo de registros e de recepções do que fora criado por outros, anteriores à nossa chegada, enfrentamos o dilema, ou apenas a possibilidade - uma vez que é possível ignorá-lo e integrar-se acriticamente ao hegemônico -, de reproduzir o recebido mediante as arquiteturas civilizatórias de reprodução, ou exercitar operações de desconstrução de si, do mundo, dos sentidos, de reinvenção conceitual, material, corpórea dos elementos civilizatórios que, colocados em questão por uma prática autônoma de viver, podem promover transformações sociais, estéticas, éticas, enfim, micropolíticas e macropolíticas.

No enfrentamento entre o desafio de uma construção autônoma de si e as tecnologias de poder capazes de agenciar os sujeitos ao gosto da manutenção do estabelecido, as práticas de intervenções urbanas podem produzir agenciamentos

de singularização, tanto para os propositores da ruptura, quanto aos transeuntes atravessados por imprevisíveis propostas, fomentando espaços e tempo para outros modos de singularização autônomos, para além dos processos de subjetivação capitalística.

Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística – tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam – não é apenas uma questão de ideia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade, ou a identificações com polos maternos, paternos, etc. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo. (GUATTARI e ROLNIK, 2000:27).

Diante das novas demandas oriundas da complexidade de gestão do capitalismo, os necessários ajustes do que Harvey chama de —~~es~~ “*esferas de atividade*”²⁰ desdobraram-se em uma modificação no regime geral de poder do Estado moderno através da implantação de dispositivos capazes de adequar uma população ao modo de produção dominante. Ao conceituar dispositivo, Foucault destaca as articulações capazes de promover formas de dominação e adestramento:

(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos,

²⁰ Ver mais em *Aceleração e Velocidade contemporâneas: possíveis disritmias urbanas*.

instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2000:244).

Essa rede criada entre tais elementos sociais caracteriza-se como uma resposta engendrada pelos gestores do sistema diante da urgência de manter corpos e mentes alinhados à estrutura de poder hegemônica. Nas palavras de Foucault, —“o dispositivo tem uma função estratégica dominante”²¹, que atravessa as relações sociais de uma forma biopolítica, uma vez que a estrutura de dominação concebida pelo modo de produção capitalista não se sustentaria apenas no campo da consciência ou da ideologia, mas também no enquadramento dos corpos mediante diversos dispositivos de controle.

(...) o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. (FOUCAULT, 2000:80)

Adequar o corpo às necessidades de reprodução do capital significa um ajuste permanente, sofisticando os dispositivos de poder de acordo com os novos obstáculos que surgem na manutenção do lucro. Foucault ressalta que

²¹ (FOUCAULT, 2000:244)

Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. (FOUCAULT, 2013:153)

Tal ajuste foi responsável por uma mudança do regime geral de poder, o que Foucault chama de transição do regime de soberania (século XVII e XVIII) para um regime de biopoder (Século XIX).

Exemplos do regime de soberania, a premissa maquiavélica de que —mito mais seguro ser temido que amado²², ou a perspectiva hobbesiana de saída de um estado de natureza - de —guerra de todos contra todos²³ -, mediante a entrega da própria liberdade para a administração do Leviatã²⁴, apontam para o poder do soberano de “fazer morrer”, daí o temor diante do soberano em determinar quem vive e quem morre, de acordo com seus anseios e necessidades políticas. Segundo Foucault, —o efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar (...) é essencialmente um direito de espada²⁵. O poder era centrado na apropriação do tempo, das coisas, dos corpos e, por conseguinte, da vida, não para supostamente protegê-la, mas para suprimi-la, o

²² MAQUIAVEL, 1973:76

²³ HOBBS, 1974:57

²⁴ “Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações”. (HOBBS, 1979:105)

²⁵ FOUCAULT, 2010:202

direito de encerrar uma vida, o que evidencia uma condição de disparidade de poder e de sujeição. Entretanto, tal regime de poder não se adequava às necessidades de inserção produtiva dos corpos diante das novas circunstâncias do modo de produção capitalista, o que promoveu a mudança de um poder soberano que faz morrer e deixa viver, para um regime que faz viver e deixa morrer, o biopoder.

E eu creio que, justamente, uma das mais maciças transformações do direito político do século 19 constitui, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania -fazer morrer ou deixar viver- com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de "fazer" viver e de "deixar" morrer. (FOUCAULT, 2010:202)

Nos séculos XVII e XVIII, as estratégias de vigilância e de controle sobre os corpos já estavam em operação, mas ainda em caráter individual, ou seja, tecnologias de controle e organização que já se adequavam aos modos de produção, mas centradas na ordenação dos corpos individuais, sempre em situação de possível vigilância, a chamada —tecnologia disciplinar do trabalho”²⁶. No século XIX consolidou-se uma nova tecnologia de poder, menos disciplinar (sem abrir mão da disciplina), o “fazer viver”, o biopoder. Mantendo o uso das tecnologias de disciplina do trabalho desde o século XVII, com a construção de escolas, hospitais e fábricas que visavam a docilização dos corpos, a otimização das forças, a vigilância e a adequação ao sistema produtivo, as estratégias biopolíticas buscam ir além do

²⁶ FOUCAULT, 2010:203

controle sobre o —~~corpo~~ máquina”, alcançando uma nova tecnologia de poder sobre o —~~corpo~~ espécie”, —o corpo atravessado pela mecânica do vivente, suporte de processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a longevidade – é a biopolítica da população”²⁷.

Nessa complementação promovida pela biopolítica sobre o regime de soberania, —os massacres se tornaram vitais”²⁸, o poder continua matando, mas agora supostamente em nome da defesa da vida, em —defesa da sociedade”, do higiênico, da sanidade, da ciência, em nome do bem viver da —população”.

Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a —população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de —fazer viver”. (FOUCAULT, 2010:207)

A estratégia biopolítica de —defesa da vida” constrói um constante estado de emergência diante do inexorável, a morte, abrindo precedentes para a sistemática intervenção das tecnologias de poder sobre a população que, afastada da reflexão acerca da própria finitude, e, por conseguinte, temerosa diante da morte, torna-se alvo fácil das justificativas supostamente científicas do poder. Um ótimo exemplo são as recorrentes câmeras de vigilância e os infames avisos de —Sorria, você esta

²⁷ PELBART, 2011: 57

²⁸ FOUCAULT, 2013:149

sendo filmado. As imagens são protegidas nos termos da lei”, uma atualização tecnológica da arquitetura panóptica atrelada ao cinismo de ~~para~~ a sua segurança”.

Neste contexto, um dos dispositivos mais efetivos das estratégias biopolíticas é o —dispositivo da sexualidade”, uma vez que integra tanto o regime de soberania quanto o do biopoder. O sexo relaciona-se ao corpo individual disciplinado e adestrado e ao controle populacional, ao corpo como máquina e a manutenção da espécie, controles micropolíticos e questões que tratam da sociedade como um todo. —A sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também de regulamentação”²⁹. A disciplina em busca de controlar o exercício de uma sexualidade autônoma, adestrando a pulsão de vida e o desejo do indivíduo e a regulamentação orientada para os planejamentos estatais de natalidade, sistema de saúde e demais justificativas de natureza biopolítica.

Além disso, tais estratégias preparam uma armadilha de legitimação para a sujeição ao controle, mediante a elaboração de regulamentos que, muitas vezes, por conta de organizações da própria sociedade em defesa de direitos e liberdades, institucionalizam cada vez mais a esfera do controle da vida dos indivíduos pelo Estado. Agamben destaca esse jogo de resistência e poder:

(...) a partir de um certo ponto, todo evento político decisivo tivesse sempre uma dupla face: os espaços, as liberdades e os direitos que os indivíduos

²⁹ FOUCAULT, 2010:212

adquirem no seu conflito com os poderes centrais simultaneamente preparam, a cada vez, uma tácita porém crescente inscrição de suas vidas na ordem estatal, oferecendo assim uma nova e mais temível instância ao poder soberano, do qual desejariam liberar-se." (AGAMBEN, 2002:127)

As estratégias biopolíticas que buscam ~~fazer~~ "fazer viver" objetivam gerir a vida, gerar força vital, não barra-la nem destruí-la, o que significa um regime de poder mais sofisticado e sutil do que os regimes disciplinares típico das estruturas escolares, fabris, hospitalares, prisionais e manicomiais, ao mesmo tempo em que não se perde o controle, pois os mecanismos de monitoramento e vigilância ganharam um caráter imanente, atrelado às mentes e aos corpos.

Diante do desenvolvimento técnico e tecnológico dos dispositivos informacionais, os tentáculos dessa rede de controle se amplificaram nos últimos cinquenta anos, viabilizando a transição das sociedades disciplinares para as sociedades de controle como destaca Pelbart:

A sociedade disciplinar não conseguia penetrar inteiramente as consciências e os corpos dos indivíduos a ponto de organizá-los na totalidade de suas atividades. A relação entre poder e indivíduo era ainda estática, e, além disso, era compensada pela resistência do indivíduo. Na sociedade de controle, o conjunto da vida social é abraçado pelo poder e desenvolvido em sua virtualidade. A sociedade é subsumida na sua integralidade, até os centros vitais da sua estrutura social: trata-se de um controle que invade a profundidade das consciências e dos corpos da população, atravessando as relações sociais e as integralizando (PELBART, 2011: 82).

Contudo, as estratégias biopolíticas de ~~fazer~~ "fazer viver" e ~~deixar~~ "deixar morrer" são pressupostos de uma sociedade de controle que oferece uma vida planejada,

adaptada, anexada e supostamente protegida, dentro dos ajustes necessários à reprodução do capital, sob constante controle das estatísticas, bancos de dados entrecruzados e ferramentas virtuais e audiovisuais de vigilância.

Em um contexto de sofisticação das tecnologias de poder, as estratégias biopolíticas, amparadas pelo discurso de proteção à vida, transmitem a ideia de naturalização das relações de poder vigentes e que a reprodução da existência está em “ordem natural”, em outras palavras, que está —~~do~~ bem”. Em 2009, ao longo das atividades do grupo de estudos de intervenção urbana³⁰, saímos em busca de possíveis reflexões sobre o —~~da~~ tudo bem” e de diálogos em localidades planejadas ao trânsito. Ao mesmo tempo em que desejávamos uma troca, tínhamos que enfrentar e vivenciar a rapidez desses lugares, propondo quebras de ritmo, ao mesmo tempo em que erámos levados por ele. A ideia consistiu na ação de quatro pessoas, dentro da estação Sé do metrô e no seu entorno, na Praça da Sé. Três caminhantes, separados por um intervalo de mais ou menos dez segundos, repetem a mesma pergunta para um transeunte qualquer: —~~Olá,~~ tudo bem?”. Logo após o aceno, partem em caminhada, como se tratasse de um encontro de conhecidos, mas

³⁰ “Tudo bem” foi uma intervenção proposta por Marcus Flávio Carvalho Andrade, dentro das atividades do Grupo de Estudos de Intervenção do Mapa Xilográfico, realizado em 2009 no Sesc Pompéia. Participação da ação “Tudo bem” Tábata Costa, Milene Valentir, Diogo Rios, Marcus Flávio Carvalho de Andrade. A ação ocorreu em 08/08/2009.

que não pode ser fruído por conta do ir e vir da cidade, seu fluxo. Quem era aquela pessoa? Conheço de onde? Sorrisos trocados e um breve aceno de mãos encerram a aproximação. Dez segundos depois, uma segunda abordagem, parecida com a primeira, ao mesmo transeunte, causando inquietação. Dez segundos após, a terceira e última tentativa: —Oitudo bem?”. Uma espécie de desejo interrompido gerado, afinal de contas, quem eram aquelas pessoas que sorridentes abordam, abrem a possibilidade de encontros e seguem em ritmo acelerado do seu cotidiano. Ao sair da estação, diante das escadas rolantes que desembocam na Praça da Sé, ao lado de outros homens placas que anunciam a compra e venda de ouro, um quarto agente carrega uma placa pendurada ao pescoço, corpo cansado, apoiado sobre a pergunta reiterada: —~~tudo~~ bem?”.

Em choque, dois sentidos linguísticos de uma mesma indagação: o —~~tudo~~ bem” como função fática, de encontro, inaugurando um diálogo qualquer; e a função denotativa da pergunta —~~tudo~~ bem?”, ou seja, a indagação levada adiante sobre como estão as coisas, a vida, enfim, se estamos nos sentindo bem. A primeira, adequada à brevidade de encontros, como uma primeira conexão de uma troca que está por vir. A segunda, mais vagarosa, lançando uma reflexão existencial em meio a tantos estímulos publicitários de mercado presentes na praça, anexada a um corpo lento em meio ao trânsito. Convites para aproximações e relações de troca de singularidades.



Intervenção urbana Tudo Bem. Praça da Sé, São Paulo, SP. 2009.

Ao vivenciar a criação e a ressignificação de um lugar, esquina, cidade, qualquer transeunte acessa um devir artístico singular, a percepção da cidade como obra, inventada e planejada e que, portanto, pode ser redesenhada e reinventada através de uma disposição ao alcance de todos, exercitando a arte como ação objetiva de transformação do espaço e como ação subjetiva na construção de si, ou seja, elaborando autonomamente a própria subjetividade, exercitando singularidades, campo em profunda disputa sob a égide do capitalismo cognitivo e simbólico. Guattari (2000) sustenta que

é possível desenvolver modos de subjetivação singulares, aquilo que poderíamos chamar de "processos de singularização": uma maneira de recusar todos esses modos de encodificação preestabelecidos, todos esses modos de manipulação e de telecomando, recusá-los para construir, de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular. Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossos (GUATTARI, 2000:16).

Os processos de singularização provocados pelas ações de intervenção urbana são acontecimentos e dispositivos de subversão diante dos agenciamentos corporativamente concebidos na cidade, formas de resistência aos projetos biopolíticos de dominação, ao transformarem o biopoder, a premissa do controle

social em suposta defesa da vida, em biopotência, ou seja, o poder da própria vida, das pulsões, dos desejos, das criações, como contra-mola dos agenciamentos capitalísticos. São processos de singularização que não espelham o poder constituído. Nas palavras de Pelbart, a biopotência como —~~pot~~ência política da vida na medida em que ela faz variar suas formas e reinventa suas coordenadas de enunciação”³¹.

No tocante às iniciativas de agenciamento da subjetividade, intensificou-se no mundo contemporâneo a exploração de uma relação fetichista da mercadoria através de processos de colonização do imaginário e de construção de uma subjetividade atrelada às demandas da reprodução do capital.

Para tanto, os gestores buscaram absorver diversas críticas que eclodiram nos anos 60, como as reclamações referentes às estruturas rígidas, hierárquicas, autoritárias e massificantes do universo do trabalho, às atividades mecânicas e repetitivas e à arquitetura alienante. Desta maneira, constituiu-se um capitalismo que tentou absorver características da contracultura, o que significou uma nova via de acesso às subjetividades, tanto como trabalhadores, como consumidores.

Como trabalhadores, observou-se uma mudança das exigências e das —~~qualificações~~”, apontando para um —~~perfil~~” mais criativo, proativo, imaginativo, lúdico

³¹ (PELBART, 2011:138)

e afetivo, apto a trabalhar em equipe e coordenar projetos. Segundo Pelbart, a busca pela habilidade conexcionista é central no novo —perfil”:

Os manuais de management (...) insistem numa palavra chave: conexão. O poder de conexão, a capacidade de conectar-se, com pessoas do seu meio de trabalho, com pessoas de outros meios, com pessoas de outros universos, ampliando suas informações, seu horizonte, sua capacidade de navegação no magma de oportunidades, sua possibilidade de inventar projetos interessantes. (PELBART, 2011: 97)

Como forma de ajuste do capitalismo, o que antes era objeto de repulsa pelo sistema passou a ser sua nova via, ou seja, a promoção de um universo do trabalho mais —humano” que, como contrapartida, via afetividade, produziu uma confusão do mundo do trabalho com o universo privado do trabalhador, criando uma cobrança de pertencimento e de engajamento às atividades geradoras de lucro no posto de trabalho. Além disso, a ideia de projeto fragmenta as iniciativas, apresentando uma solução que integra uma relativa —autonomia” do trabalhador à busca por controle sobre o que é desenvolvido, uma vez que um projeto pode ser abortado antes de significar riscos maiores às estruturas, além de caracterizar-se como um arranjo de motivos e objetivos com início, meio e fim, logo, flexíveis no engajamento e também em seu abandono caso os objetivos não sejam alcançados.

Ainda no aspecto afetivo, a absorção dos desejos de liberação dos anos 60 pelos gestores do capital colocaram o sucesso e o fracasso no mundo do trabalho como resultante de esforço ou características meramente individuais, o que promove

uma constante angústia em busca da auto realização em um mundo supostamente mais “autônomo”, o que estabelece um contexto de controle social difuso e enraizado na elaboração da autoestima dos indivíduos. Pelbart lembra que

A obrigação torturante de autorrealização ilimitada em condições mais solitárias, com novas formas de controle informático ou mesmo grupal, torna-se uma coerção mais pesada do que as anteriores, já que procede dos pares, numa espécie de policiamento permanente. (PELBART, 2011:103)

Este “capitalismo conexionalista” ou “rede”³² promove uma espécie de sequestro das redes vitais, agenciando esferas íntimas dos trabalhadores em busca de maior lucro e produtividade. Pelbart destaca que:

De repente os aspectos mais humanos do homem, seu potencial, sua criatividade, sua interioridade, seus afetos, tudo isso que ficava de fora do ciclo econômico produtivo, e dizia respeito antes ao ciclo reprodutivo, torna-se a matéria-prima do próprio capital, ou torna-se o próprio capital. Isso tudo que antes pertencia à esfera privada, da vida íntima, ou até mesmo do que há de artístico no homem, daquilo que caracteriza mais o artista do que o operário, passa a ser requisitado na produção. Não há como escapar à impressão de que essa “liberação” é uma liberação também do capital, de sua fronteira antes restrita, estanque, pesada, mecânica, podendo agora, no ciclo produtivo (...) mobilizar o homem por inteiro, sua vitalidade mais própria e visceral, sua “alma”. (PELBART, 2011: 99)

Uma “nova” liberação do capital, travestida de “liberação” humana, em busca

³² Termo cunhado por Boltanski e Chiapello – BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. Le nouvel esprit du capitalisme. Paris, Gallimard, 1999.

de solucionar as crises de expansão, uma vez que a exploração das subjetividades representa uma nova vereda, atrelada ao agente produtivo assalariado e aquilo que ele irá fazer com seu salário, como consumidor.

(...) o consumo alienado torna-se para as massas um dever suplementar à produção alienada. (DEBORD, 1997:31)

No polo consumidor, os agenciamentos em busca de exploração dos desejos e a sua canalização para o consumo se sofisticam constantemente, apostando na venda de —estilos de vida”, sensações ou sentimentos ao invés de produtos que supostamente seriam os objetos à disposição no mercado. —O capitalismo mercantilizou o desejo, sobretudo o desejo de liberação, e assim o recuperou e o enquadrou”³³, destaca Pelbart. Trata-se de um projeto que busca uma forma de consumo duplo: o consumo efetivado em determinado ato de compra e, mesmo sem tal ato, o consumo das imagens através dos agenciamentos planejados pela publicidade de mercado.

Uma vez mercantilizado, o desejo transformou-se em um potente canal de acesso às subjetividades, uma vez que as realizações e as satisfações mais íntimas de um indivíduo foram apresentadas como disponíveis nas prateleiras dos

³³ PELBART, 2011: 103

mercados, shopping centers, nas sensações —experimentadas” ao consumir determinado sanduíche em uma rede de fast food ou na cerveja gelada atrelada à exploração sexual da imagem feminina. A suposta variedade dos serviços e produtos oferecidos aparenta uma falsa diversidade, transformando vontades de liberação antes não-capitalizáveis em importante viés de aumento do consumo.

O capitalismo transforma o não-capital em capital, não só paisagens, ritmos, mas também maneiras de ser, de fazer, de ter prazer, atitudes, e nisso consiste sua inventividade nos últimos anos, na intuição de antecipar os desejos do público, com a importância crescente dos investimentos culturais e tecnológicos. Mercantilização da diferença, da originalidade. (PELBART, 2011: 104)

Ao infiltrar-se no campo do desejo via estratégias comunicacionais oriundas das agências e departamentos de marketing, intensificou-se o processo de sequestro da cultura de uma determinada sociedade, uma vez que o espaço para as elaborações autênticas³⁴, alheias aos interesses do mercado, é reduzido não apenas no campo do chamado —mercado cultural” — um bom exemplo da naturalização de tal sequestro — mas, especialmente, no universo das subjetividades, instituindo uma espécie de darwinismo informacional e comunicacional, veiculando com ênfase o que o público supostamente deseja após duvidosas aferições via pesquisas mercadológicas, eliminando a diferença e instituindo uma falsa diversidade de

³⁴ Autênticas no sentido de produzidas sem fins mercadológicos, mas como processos oriundos de práticas e saberes significativos para uma determinada sociedade.

opções. Balizado pela busca de sucesso comercial, estabeleceu-se uma relação direta entre pesquisa de mercado e produtos culturais, ou seja, ganha notoriedade e difusão social as criações com potencial de lucro e, conseqüentemente, pelo fato de serem amplamente divulgadas, são capazes de criar referências e critérios que passam a ser identificados e assimilados pela sociedade como produções autênticas. Trata-se de uma relação de mão dupla, onde se perde o referencial da autonomia do processo criativo, uma forma de darwinismo informacional com implicações na elaboração do imaginário de uma sociedade.

Ao refletir sobre a subjetivação capitalística e os desdobramentos em uma prática consumista, hedonista e individualista, o Mapa Xilográfico, ao lado de estudantes do Parque São Carlos³⁵, Zona Leste de São Paulo, elaboraram a intervenção Bebê Objeto, que consistiu em sair pelas ruas, bares e mercados do

³⁵ As atividades desenvolvidas no Parque São Carlos pelo Coletivo Mapa Xilográfico integraram o projeto Fórum Verde, da Companhia Mudança de Cena, em 2011, que consistia em desenvolver uma peça teatral através das propostas do Teatro do Oprimido junto aos estudantes da região. No desenvolvimento da peça, o Mapa Xilográfico – Diga Rios e Milene Valentir participaram desse percurso - propôs experiências de intervenção urbana como forma de alimentar o processo de criação do grupo. Participaram do projeto Aline Assis Alves, Ana Karine Souza, Daiane Gomes Moreira, Drielly Ferreira da Silva, Felipe Almeida, Fernanda Araújo Silva, Fernanda Cedro Silva, Hugo de Jesus Silva, Jéssica Santana Lima, Julyanna Quindós Honorato, Marina Silva da Fonseca, Natany Alves, Neio Amorim Leite, Pamela Santos, Raquel Moller, Tiago Almeida, Yara Toscano (Mudança de Cena) e Kelly de Bertolli (Mudança de Cena)

bairro carregando um suposto bebê, que diante de um olhar mais atento, revelava ser um produto objeto de fetiche contemporâneo, como um tênis de marca ou um teclado de computador.

Ao entrar no supermercado ninando um teclado de computador, embrulhado no colo da mãe, os olhares dos seguranças refletiram uma situação de difícil compreensão. Como abordar? Impedir que aquele objeto entrasse no mercado? Um primeiro desequilíbrio que não gerou oposição da equipe de segurança. Ao caminhar pelos corredores, olhares de inquietação enquanto aquela mãe calmamente colocava itens em seu carrinho de compras. No caixa, enquanto registrava seus produtos, um homem intervém: —~~Esse~~ é o seu bebê?”. “Sim, eu o comprei! O dinheiro não compra tudo?” responde a agente da intervenção. O homem rebate: —~~nã~~, o dinheiro não compra tudo não, você está enganada...e a saúde, o dinheiro manda na saúde?”. Ela questiona: —~~fique~~ doente e vá lá no SUS ver o atendimento...”. A caixa do mercado participa do debate, concordando com a alegação do homem. Ele argumenta: —~~Se~~ você tiver dinheiro e vai em um médico bom e, mesmo assim, não tem jeito? Compre ou não? O médico não cura e seu dinheiro não vai valer... Aí o dinheiro vai ficar para os outros”. Ela ressalta que tem outro modo de viver e que é consumista e provoca: —~~to~~ds somos consumistas!”. O homem sorri, despede-se e parte afirmando: —~~o~~ dinheiro não faz tudo não”.

Uma —~~ca~~nça-produto”, dentro de um supermercado, no ato de pagamento, ao som dos anúncios publicitários de ofertas especiais. Ruídos e elementos em choque. Subjetividade capitalística em questão.



Intervenção
Urbana
Bebê Objeto.

Pq.São Carlos.
São Paulo, SP.
2011.

Em sua busca sistêmica por acumulação, o capital encontrou na espetacularização das relações uma maneira de ampliar suas fronteiras produtivas e de consumo, em mais um capítulo de sua interferência na dimensão espaço tempo, agora atuando no espaço íntimo dos indivíduos, a construção de si.

A sociedade espetacular, apontada por Debord, pode ser interpretada como o desdobramento do sequestro da produção cultural de uma sociedade, na medida em que se infiltra nas relações interpessoais. —O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens”³⁶. Como Harvey aponta, o desenvolvimento tecnológico do modo de produção capitalista propiciou reverberações dialéticas e socioecológicas nas demais esferas de atividade, que se ajustaram mediante a possibilidade de elaboração de imaginários planejados para o agenciamento e a anexação ao sistema com o advento dos meios de comunicação de massa no final do século XIX, a internet no final do século XX e a explosão das mídias móveis no início do século XXI. Segundo Debord, —o

³⁶ DEBORD, 1997:14

espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem”.³⁷ Para além de uma visão que poderia ser enquadrada como platônica, como se o espetáculo escondesse uma suposta vida —verdadeira”, o que Debord aponta é a ampliação da infiltração dos planejamentos de marketing, via desenvolvimento tecnológico, nas elaborações do imaginário de uma sociedade, ou seja, os processos autênticos de produção cultural são os alvos de colonização pelos estratégias de pesquisa-marketing-consumo: —A realidade surge no espetáculo, e o espetáculo é real”³⁸. Não há uma verdade por trás do espetáculo, mas uma tomada de posição mais acentuada do capital na produção do imaginário e das subjetividades. —O espetáculo é o sentido de uma prática total de uma formação econômico social”³⁹, em outras palavras, o espetáculo é um novo ajuste do capital em busca de encontrar novas veredas de acumulação. Em São Paulo, construtoras tem criado bairros inteiros com a proposta de —cidade dentro da cidade”, ou seja, um simulacro de convivência planejada, logo, dissimulada. Um exemplo é o bairro Jardim das Perdizes, apresentado da seguinte maneira pela construtora:

CONCEITO BAIRRO PLANEJADO:

O projeto Jardim das Perdizes na verdade é um bairro planejado e muito moderno bem no centro desta metrópole agitada que é a nossa São Paulo. **No entorno do bairro residencial, você também irá contar com um complexo comercial contendo CONVENIÊNCIA, ESCRITÓRIOS DE**

³⁷ IBIDEM, 1997:25

³⁸ IBIDEM, 1997:15

³⁹ IBIDEM, 1997:16

PROFISSIONAIS LIBERAIS, HOTEL e muito mais, para lhe atender a qualquer necessidade e momento. (...) contará com um **SISTEMA DE SEGURANÇA INTEGRADA**. Trata-se de um modelo que envolve recursos tecnológicos, humanos e organizacionais para prevenir e diminuir os riscos às pessoas e ao patrimônio. Esse é um processo desenvolvido sob a adequada coordenação de esforços de **segurança pública e privada**. Dispositivos de filmagem poderão **identificar eventos não rotineiros** que possam afetar o bem-estar dos moradores do condomínio e monitorar constantemente áreas comuns e de circulação, garantindo um ambiente mais seguro. O Parque central terá sua área cercada, contendo **portões e horários de abertura e fechamento**. (...) você e sua família poderão desfrutar de inúmeros momentos agradáveis além de terem o **privilégio** de praticar esportes ao ar livre numa pista de Cooper feita especialmente para TODA FAMÍLIA!⁴⁰

Em suma, uma vida simulada, com possibilidades de morar e trabalhar dentro do bairro-condomínio, capaz de atender quaisquer necessidades, morada de segurança máxima, atenta a comportamentos não rotineiros, ordenada e regrada, e claro, um importante apelo publicitário: seja um privilegiado!

Os espaços de brincar, potentes contraespaços⁴¹ exercitados, são brechas de rememoração e de indisciplina corporal na cidade. Transformar localidades utilitárias em lúdicas significa fomentar outros agenciamentos e relações singulares entre os brincantes. Em busca de tais transformações, o grupo de estudos de

⁴⁰ Disponível em <http://www.jardimdasperdizesoficial.com.br/>. Acessado em 18.10.2014

⁴¹ Ver mais em Espacialidade e Heterotopia

intervenção urbana⁴² concebeu uma amarelinha não maniqueísta para ser brincada, sem ponto de partida ou chegada, tendo como extremidades do tabuleiro o —inferno celestial” e o —céu infernal”. Na praça, faixa de pedestres, calçada, o convite era lançado aos transeuntes, cada qual com seus conceitos de celestiais e infernais. Jogo aberto pelos encontros na cidade. As brincadeiras como convites a o exercício de heterotopias e de singularidades.



Intervenção Amarelinha. Faixa de Pedestres. Rua Clélia, Lapa. São Paulo, SP, 2009.

⁴² Grupo de Estudos organizado pelo Mapa Xilográfico em 2009, no Sesc Pompéia, em São Paulo. Participaram do grupo de estudos: Milene Valentir Ugliara, Tábata Costa, Diga Rios, Marco Ferrari, Leonilda Reis, Daniel Rabanéa, Daniela Fatochetto, Hugo Calixto, Beatriz Cristal, André Lom, Letícia Kamada, Marcus Flávio de Andrade, Roseli Cunha e Thiago Roque.

O aperfeiçoamento técnico de agenciamento alcançou uma velocidade coerente com a necessidade de expansão do capital, inaugurando novas aproximações ao desejo de maneira permanente, promovendo uma sensação de que aqueles que não acompanham tais inovações ficarão para trás em uma suposta linearidade histórica evolucionista e progressista. Kehl (2004:61) lembra que “a publicidade se estabeleceu nas economias capitalistas como um recurso indispensável para o escoamento dos bens de consumo” e um importante aliado dos gestores na manutenção das taxas de lucro.

A compreensão e a exploração dos desejos tem sido o alvo dos processos de espetacularização mediante a construção de imaginários que, ao serem difundidos, interferem na elaboração autônoma dos indivíduos acerca da imagem de si, dos outros e do mundo. Por exemplo, a veiculação do que seria um imaginário perfeito e alegre em uma peça publicitária audiovisual de refrigerante que —“~~cont~~ém felicidade” reverbera na satisfação de desejos de um indivíduo que busca, em seu cotidiano, construir uma vida “feliz”, buscando sequestrar imageticamente a autonomia dos indivíduos diante da reflexão ética e individual sobre o conceito de felicidade. Todos os elementos, minuciosamente estudados pelas agências de

marketing como o ritmo, as cores, a iluminação, os ~~perfis~~⁴³ de atores, a fotografia, a ~~imagem~~ da liberdade, da realização existencial, da completude, dentre outras características caricatas de tais peças, atravessam desejos e promovem a confusão entre o produto vendido e a sensação explorada. Segundo Kehl,

A operação consiste em apelar para a dimensão do desejo, que é singular, e responder a ela com o fetiche da mercadoria. A confusão que se promove, entre objetos de consumo e objetos de desejo, desarticula, de certa forma, a relação dos sujeitos com a dimensão simbólica do desejo, e lança a todos no registro da satisfação de necessidades, que é real. (Kehl, 2004:50)

É justamente a relação com a dimensão simbólica do desejo, relação singular e autônoma estabelecida pelo sujeito, que é o alvo dos processos de espetacularização, atrelando-a ao campo das necessidades. Debord (1997:24) lembra que o sujeito ~~quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo~~. Nessa operação que o ~~eufemismo~~⁴⁴ se institui, transformando o ato de compra em uma necessidade de completude existencial, em outras palavras, a mercadoria como adereços necessários ao bem estar e a suposta felicidade.

Utilizando abordagens que fomentem a satisfação de desejos, na perspectiva de liberação, não de castração, a publicidade vende uma forma de gozo imediato audiovisual, via consumo das imagens e, consequentemente, o impulso de

⁴³ Perfis como eufemismo de conceitos racistas de beleza.

⁴⁴ Referência à poesia “Eu Etiqueta”, de Carlos Drummond de Andrade.

realiza-lo no ato de compra efetivado - o que não está definitivamente ao alcance de todos, fato indissociável da construção de uma sociabilidade violenta. Nessa espécie de cooptação do desejo, opera-se uma mercantilização do inconsciente, uma infiltração na dimensão social do desejo, agenciando-o na direção do lucro. Kehl lembra que

Os publicitários descobriram que é possível fazer o inconsciente do consumidor trabalhar a favor do lucro de seus clientes. O inconsciente, como se sabe, não é ético - nem antiético. O inconsciente é amoral. Ele funciona de acordo com a lógica da realização (imediata) dos desejos, que na verdade não é tão individual quanto parece. O desejo é social. Desejamos o que os outros desejam, ou o que nos convidam a desejar. Uma imagem publicitária eficaz deve apelar ao desejo inconsciente, ao mesmo tempo em que se oferece como objeto de satisfação. Ela determina quais serão os objetos imaginários de satisfação do desejo, e assim faz o inconsciente trabalhar para o capital. (Kehl, 2004:61)

Atuar sobre o caráter social do desejo significa necessariamente atuar sobre a imagem do outro, além de influenciar na preocupação de qual imagem de si é produzida para o outro, incentivando uma subjetividade narcisista em um cotidiano espetacular, repleto de objetos anexados na vitrine de si mesmo apresentada ao outro.

Ao analisar a relação de admiração em relação ao outro em nossa sociedade, Jurandir Freire Costa destaca:

A diluição do sujeito na moral do consumo e do mercado faz do sucesso uma das poucas condições de posse da admiração do outro. Admiração

desejada porque significa acesso a um maior número de bens materiais e à distinção pelos signos do consumo ostentatório. Os ídolos da publicidade não precisam ser “excelentes” no que são ou fazem. O emblema do sucesso é a permanência em cartaz e os objetos que exibem. A angústia do anonimato causa inveja do sucesso e avidez pela publicidade porque o sucesso é praticamente o único meio de individualização deixado aos indivíduos. Modelo que reafirma a importância da posse de objetos de consumo como espelho identificador. Eu sou aquilo que possuo, e quanto mais possuo, em qualidade e quantidade, mais sou bem-sucedido. (Costa, 1994:46)

Contudo, o olhar ao outro e a sua eventual admiração são atravessados pela ostentação e pelo desejo de consumo atrelado a uma imagem de sucesso. A fama, a visibilidade, o reconhecimento social infiltrado pela capacidade de consumo demonstrada. Daí a sensação prazerosa de preenchimento de si ao efetivar a compra de uma novidade apresentada pela mídia tão explorada pela mais simples campanha publicitária, o reconhecimento do outro através da vitrine de si, um dos lados da mercantilização do desejo.

Na mediação audiovisual dos agenciamentos entre o eu e o outro, a televisão ocupou um papel preponderante na elaboração de imaginários mercantilizados. Ao analisar a televisão, Kehl destaca a potência dessa mídia que

(...) passa a ser transmitida por um veículo que é doméstico, cotidiano, onipresente (pode estar no ar, atualmente, 24 hs/dia), e faz a ponte entre a

individualidade privatizada e o espaço público que ela (TV) ocupa ou, melhor, substitui. A televisão tornou-se, desde o pós-guerra até hoje, um emissor de imagens tão onipresente e uniforme a ponto de ocupar o lugar imaginário do Outro nas sociedades onde ela impera. (Kehl, 2004:46)

Associado ao mundo do trabalho cada vez mais competitivo - fruto da ética do capital - à uma arquitetura de vida urbana casa-trabalho-casa que promove grandes cidades repletas de solidão, à violência sistêmica originária da concentração de renda que transforma o espaço público em local de medo e vigilância (e também majoração de lucros para o segmento da segurança privada e indústria de armas), a existência do Outro passa a ser fortemente reconhecida através da mediação televisiva, com toda a sua falsa diversidade. A própria existência social ganha reconhecimento quando —~~essa~~ passa na tv” em sociedades onde a televisão se consolidou como principal produtora do imaginário.

No caso brasileiro, a TV ocupou papel estratégico ao longo da ditadura civil-militar (1964-1985) na construção de uma —~~brasilidade~~” audiovisual que construía um —~~Brasil~~na tevê”⁴⁵ desvinculado do que ocorria no contexto público daquele período. A rede Globo de televisão, fundada um ano após o golpe, representou um importante instrumento na implantação e manutenção do regime, mantendo-se como a referência de —~~espaço público~~” e de —~~existência social~~” até os dias de hoje.

⁴⁵ Referência à música “Bye Bye Brasil” de Chico Buarque. — “No Tocantins; o chefe dos Parintintins; vidrou na minha calça Lee; Eu vi uns patins prá você; Eu vi um Brasil na tevê”.

Tire a TV de dentro do Brasil e o Brasil desaparece, ou seja, a representação que o Brasil faz de si mesmo praticamente é desligada. A TV une e iguala, no plano do imaginário, um país cuja realidade é constituída de contrastes, conflitos e contradições violentas. A TV conseguiu produzir a unidade imaginária onde só havia disparidades materiais. Sem tal unidade, o Brasil não se reconheceria Brasil. Ou, pelo menos, não se reconheceria como o Brasil que tem sido. (Bucci, 2004: 222)

Nesta operação de sequestro do espaço público, transferindo sua existência e percepção para a mediação televisiva, integraram-se dois elementos indissociáveis: a dimensão pública de uma sociedade e a infiltração e produção televisiva de um imaginário. Por exemplo, em junho de 2013, diante da efervescência política nas ruas ocupadas por manifestações espalhadas por todo o país, foi evidente a influência televisiva – em especial da Rede Globo de Televisão – nos desdobramentos dos fatos e até em uma espécie de sequestro das pautas reivindicatórias. Em um primeiro momento, qualificou as manifestações como “~~a~~andalismo”, legitimando a truculência do Estado contra os manifestantes. Em um segundo momento, diante do risco de perder o seu poder de “pauta pública”, uma vez que as manifestações ganharam fôlego e as denúncias da truculência policial percorreu a internet⁴⁶ gerando reações de apoio aos manifestantes, sequestrou a pauta gradativamente, apoiando às manifestações como legítimas e transformando-as em protestos “~~co~~tra a corrupção”, uma pauta vaga, moralista e politicamente orquestrada com objetivos eleitorais, fato que promoveu reações fascistas e garantiu

⁴⁶ A possibilidade de horizontalidade da internet tem incomodado a mídia televisiva, dificultando a manutenção do sequestro vertical do espaço público promovido pela TV.

o papel da Rede Globo como a mídia que ainda pauta as questões públicas de nossa sociedade.

Diante da solidão urbana e de sequestro do espaço público, Kehl (2004:50) lembra que —~~de~~ dependemos do espetáculo para confirmar que existimos e para nos orientar em meio aos nossos semelhantes, dos quais nos isolamos”. Isolado, o consumidor do espetáculo é ávido pela sensação de pertencimento social, em busca de preenchimento existencial que o próprio espetáculo lhe priva, e a —~~paixão~~ paixão de segurança” de ser parte de algo coletivo, que forneça sentido de vida, o torna ainda mais suscetível a uma sociabilidade espetacularizada. Segundo Kehl,

(...) convocado a responder como consumidor e espectador, perde o norte de suas produções subjetivas singulares, mais a indústria lhe devolve uma subjetividade reificada, produzida em série, espetacularizada. Esta subjetividade industrializada ele consome avidamente, de modo a preencher o vazio da vida interior da qual ele abriu mão por força da ~~paixão~~ paixão de segurança”, que é a paixão de pertencer à massa, identificar-se com ela nos termos propostos pelo espetáculo. (Kehl, 2004: 53)

Os corpos infantis tem sido um alvo privilegiado das estratégias de agenciamento dos desejos, uma vez que ao explorar o imaginário infantil, as agências de publicidade encontram uma via desprotegida para a orientação do consumo familiar, além de fidelizar as crianças às logomarcas e campanhas de longa duração. Neste processo, tem sido recorrente a exploração da sexualidade da

criança, promovendo um contexto de erotização infantil capaz de uma dupla ação: orientar um desejo não compreendido pela criança para o consumo e utilizar a imagem da criança como veículo para atingir os adultos. "Não é difícil encontrar propagandas e anúncios onde a criança é mostrada em pose sensual ou em um contexto de sedução"⁴⁷, destaca Landini, apontando para a existência de uma —~~erótica~~ infantil" difundida pela mídia.

Por outro lado, um processo de infantilização dos adultos se acentua na esteira de agenciamentos que exploram a liberação de desejos, esvaziando a percepção fundamental de um processo de amadurecimento de que não podemos tudo, pois existe o outro, existe o mundo. Cada vez mais —~~adultos~~” se constituem sob a égide de uma ética hedonista e narcisista, com profundas dificuldades diante da frustração, adultos infantis e com imaginários espetacularizados. —~~Goza!~~ diz a teledramaturgia exibicionista aos voyeurs do vídeo. Goza! diz a máquina publicitária aos consumidores em potencial”⁴⁸.

Em busca de conectividade constante e intensificação dos fluxos informacionais, aos moldes das preocupações de retirada de obstáculos para a circulação de capitais e serviços e a reprodução do capital, as recentes tecnologias

⁴⁷ LANDINI, 2000:29

⁴⁸ KEHL, 2004:60

de dispositivos móveis, viabilizadas a partir do desenvolvimento da internet, alcançam um objetivo de intensificar a experiência de vida através de alguma mediação que possibilite novos agenciamentos. Celulares, iphones, tablets e smartphones representam uma nova etapa da espetacularização das relações, na medida em que estão grudados aos corpos de seus consumidores, com sua ansiosa tecnologia de estar em conexão a todo instante.

Tal tecnologia atende a diversos requisitos biopolíticos e espetaculares, na medida em que funcionam, simultaneamente, como monitoria remota e como novas vias de acesso publicitário para o agenciamento dos consumidores em potencial. Além disso, viabilizam estratégias publicitárias cada vez mais individualizadas ao cruzarem dados do portador do aparelho com suas pesquisas recorrentes pela internet, presença em determinados locais que já existem ações midiáticas virtuais, como aeroportos e cafés wifi. As redes sociais, como o Facebook, por exemplo, ao promover uma confusão entre espaço íntimo e coletivo, consegue capturar e sistematizar as informações alocadas pelos usuários e transformá-las em seu maior produto de mercado, uma vez que consegue estabelecer perfis e interesses de cada integrante, informações preciosas no desenvolvimento de campanhas publicitárias. Vivemos o início de uma nova etapa de estratégias de marketing para além do espaço privado via televisão e dos computadores pessoais, mas que cada vez mais se esparrama para os espaços públicos, os espaços virtuais, ou em qualquer lugar em que seus sentidos não estejam esperando receber um estímulo para o consumo.

Todas essas questões da economia coletiva do desejo deixam de parecer utópicas a partir do momento em que não mais consideramos a produção de subjetividade como sendo apenas um caso de superestrutura, dependente das estruturas pesadas de produção das relações sociais. A partir do momento em que consideramos a produção de subjetividade como sendo a matéria-prima da evolução das forças produtivas em suas formas mais desenvolvidas (...) Tais mutações da subjetividade não funcionam apenas no registro das ideologias, mas no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular com o tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho, com a ordem social suporte dessas forças produtivas. E se isso é verdade, não é utópico considerar que uma revolução, uma mudança social a nível macropolítico, macrosocial, diz respeito também à questão da produção da subjetividade, o que deverá ser levado em conta pelos movimentos de emancipação. (GUATTARI E ROLNIK, 2000:26).

O capital segue sua ansiosa busca, inaugurando novas veredas de sua reprodução, indispensável para a manutenção do modo de produção capitalista. Diante da crescente dificuldade em administrar suas crises e da evidência de seus limites de expansão, foi necessário encontrar ou criar novos espaços, seja no mundo virtual, ou no campo da subjetividade. As taxas de consumo não podem cair, mesmo que isso signifique o colapso do planeta. A mercantilização dos desejos não pode cessar, mesmo diante da manipulação de pulsões humanas com severos desdobramentos na psique dos indivíduos. A erotização infantil provocada, mesmo diante de recorrentes casos de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Tal atravessamento do modo de produção sobre os desejos apresenta um

local de resistência: a construção de si, a subjetividade e os exercícios de singularidade. Diante dos corpos docilizados via ação disciplinar, dos dispositivos biopolíticos de gerencia da vida e da colonização do imaginário, cultura e inconsciente mediante a espetacularização das relações, a necessidade de desmontar o planejado, desequilibrar as ordenações e, fundamentalmente, potencializar uma experiência vital singular para além das estratégias de controle significa um caminho fértil e de libertação.

Espacialidade e Heterotopia

O espaço é o lugar privilegiado de compreensão de como o poder opera (FOUCAULT, 2013:52).

A relação dos corpos no espaço, com o espaço e as concepções arquitetônicas que planejam usos e práticas são formas sutis de exercícios de poder. Um corpo estacionado defronte à vitrine, atraído por um produto minuciosamente alocado por um vitrinista; a roda em torno de um pregador religioso no centro da cidade, agenciados por uma palavra apresentada como divina; os passos cronometrados ao atravessar uma via, autorizados pelo verde, em alerta diante do vermelho; as escadas rolantes dos shopping-centers coordenadas e espalhadas para um maior trajeto diante dos produtos para quem deseja mudar de pavimento; o espelho d'água que simultaneamente —~~a~~ beleza” e blindava o Congresso Nacional; o panóptico de Bentham, as salas de aula, hospitais, as câmeras de vigilância, enfim, as tecnologias de poder. O poder se esparrama no espaço, exercitando, praticando e criando lugares com a participação dos corpos que legitimam (ou não) tais planejamentos.

Uma vez que são os corpos que naturalizam tais relações de poder e, fundamentalmente, dão vida ao espaço habitado, são também os corpos capazes de propor e elaborar outros espaços, imprevisíveis, incontroláveis e com alguma invisibilidade diante do poder. São os contraespaços. Foucault (2013) lembra que

O corpo é o ponto zero do mundo, lá onde os caminhos e os espaços se cruzam, o corpo está em parte alguma: ele está no coração do mundo, este pequeno fulcro utópico, a partir do qual eu sonho, falo, avanço, imagino, percebo as coisas em seu lugar e também as nego pelo poder indefinido das utopias que imagino. (FOUCAULT, 2013:14).

Nisso reside a potência dos corpos em criar e recriar os espaços, de corporificar outra cidade, relações, sensações, usos, práticas, enfim, o maior obstáculo das tecnologias de poder reside na singularidade do —~~ponto~~ ponto zero do mundo”. A prática dos contraespaços, que Foucault chama de heterotopias, é um dos desafios das ações de intervenção urbana, ou seja, a proposição de outros espaços vivenciados em meio aos planejamentos urbanos.

Não se vive em um espaço neutro e branco; não se vive, não se morre, não se ama no retângulo de uma folha de papel. Vive-se, morre-se, ama-se em um espaço quadriculado, recortado, matizado, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis, degraus de escada, vãos, relevos, regiões duras e outras quebradiças, penetráveis, porosas. Há regiões de passagem, ruas, trens, metrô; há regiões abertas de parada transitória, cafés, cinemas, praias, hotéis, e há regiões fechadas do repouso e da moradia. Ora, entre todos esses lugares que se distinguem uns dos outros, há os que são absolutamente diferentes: lugares que se opõem a todos os outros, destinados, de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los. São como que contraespaços. As crianças conhecem perfeitamente esses contraespaços, essas utopias localizadas. É o fundo do jardim, com certeza, é com certeza o celeiro, ou melhor ainda, a tenda de índios montada no celeiro, ou é então - na quinta-feira à tarde - a grande cama dos pais. É nesta grande cama que se descobre o oceano, pois nela se pode nadar entre as cobertas; depois essa grande cama é também o céu, pois se pode saltar sobre as molas; é a floresta, pois pode-se nela esconder-se. (FOUCAULT, 2013:20).

A busca pelas heterotopias no espaço urbano pode se caracterizar como um exercício que integra o macropolítico e o micropolítico, atrelado a ideia de invenção e reinvenção dos espaços, em formas de poetização direta e cotidiana da cidade, rompendo com as estratificações de ser —artista” ou —~~ão~~ artista” através de uma vivência em processo de fazer artístico que culmina na elaboração de contraespaços, que carregam —que de mais essencial existem nas heterotopias. Elas são a contestação de todos os outros espaços”.

A criação de novos territórios é um objetivo das ações intervencionistas. Lugares fora do mapa, que eclodem, permanecem o tempo necessário e significativo aos seus construtores e praticantes. Espaços que promovem sociabilidades autônomas, em busca de diversidade e de acontecimentos fora do planejamento urbano, atravessados por experiências éticas, estéticas e políticas. A permanência e o desaparecimento como estratégias de insurgências, capazes de corporificar outros modos relacionais. Como uma TAZ, uma Zona Autônoma Temporária, que prevendo os riscos de absorção ou de repressão, é constituída – podendo durar alguns instantes ou décadas dependendo das circunstâncias - e dissolvida para ressurgir em outra fissura, em uma dança contra a estratificação e a institucionalização. Segundo Bey,

A TAZ é uma espécie de rebelião que não confronta o Estado diretamente, uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se re-fazer em outro lugar e outro momento, antes que o Estado possa esmagá-la. (BEY, 2001: 10)

A TAZ, ao construir espaços e práticas autônomas, questiona e deslegitima o Estado como estrutura necessária, o que pode acarretar uma situação de enfrentamento direto com o aparelho estatal, mas que é preparado mediante levantes e ações de enfrentamento e desaparecimento, em um movimento que dificulta as respostas repressivas por parte do Estado.

Em exercícios de formas de nomadismo, as práticas intervencionistas atuam na surpresa da invisibilidade que, mediante uma ruptura poética, desequilibra um lugar para imediatamente migrar para um outro, que propõe outra narrativa, mas impede que ela torne-se absorvida e cotidiana. Como cooptar o invisível, ou o visível que desaparece ao menor movimento de interferência do poder? Como destacam Deleuze e Guattari,

Escreve-se a história, mas ela sempre foi escrita do ponto de vista dos sedentários, e em nome de um aparelho unitário de Estado, pelo menos possível, inclusive quando se falava sobre nômades. (...) Eis modelos de escrita nômade e rizomática. A escrita esposa uma máquina de guerra e linhas de fuga, abandona os estratos, as segmentaridades, a sedentariedade, o aparelho de Estado. (...) Os nômades inventaram uma máquina de guerra contra o aparelho de Estado. Nunca a história compreendeu o nomadismo (...) (DELEUZE e GUATTARI, 1996:46)

Ao dificultar as formas de estratificação operadas pelo poder, as práticas

intervencionistas emitem convites-surpresas de um jogo para o aparelho estatal, daí a potência autônoma dos territórios criados, desfeitos e recriados no espaço urbano.

Existem emblemas arquiteturais do comércio: degraus levam à farmácia, enquanto a tabacaria apossou-se da esquina. O comércio sabe tirar proveito do limiar: na entrada da passagem, da pista de patinação, da piscina pública, da plataforma de embarque, coloca-se a guardião do limiar: uma galinha que bota automaticamente ovos de lata, contendo balas em seu interior; ao lado dela, uma vidente automática – um aparelho automático de impressão, com o qual podemos imprimir nosso nome numa tira de metal que nos prenderá ao pescoço o nosso destino. (BENJAMIN, 2006:125)

Neste início de século, o espaço urbano consolidou-se como majoritário no tocante ao número de habitantes no planeta, superando pela primeira vez na história o número de residentes em áreas rurais⁴⁹. Um longo processo que atravessa a modernidade, inaugurado com a ruptura da ascendente burguesia à estrutura feudal, originando cidades para além dos muros medievais em busca de trocas comerciais sem intermediações e taxas. A cidade moderna, como polo de concentração de atividade econômica, seja do ponto de vista da produção, mercado de trabalho e circulação das mercadorias, pode ser concebida como desdobramento de necessidades produtivas e de ascensão da burguesia diante dos poderes feudais e absolutistas. O surgimento das cidades modernas relaciona-se ao investimento do

⁴⁹Segundo a ONU-Habitat, metade da população mundial vive em áreas urbanas, sendo que um terço em favelas ou em assentamentos informais. Dados em 2012.

capital excedente, bem como o gerenciamento do processo produtivo e o estabelecimento de mercado consumidor em expansão.

(...) o espaço é história e nesta perspectiva, a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações. (SPOSITO, 1996:11)

A arquitetura da cidade, atrelada ao desenvolvimento do capitalismo, sofreu modificações conceituais de acordo com as necessidades e transformações do modo de produção capitalista. Se antes, sob a égide das demandas do capitalismo industrial, a cidade moderna possuía um caráter funcionalista e uniformizante, concebida em planejamentos urbanos de larga escala, em busca de expansão metropolitana, garantindo a circulação de produtos e da mão de obra empregada na produção, atualmente, diante do desenvolvimento de um capitalismo financeiro neoliberal, de caráter conexionista, ascenderam conceitos urbanos que supostamente questionavam as características homogeneizantes do urbanismo moderno, apresentando flexibilizações, fragmentações e ecletismo na concepção da cidade.

Entretanto, ao contrário da diversidade pregada, assistimos a um processo hegemônico de uma nova forma de uniformização, sob o rótulo de cidades globais que, associada à aceleração da internacionalização das economias evidenciada nas

últimas décadas, construiu um ideário urbanístico que transforma as metrópoles em espécies de elos de uma rede internacional de circulação de dinheiro e de investimento, apostando na valorização do espaço urbano como mercadoria e na sociabilidade urbana intermediada pela prestação de serviços como potentes áreas de lucratividade.

Disfarçada de eclética e plural, a cidade neoliberal constrói um novo padrão de cidade internacionalizada e integrada à globalização econômica, promovendo a homogeneização de um conceito arquitetônico de cidade e, por consequência, de imaginários e formas de vida. Teobaldo (2010) destaca

Uma das principais características do espaço é a possibilidade da existência de multiplicidade e narrativas, onde há a coexistência entre o encontro e as trajetórias e onde acontece ou não o conflito. A partir do momento em que há a homogeneização do espaço, muitas vezes promovidas e reforçadas pela mídia, as múltiplas identidades e diferentes formas de vida social são simplificadas. As imagens produzidas para a cidade constituem-se na negação da possibilidade de existência de outras imagens e, conseqüentemente, de outras leituras, retirando da cidade a multiplicidade e o conflito. Dessa forma, a cidade perde uma de suas expressões sociais: a sua diversidade de leituras. (TEOBALDO, 2010: 145)

Observa-se um processo de desindustrialização das metrópoles, uma vez que a fragmentação do processo produtivo industrial significa também a desconcentração das unidades produtivas, ao mesmo tempo em que as circunstâncias da vida urbana representam oportunidades lucrativas ao setor de serviços, tendo em vista que as alternativas de vida autônoma na cidade são cada

vez mais inviabilizadas.

Impossibilitada de sua relação com o cultivo de subsistência e com uma relação espaço-tempo significativa à própria existência, a população urbana enfrenta a dependência de diversas intermediações do mercado de prestação de serviços, só acessíveis aos portadores de dinheiro suficiente para efetivar o consumo. Alimentação, transporte, moradia, educação, saúde, dentre outras necessidades humanas, cada vez mais se transformam em ativos apresentados exclusivamente no mercado, uma das características da urbanidade neoliberal que, ávida pela expansão de mercados, implementa conceitos que esvaziam o estatuto de cidadania (no sentido de exercitar a vida na cidade e na conquista de direitos elementares) e impõe a condição de consumidores da cidade, de caráter cada vez mais privatista.

As metrópoles contemporâneas são espelhos de uma forma de sociabilidade que dificulta as decisões autônomas dos praticantes de um lugar, na medida em que sua velocidade, fluxos, imaginário, espaço e a temporalidade sofrem infiltrações de um conceito urbanístico que transforma a cidade em aplicação financeira com potencial de lucratividade, ou seja, o urbano tem sido concebido para maximizar valor. Em outras palavras, todos os elementos que constituem o que chamamos de cidade (ruas, praças, habitantes, transeuntes, escolas, hospitais redes de apoio social e etc.) são um alvo prioritário do capitalismo conexcionista, uma vez que as crises sistêmicas de expansão do capital se aceleraram nas últimas décadas e a infiltração na urbanidade e a aposta no segmento imobiliário foram o escape encontrado momentaneamente para enfrentar a estagnação econômica global: a

cidade, e tudo que a compõe, deve virar mercadoria. Se antes a cidade era um polo importante de troca de mercadorias, agora ela mesma é concebida como mercadoria a ser consumida na venda de privilégios.

Uma evidência da importância do segmento imobiliário na manutenção do crescimento econômico capitalista são as cidades de Tianducheng, Kangbashi, e Chenggong, todas na China. Tratam-se de cidades semi-fantasmas, com infraestrutura completa, transporte, postos de saúde, escolas, mas com pouquíssimos habitantes. Fruto de planejamentos em busca de manter o crescimento econômico chinês, a construção de cidades para uma população que não existe explicita a necessidade do investimento do capital excedente na valorização do espaço urbano. Tianducheng destaca-se por ser uma cidade-réplica de Paris, com grandes avenidas, ao gosto de Haussmann⁵⁰, incluindo uma cópia da torre Eiffel, uma caricatura de cidade simulada — “parque de diversões” e de conceitos urbanos homogeneizados.

⁵⁰ Georges-Eugène Haussmann foi prefeito do antigo departamento do Sena (que incluía os atuais departamentos de Paris, Hauts-de-Seine, Seine-Saint-Denis e Val-de-Marne), entre 1853 e 1870. Responsável pela reforma urbana de Paris, Haussmann implantou conceitos urbanísticos de enobrecimento e monumentalidade – denominava-se como “artista demolidor” –, favorecendo a especulação imobiliária e a expulsão do proletariado para os subúrbios. Seu plano urbano de largas avenidas visava o controle social e impedir a criação de barricadas em protestos sociais. Benjamin narrou as reverberações sociais de tais concepções: “(...) provoca nos parisienses estranhamento em relação à sua cidade. Nela não se sentem mais em casa. Começam a tomar consciência do caráter desumano da grande cidade” (BENJAMIN, 2006:49)



Tianducheng, a cidade simulacro de Paris. China, 2010.

A cidade como mercadoria exige uma nova forma de gestão, que nas palavras de Harvey (1996) produziu a mudança do —“enrichment ao empresariamento”, capaz de integrar o espaço urbano à ordem econômica mundial neoliberal. Para tanto, as relações entre os interesses público e privado se intensificaram em formas de parcerias, onde os governos incentivam e preparam o —“terro” para os investimentos privados e seus lucros. Segundo Harvey

O novo empresariamento urbano se caracteriza, principalmente pela parceria público-privada tendo como objetivo político e econômico imediato (se bem que, de forma nenhuma exclusivo) muito mais o investimento e o desenvolvimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que as melhorias das condições em um âmbito específico (HARVEY, 1996:53).

Neste contexto, a cidade global⁵¹ é concebida como um tabuleiro de especulação imobiliária, concentrando investimentos em regiões que devem ser valorizadas em consonância aos planos de negócios das empreiteiras, que com o seu poder econômico e político garantem influência em obras de duvidoso interesse público realizadas por iniciativa governamental. No caso brasileiro, por conta de um

⁵¹ Segundo Carvalho (2000), "O tipo ideal que se construiu para definir a cidade global partiu das características comuns observadas nas metrópoles que sofreram o impacto da globalização da economia. O que foi a princípio compreendido como especificidade histórica vivida por algumas metrópoles passou a se constituir em atributo a partir do qual se poderia designar como "global" determinadas cidades. Seria, portanto, "global" a cidade que se configurasse como "nó" ou "ponto nodal" entre a economia nacional e o mercado mundial, congregando em seu território um grande número das principais empresas transnacionais; cujas atividades econômicas se concentrassem no setor de serviços especializados e de alta tecnologia, em detrimento das industriais..." (CARVALHO, 2000:72)

sistema político sem restrições ao financiamento privado de campanha, constituiu-se uma espécie de democracia representativa das empreiteiras, responsáveis por suntuosas doações às campanhas dos partidos com potencial de vitória eleitoral, garantindo robustos contratos com a candidatura vencedora no pós-eleição, além de papel estratégico na celebração das parcerias público-privadas de desenvolvimento urbano. Informações privilegiadas sobre obras futuras garantem a compra de terrenos baratos por parte das construtoras que multiplicam o valor do terreno adquirido com a instalação de equipamentos públicos, como o metrô, por exemplo. Na cidade de São Paulo, no tocante à aprovação das leis de zoneamento e plano diretor, o segmento imobiliário também investe em campanhas de representantes legislativos, infiltrando-se na aprovação de uma legalidade condizente com seus planos de expansão⁵².

Em relações nada republicanas, o conceito de urbanidade neoliberal aprofunda a disputa territorial recorrente na história da urbanização moderna, ao corromper a esfera do interesse público mediante a manipulação do poder estatal, que, travestido de público, intensifica os processos de privatização da cidade. Através de obras de infraestrutura e embelezamento, os gestores da cidade-mercadoria são indispensáveis na valorização de regiões antes abandonadas pelo

⁵² Em São Paulo, nas eleições municipais de 2012, as empresas de construção civil e do ramo imobiliário foram responsáveis por mais de 57% das contribuições feitas somente aos diretórios nacionais de partidos que elegeram os vereadores da cidade. Dados acessados em setembro de 2014. Informações disponíveis em <http://reporterbrasil.org.br/gentrificacao/a-bancada-empreiteira/#vixe>

interesse lucrativo do capital. Para tanto, implementam ações chamadas de —revitalização” urbana, na maioria das vezes atrelado à instalação de equipamentos culturais, em busca de travestir a manobra de especulação imobiliária como uma reforma de interesse comum e de valorização dos espaços públicos da cidade.

As ações de revitalização configuram-se como práticas higienistas de expulsão da população pobre residente nas regiões que são alvo de valorização do solo, uma vez que sua presença —desvaloriza” o entorno diante de empreendimentos segregacionistas e racistas, além de não representarem um mercado consumidor mais lucrativo para a gama de serviços que será oferecida no bairro pós-valorização. Trata-se de uma ação de gentrificação, que Smith (1996) define como

processo (...) pelo qual vizinhanças operária e pobre no centro da cidade são renovadas através de um afluxo de capital privado e compradores e inquilinos da classe média — vizinhança que tinha previamente experimentado um desinvestimento e um êxodo da classe média (SMITH, 1996:32).

De forma silenciosa, através de implementos e melhorias nos bairros que gradativamente aumentam o custo de vida e de permanência em determinada localidade (aluguéis e alimentação inflacionados, por exemplo), ou de maneira violenta e explícita, mediante ações policiais de reintegração de posse de imóveis que há anos ou décadas encontravam-se sem função social (e sem interesse

lucrativo pelo baixo valor da região antes do processo de especulação), a gentrificação caracteriza-se como uma das práticas recorrentes da urbanidade neoliberal, sempre apresentada como um projeto de interesse público de renovação urbanística. Segundo Mendes (2011)

(...) trata-se de uma recentralização urbana e social seletiva, alimentada por novas procuras, promotora de uma crescente revalorização e reutilização física e social dos bairros de centro histórico, indiciando, por conseguinte, novos processos de recomposição da sua textura socioespacial. Essa tendência encontra-se associada à recomposição do sistema produtivo, cuja evolução se pauta por uma crescente terciarização e pela emergência de um novo modelo de acumulação capitalista mais flexível, que reconhece no (re)investimento no centro histórico – de capital imobiliário, e na sua circulação – uma mais-valia. Atualmente, uma nova conjuntura econômica revela a constituição de uma nova forma de gentrificação permeada por processos de promoção e marketing imobiliário submetidos à mediação do mercado e que, mais do que nunca, contribuem para transformar o espaço residencial da cidade centro em mercadoria. (MENDES, 2011: 479)

Através do processo de terciarização, fruto de uma nova forma de reprodução do capital no espaço urbano que se desindustrializa, as estratégias de marketing ganham outra dimensão no cotidiano da cidade, uma vez que bairros e regiões inteiras passam a ser —avitalizados” em busca de criar uma sociabilidade mais dependente e aberta às infiltrações de uma vida fundada no consumismo de serviços e da própria cidade. Lima (2004) destaca que tais políticas visam excluir

(...) a primitiva população destes espaços regidos pelo poder político e pelos interesses corporativos, que se transformam em espaços semi-públicos,

uma vez que o público deve pagar pelos serviços dos quais usufrui (LIMA, 2004).

Diante de ações localizadas de valorização de determinadas regiões, a cidade global e sua arquitetura monumental – símbolo da pungência econômica das transnacionais - se constitui com uma urbanização fragmentada e segregacionista (também fruto da concentração de renda típica das políticas econômicas neoliberais), uma vez que bolsões de riqueza blindados passam a contrastar com espaços de pobreza deslocados do interesse imobiliário, ao menos até o próximo processo de expulsão-revitalização. Para tanto, efetiva-se um conceito de cidade vigiada, com investimento em novas tecnologias de segurança para os privilegiados com capacidade de consumo que, preocupados com os índices de violência urbana diretamente relacionados a uma urbanidade segregacionista e classista, constituem um novo segmento de mercado na cidade fraturada, o da segurança privada.

Condomínios fechados e de segurança máxima proliferam como a materialização do desejo de não conviver com o diferente, fruto de uma sensação de medo difusa e, ao mesmo tempo, difundida, com interesses políticos, na justificativa de práticas policiais indefensáveis – tortura, assassinatos, racismo e prisões arbitrárias nas comunidades periféricas e pobres – e interesses econômicos, na consolidação de uma sociabilidade entre muros condominiais e dentro de bairros blindados e sua vasta gama de serviços exclusivos a serem implantados no entorno

dos bairros gentrificados e valorizados, sob o discurso imobiliário de —consume sem sair do bairro” ou em forma de —delivery” para uma elite trancafiada em suas bolhas de vida simulada. Segundo Caldeira (1997),

Nas últimas décadas, a proliferação de enclaves fortificados vem criando um novo modelo de segregação espacial e transformando a qualidade da vida pública em muitas cidades ao redor do mundo. Enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. (CALDEIRA, 1997: 155)

Recentemente, o fenômeno dos —elezinhos”⁵³ na cidade de São Paulo evidenciou a segregação espacial na cidade, uma vez que jovens moradores de regiões periféricas causaram alarde com a simples presença em shoppings centers de regiões ricas, sendo recebidos com seguranças desconfiados, lojas fechando suas portas e a polícia sendo acionada, não para registrar o explícito caso de discriminação praticado em tais estabelecimentos, mas para expulsar aqueles corpos indesejáveis das catedrais de consumo da classe média e elite paulistana. A segregação em São Paulo se fundamenta em duas perspectivas da sensação de medo: o da elite, diante de uma iminente convulsão social, fruto de uma distribuição de renda desigual; e o temor da população pobre diante da violência policial que executa uma forma de apartheid mediante os gatilhos disparados em comunidades periféricas. E o medo é um ótimo catalizador de consumo.

⁵³ Encontros organizados por jovens pobres e residentes em regiões periféricas em Shopping-centers e regiões ricas da cidade de São Paulo.



Shopping Internacional Guarulhos. Jovens são abordados por seguranças sob a alegação de cantarem funk no estabelecimento⁵⁴.

⁵⁴ Foto de Robson Ventura, de 14.12.2013. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/the-international-new-york-times/2014/01/17/onda-de-rolezinhos-deixa-a-pergunta-de-quem-e-o-shopping-center.htm#fotoNav=2> . Acesso em 05.10.2014

O processo de valorização de determinada área desconsidera as práticas e as circunstâncias da comunidade local, uma vez que os empreendimentos desenvolvidos trazem consigo outro modo de viver na cidade, diverso dos moradores e praticantes de uma localidade antes das ações de “revitalização”. Gradativamente, observa-se o apagamento da memória de um lugar, tendo em vista a substituição da população residente. Os recém-chegados, enquadrados e satisfeitos com a compra do pacote “ida-nova”, tendem a incorporar em seu cotidiano a forma de habitar concebida pelos arquitetos da sociabilidade neoliberal. Os novos moradores ao contemplarem a cidade de suas varandas gourmets e usufruírem de um lar concebido por algum renomado designer de interior esvaziam o próprio processo de construção de pertencimento autêntico de uma localidade, uma vez que os conceitos de uma vida sofisticada, ostentatória e supostamente privilegiada promovem formas de isolamento e de fragmentação, tanto na cidade, quanto dentro dos muros condominiais.

Em São Paulo, diante da crítica do apagamento da história, diversos empreendimentos imobiliários tem integrado em seus lançamentos aspectos de uma suposta “identidade local”, como, por exemplo, a manutenção de chaminés de fábricas antigas ou a preservação de casas históricas como espaço cultural, o que, concretamente, não significa uma forma de respeito a história do lugar, ao contrário, uma estratégia de assimilação através de formas de museificação onde o curador da exposição é o interesse mercadológico da empreiteira. Trata-se de uma forma de apagamento da memória e a alocação de “novas memórias corporativamente

desenhadas”⁵⁵, que eliminam traços culturais locais em uma nova forma de colonização de áreas urbanas. Além disto, a valorização de uma história remanescente é um ótimo aditivo para a venda de um produto, no caso, uma —nova vida”, um novo lar.

A casa das Caldeiras⁵⁶ e a casa do Eletricista⁵⁷, situadas no bairro da Água Branca, na cidade de São Paulo, são resquícios arquitetônicos do que foi o maior complexo industrial da América Latina na década de 40, as Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo. Nas proximidades da estrada de ferro Sorocabana e São Paulo Railway por questão logística de escoamento de sua produção, a fábrica influenciou por décadas a sociabilidade da região, que se caracterizou como um bairro de moradia operária, de baixo valor de mercado, inclusive por conta dos frequentes alagamentos em época de chuvas, fruto do transbordamento do Rio Água Preta, em seu trajeto até o Rio Tietê.

Nos anos 80, diante do interesse de valorização da região, o complexo foi destombado com a anuência da Secretaria de Cultura Municipal, o que levou a

⁵⁵ Teobaldo, 2010:140

⁵⁶ Desde 2005 a Casa das Caldeiras é gerida pela Associação Cultural Casa das Caldeiras, que desenvolve ações culturais no local. A associação tem como parceiros dois bancos: o inglês Barclays e a Fundação Itaú Social. Dados disponíveis em <http://casadascaldeiras.com.br> (acesso em 09.2014)

⁵⁷ Atualmente a Casa do Eletricista transformou-se em escritório de uma imobiliária, a Abyara Brokers, que intermedia negociações imobiliárias em toda a cidade.

demolição de quase todo o complexo, restando apenas as casas citadas, implantando no local enormes estacionamentos que visavam guardar o terreno para a sua comercialização em momento propício de valorização. Em 2010, o momento do ganho especulativo chegou. Em explícita associação Público-Privada, a prefeitura implantou a Operação Urbana Água Branca⁵⁸, que dentre outros pontos de melhoria, incluiu —melhorar os sistemas de macro e microdrenagem para diminuir os problemas de inundação ocasionados pela deficiência das redes e galerias existentes” e —a construção de novas unidades residenciais, contribuindo para o repovoamento do distrito da Barra Funda que vem perdendo população nas últimas três décadas. Estes dados indicam uma nova vocação para a região e necessidade de rever alguns dos parâmetros até agora adotados”. Em outras palavras, resolver o problema de inundações para que um novo morador, rico e com capacidade de consumo da nova —vocação” do lugar (prestação de serviços) possa usufruir de um bairro repleto de equipamentos culturais e de fácil acesso aos meios de transporte e linhas de tráfego.

Não tardou para o lançamento do —Empreendimento Comercial e Residencial Casa das Caldeiras” nos terrenos guardados por anos para a sua valorização, renomeando o bairro como —Nova Perdizes”. O arquiteto responsável pela obra, Carlos de Azevedo Antunes, ressaltou em entrevista publicada em 2010⁵⁹: —No

⁵⁸ Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/lapa/noticias/?p=6568> (acesso em 09.2014)

⁵⁹ Entrevista disponível em <http://www.portalvgv.com.br/site/complexo-casa-das-caldeiras-e-lancado->

poderíamos deixar de preservar as raízes do bairro, que marca todo o desenvolvimento da cidade de São Paulo. Para isso, buscamos traduzir esses aspectos em cada detalhe do empreendimento”. A obra, encerrada em 2013, conta com cinco torres, uma comercial (535 salas) e quatro residenciais (384 apartamentos), ocupando 23.000 m², em um bairro de origem operária, repleto de casas geminadas e com pouca verticalização. Segundo reportagem no portal VGV⁶⁰, um dos diferenciais do empreendimento é justamente a localização ao lado de locais —históricos”:

Os prédios ficarão ao lado de dois marcos históricos da cidade de São Paulo, a Casa das Caldeiras, atualmente destinada a eventos culturais, e a Casa do Eletricista, que está localizada dentro do complexo imobiliário. As duas são edificações remanescentes das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (maior grupo empresarial da América Latina na década de 30) e foram tombadas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Arquitetônico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) em 1986.

por-helbor-e-setin/ (acesso em 09.2014)

⁶⁰ Ibidem



Casa das Caldeiras, bairro da Água Branca, cercada pelo empreendimento que leva o seu nome, no bairro rebatizado como "Nova Perdizes". São Paulo, SP. 2015



Casa do Eletricista, bairro da Água Branca, integrada ao empreendimento como escritório imobiliário, no novo bairro “Nova Perdizes”. Prédio comercial do empreendimento ao fundo. São Paulo, SP. 2015

As ações de museificação são tentativas de preencher o vazio promovido pelas ações de expulsão de determinada região, utilizando-se de um discurso de defesa da cultura com a criação de dissimulados espaços culturais que operam como legitimadores de uma espécie de imposição cultural, a narrativa dos vencedores. O apagamento da antiga sociabilidade é operado pela valorização de uma cultura dominante, atrelada aos interesses de reprodução do capital e de sequestro das produções culturais autônomas, enquadrando e disciplinando as possibilidades de práticas, sentidos e significados de vida. Segundo Guattari (2000),

O conceito de cultura é profundamente reacionário. É uma maneira de separar atividades semióticas (atividades de orientação no mundo social e cósmico) em esferas, às quais os homens são remetidos. Isoladas, tais atividades são padronizadas, instituídas potencial ou realmente e capitalizadas para o modo de semiotização dominante – ou seja, elas são cortadas de suas realidades políticas. (GUATTARI, 2000,15)

Desta forma, um conceito de urbanidade é instalado em bairros inteiros, sem audiências públicas, conselhos comunitários, planos diretores, ao contrário, autoritariamente desenvolvidos de acordo com o mapa de valorização-especulação das empreiteiras. Segundo Sanchez (1999),

A aspiração de colocar a cidade no novo mapa do mundo é perseguida por hábeis gestores do city marketing que fabricam também uma nova

cidadania, um novo modo de ser e viver na cidade. É o que chamamos de cidade-espetáculo”. (SÁNCHEZ, 1999).

–A falta de espaço hoje para as crianças crescerem é muito grande, e aqui na Vila Itororó agente tem isso. Tem espaço para brincar, se divertir, morar, enfim, tem espaço para tudo (...) Eu sinto uma imensa dor no coração quando eu passo em um lugar que tinha um casarão de 50, 80 anos e daqui a pouco se transformou em um estacionamento. (...) A gente tem que aprender a cultuar o passado, e o passado não é só o que a gente fez. É a nossa história de vida, é o local que a gente mora, é a nossa educação, onde nossos pais moraram, de onde viemos. Essa é a história da nossa vida que temos que preservar. (...) Você tem que ter memória e é isso que queremos preservar, a história da Vila Itororó, que é a história de nossas vidas.” Antônia Cândido⁶¹

Construída na década de 20 com elementos recuperados do incêndio que atingiu o teatro São José, a Vila Itororó foi concebida como espaço de moradia, composta por um palacete e 37 casas em seu entorno, para que seu proprietário, o tecelão Francisco de Castro arrecadasse através de pagamento de aluguel. Diante da morte de seu construtor, a vila foi a leilão para o pagamento de credores e, na década de 70, acabou doada para a Santa Casa de Misericórdia da cidade de Indaiatuba, no interior de São Paulo. Até a década de 90, todos os seus moradores pagaram seus respectivos aluguéis, até o instante em que a própria Santa Casa determinou a interrupção das cobranças em 1997. Neste contexto, que caracterizaria

⁶¹ Moradora da Vila Itororó. em entrevista concedida ao Coletivo Mapa Xilográfico em setembro de 2009

com o passar dos anos como usucapião urbano, defendendo as moradias e a posse legítima de tais imóveis por parte de seus moradores, em 2006 a prefeitura de São Paulo na gestão de José Serra assinou um decreto transformando a vila em espaço de utilidade pública para sua posterior desapropriação. Os moradores resistiram e ingressaram com uma ação de usucapião que, a passos lentos tramitava, diante da velocidade com que a ação de despejo se desenvolvia. Mais uma vez, a “utilidade pública” era apontada contra o interesse público, contra os legítimos moradores da Vila Itororó.

A justificativa era a criação de um centro cultural e gastronômico que valorizaria a região, um presente para a cidade. Gradativamente, diversos terrenos ao redor da vila foram comprados, suas construções demolidas para a instalação de estacionamentos e galpões de lojas de automóveis, apenas aguardando o desfecho do despejo para a valorização dos terrenos vizinhos.

A luta foi longa. A comunidade organizada já se constituía como um centro cultural com moradia, com diversas atividades educativas para as pessoas da vila e de fora dela, firmando parcerias com coletivos de arte que se somavam a luta⁶². Foi concebido um projeto arquitetônico alternativo⁶³ ao da prefeitura, que integrava a restauração da vila, a moradia e a manutenção de um centro cultural autônomo, gerido pela comunidade e aberta à cidade. Tal projeto jamais foi apreciado pela

⁶² O Coletivo Mapa Xilográfico e o Impulso Coletivo foram alguns coletivos que participaram das ações de resistência ao lado da comunidade.

⁶³ Escritório modelo MOSAICO, da Universidade Mackenzie.

prefeitura.

Em 2013, as últimas famílias foram retiradas, após longa resistência. Dezenas de policiais cercaram o local, orientados por oficiais de justiça e por funcionários da secretaria de cultura do município, apoiados por dezenas de agentes de coletes amarelos do programa —cidade limpa”, e retiraram à força a cultura da vila, as pessoas que lá habitavam, com sua forma de vida e sociabilidade únicas no centro de São Paulo. Hoje, tapumes protegem o empreendimento em reforma, restauração ou —revitalização”. Em dezembro de 2013, o Instituto Pedra, associação civil sem fins lucrativos, fundado em fevereiro do mesmo ano, obteve a aprovação, junto ao Ministério da Cultura, de captação de recursos via Lei Rouanet, para as obras de restauro da Vila Itororó. Em setembro de 2014, ofereceu o projeto a título de doação para a Prefeitura de São Paulo, inaugurando o prazo de cinco dias úteis para que outra proposta fosse apresentada, o que não ocorreu. Acolhida a doação e formalizado o contrato em dezembro de 2014, o Instituto Pedra tornou-se o responsável pela obra e a prefeitura firmou parcerias público-privadas com o Banco Itaú e a Camargo Correa, para custearem uma parte do empreendimento.

Diante do contexto de expulsão da cultura da vila, e conseqüentemente, do apagamento em curso, o Instituto Pedra decidiu organizar em um galpão, vizinho à vila, um espaço cultural, que denominaram de —Na Itororó, Canteiro aberto”, argumentando que desejava a participação popular na decisão do futuro espaço de cultura a ser instalado no espaço da vila. Após um convite, ex-moradores, coletivos que colaboraram na luta dos moradores e demais interessados foram ao encontro

dos gestores avaliar as circunstâncias atuais da Vila Itororó.

Chegando ao galpão, localizado em um terreno acima da vila, possibilitando uma visão privilegiada sobre seu pátio, uma primeira surpresa: todas as moradias recentes, os puxadinhos de alvenaria foram demolidos, em um claro recorte de que tais habitações não tinham —valor histórico de preservação—. Em suma, a participação popular tinha início com uma parte significativa da vila posta ao chão. Qual história seria contada pelo espaço cultural que, em nome da preservação de bens materiais, expulsou seus moradores? A tensão se estabeleceu no encontro e a afirmação categórica, por parte de ex-moradores e coletivos que integraram a luta de permanência, de que só existe uma maneira de remediar os equívocos produzidos: o retorno dos moradores que desejarem e a implementação de habitação de interesse social no local. Apenas essa decisão geraria um contra fluxo no processo de gentrificação já iniciado.

Atualmente, a disputa segue, uma vez que a reverberação das críticas ao projeto do centro cultural inaugurou a possibilidade de instalar no espaço do galpão um edifício de moradia popular⁶⁴. Entretanto, diante da valorização territorial gerada

⁶⁴ Em 21 de abril de 2015, o atual secretário de Cultura do município de São Paulo, Nabil Bonduki, mostrou-se favorável à instalação de habitação de interesse social no galpão, estendendo a intenção para o próprio espaço da Vila Itororó, em um segundo instante, uma vez que a propriedade da Vila após a desapropriação foi transferida ao Estado de São Paulo, o que necessitaria de uma negociação com o governo do Estado. Entretanto, cabe ressaltar que, o último despejo dos moradores, realizado em 2013, foi colocado em prática pela atual gestão (prefeitura de Fernando Haddad, janeiro de 2013 à dezembro de 2016) e que a obra de restauro se viabilizará através de parceiras público-privadas, ou seja, haverá interesse econômico de tais investimentos para a construção de habitação popular na região, desvalorizando o território com tal destinação? Que cidade é construída mediante contratos de

pelo despejo dos moradores e pela designação da Vila Itororó como centro cultural, - verificável pela quantidade de empreendimentos imobiliários lançados no entorno nos últimos anos - a construção de um prédio com a finalidade de habitação de interesse social na região possui poderosos inimigos que não estão dispostos a aceitar seus empreendimentos serem desvalorizados com a descaracterização do projeto de centro cultural.

Enquanto isso, o Instituto Pedra segue chamando o galpão de —~~Va~~ Itororó”, em uma estratégia de afirmar a prática do lugar como —~~cultural~~”, organizando ~~workshops~~”, festas e eventos que tentam legitimar uma nova prática do lugar, em uma forma sutil de apropriação, uma vez que tenta envolver ex-moradores no processo e promove espaços de diálogo em busca de instituir um suposto ambiente participativo que, na verdade, já carrega uma escolha, de fomentá-lo como centro cultural, ao invés de moradia.

A tendência é termos em alguns anos, mais um lançamento espetacular na cidade, o Centro Cultural Vila Itororó, com suas catracas, controles, seguranças, curadorias, horários e claro, muita especulação imobiliária. As empreiteiras agradecem.

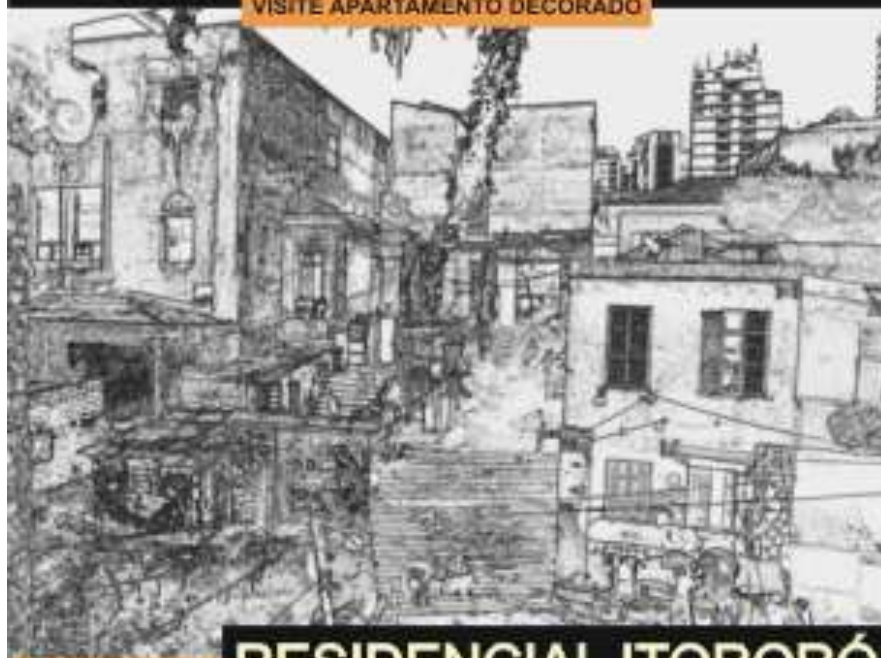


Intervenção Urbana Gatunos S.A.
 – “Visite Decorado” e “Análise
 (Des)Crédito. Moradores Vila
 Itororó + Coletivo Mapa
 Xilográfico, 2010



VENHA CONFERIR O MAIOR LANÇAMENTO IMOBILÍÁRIO DA BELA VISTA

VISITE APARTAMENTO DECORADO



RESIDENCIAL ITORORÓ

**MORADIA É
O NOSSO
NEGÓCIO**

**Dia 15/05, das 10:00 às 19:00
Rua Martiniano de Carvalho, 287
Bela Vista**



GATUNOS S.A.
Especialistas em projetos,
concretizando o futuro

**Programa
Centro é Caro
Vá Embora!**



Intervenção Urbana
Gatunos S.A.
Cartaz.

Moradores Vila Itororó +
Coletivo Mapa Xilográfico,
2010

(É)DIFÍCIL DIALOGAR COM A PREFEITURA

**Projeto arquitetônico complexo,
área de lazer inacessível,
infraestrutura e segurança permanente
contra protestos e manifestações,
brinquedoteca com os direitos sociais.
Tudo para garantir privilégios.**

Carta aos moradores da Vila Itororó

Vimos por meio deste avisar, para que não se olvidem tampouco bem compreendam, que logo menos não mais pousará neste endereço, onde hoje lhes remetemos este cordial lembrete, vossa ilustre habitação.

Espernear, gritar e protestar, temos por obrigação dizer, é pouco desevável de vossa parte, não é de bom tom responder à cordialidade com espírito revoltoso. Sugerimos que diante da contingência imanente de vossa delicada situação, se dirijais à Rua dos Desesperados em nossa repartição, no próximo dia 30 de Fevereiro, número 0009, sala 278534 da ala DANOU, complexo SE.

É de fundamental importância que nos encaminhem aqueles documentos gerados, timbrados, carimbados, assinados, autenticados, revistos, revisados, mas ainda não liberados por alguns de nossos colegas daquela outra ignominiosa repartição. Lamentamos estas malhas burocráticas, mas sem esta liberação não há como planejarmos a solução.

Gratos pela atenção

É a prefeitura trabalhando pelo povo de São Paulo

Saiba mais: <http://vilaitororo.blogspot.com>

Intervenção Urbana
Gatunos S.A. – Panfleto.

Moradores Vila Itororó +
Coletivo Mapa Xilográfico,
2010

Nascida na luta pela permanência dos moradores da Vila Itororó, a Gatunos S.A. é uma empreiteira fictícia fundada no bojo das constantes ameaças de despejo sofridas pela comunidade. O Coletivo Mapa Xilográfico e os moradores criaram a intervenção —lançamento imobiliário” que instalou um stand de vendas no pátio da vila remetendo à sua comercialização, estratégias de valorização territorial e gentrificação na cidade de São Paulo.

A instalação contou com um apartamento decorado integrado, com banheiro, sala e quarto em um mesmo cômodo de 4m², um stand com análise (des) crédito — um jogo labiríntico em que nenhum perfil se adequava às exigências de financiamento — e uma apresentação sobre a missão e os conceitos urbanístico defendidos pela empresa: Expulsar o passado, concretar o futuro; Conceito arquitetônico sem-teto; e o programa —“entro é caro! Vá embora!”. Ao fundo, um jingle do empreendimento acompanhado por patrocinadores do sistema financeiro que garantiam credibilidade ao lançamento. Na entrada da vila, situada à Rua Martiniano de Carvalho, homens placas e crianças alertavam os veículos de tal oportunidade, tremulando bandeiras e distribuindo panfletos dos edifícios recém-lançados.

A ressignificação das estratégias de comunicação do segmento imobiliário tornou-se um jogo de desespetacularização dos croquis anunciados em jornais de domingo e de contra-ataque ao imaginário das varandas gourmets, símbolos de uma sociabilidade concebida nas pranchetas das incorporadoras.

A museificação-espetacularização da arquitetura urbana é fruto de parcerias entre os gestores da cidade e a iniciativa privada do segmento imobiliário, uma vez que o próprio conceito de governança urbana, sob a égide das concepções neoliberais, transforma as cidades em competidoras no mercado internacional de eventos, turismo de lazer e de negócios. A cidade global, gerida como vitrine para o consumo, deve transmitir uma imagem monumental de seus recursos, conquistas, cosmopolitismo, poder econômico, parque de serviços-diversões e rede hoteleira.

Concebida como espaço cenográfico para a atração de investidores, as grandes obras são formas de propagandear uma imagem de progresso econômico e camuflar as desigualdades urbanas geradas pelo processo de produção capitalista do espaço. Lima (2004) destaca que

Estas obras inusitadas de arquitetura atuam como vitrines publicitárias da cidade-espetáculo, tentando despertar o orgulho dos cidadãos e pretendendo neutralizar os muitos conflitos sociais. Não há ingenuidade nos projetos espetaculares de arquitetura. Eles servem quase sempre para esconder outras regiões da cidade onde reina a pobreza, a falta de educação e a miséria. (LIMA, 2004:1)

Contudo, um conjunto de iniciativas esteticamente —revitalizantes” é capaz de expulsar os indesejados e atrair investidores e consumidores ricos, em ações de —cosmética urbana”, sem significar transformações efetivas na vida da população

originária de um local, e sim a sua expulsão. Lima (2004) explica uma obra cenográfica como

aquela que, não conseguindo melhorar a qualidade de vida real de um bairro ou até mesmo de uma região, promove investimentos arquitetônicos onde a própria arquitetura é um palco para o cenário urbano e em sua forma está também sua função, ou seja, atrair o olhar e o lucro sobre a cidade (LIMA, 2004).

Em janeiro de 2012, diante da tentativa de implantar o projeto Nova Luz⁶⁵ da prefeitura de São Paulo, a Polícia Militar iniciou uma operação truculenta na —Cracolândia⁶⁶, como forma de expulsar a população de rua e dependentes químicos da região, abrindo espaço para ações de cosmética urbana e de valorização territorial. Como forma de combater mais uma iniciativa de criminalização de populações vulneráveis na cidade de São Paulo, foi organizado o —Furacão de gente diferenciada na Cracolândia”, em busca de integrar

⁶⁵ Projeto de caráter gentrificador, através de Parcerias público privadas, para a valorização territorial da região da Luz. O projeto pode ser encontrado em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/nova_luz/201108_PUE.pdf (Acesso em 10 de junho de 2015). O Jornal Brasil de Fato, com a participação do coletivo Mapa Xilográfico, desenvolveu em 2011 o especial Nova Luz, abordando o caráter higienista e gentrificador do projeto, Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/novaluz> (Acesso em 10 de junho de 2015)

⁶⁶ Termo pejorativo e discriminatório para designar uma região do bairro da Luz por conta da concentração de dependentes químicos consumindo crack.

movimentos sociais, população vulnerável e denunciar mais uma ação higienista em curso. Composto com o cenário de casas demolidas e tropas de policiais que acompanhavam o ato, a Gatunos S.A. enviou seus funcionários antecipando o “~~n~~ovo bairro” que está em processo de construção. Os homens placas apontavam suas setas comunicando as características dos futuros lançamentos: —~~T~~ortura”, —~~M~~olência lucrativa”, —~~V~~isite bairro decorado”, —~~O~~bras em ritmo acelerado” e —~~E~~speculação imobiliária”. Segmento da construção civil e imobiliário, financiadores e lobbystas da gestão de valorização territorial, processos de apagamento da memória e a prática de violência policial cotidiana devidamente apresentados.



Intervenção Urbana Gatunos S.A. – Homens placa Luz. São Paulo, SP 2012

O turista é um alvo importante para o urbanismo espetacular. Ávido pelo diferente, pela experiência, facilmente conduzido pelos cartões postais destacados pela agência de viagens e pelas atividades organizadas pelos ministérios da cultura e turismo, —“o turista consome a diferença” afirma Bey (2014:2).

A condição de consumidor da cidade, concebida pela cidade neoliberal, busca transformar o praticante do lugar em um contratante de serviços prestados, como um “turista” da própria cidade, ao contrário da condição de cidadania, onde construímos lado-a-lado o espaço urbano. Em uma espécie de alheamento, a dimensão pública e a produção cultural são enfraquecidas no universo dos praticantes da cidade, promovendo a privatização dos desejos e individualismo na prática social. Segundo Bey(2014)

O turista procura Cultura porque – no nosso mundo – a cultura desapareceu no bucho do Espetáculo, a cultura foi destruída e substituída por um shopping ou um talk-show –porque a nossa educação é nada mais que a preparação para uma vida inteira de trabalho e consumo – porque nós mesmos cessamos de criar. Embora os turistas pareçam estar fisicamente presentes na Natureza ou na Cultura, na verdade pode-se chamá-los de fantasmas assombrando ruínas, sem nenhuma presença corpórea. Eles não estão lá de verdade, mas sim movem-se por uma paisagem mental, uma abstração (“Natureza”, “Cultura”), coletando imagens mais que experiência. Muito frequentemente suas férias são passadas em meio à miséria de outras pessoas e até somam-se a essa miséria. (BEY, 2014:1)

O cidadão-turista é o objetivo da cidade espetáculo. Esvaziado de pertencimento ao local como um turista, alheio às reflexões de interesse público de um lugar que não se sente pertencente, atento às leis de defesa do consumidor -

caso tenha algum serviço prestado que não tenha alcançado a satisfação -, convencido de uma suposta condição de liberdade - para consumir -, o cidadão-turista acredita que o poder de compra é o responsável pela garantia de direitos, bem como o direito à cidade. Dentro das áreas cenográficas (distante das periferias controladas pela vigilância), o trabalho cotidiano é recompensado pelas horas de prazer oferecido pelas casas de divertimento e entretenimento, pela diversão dos bares, dos cafés e das casas noturnas, aliviando a sensação de “—ida inteira para trabalho e consumo”, como citou Bey. Na verdade, a indústria de divertimento urbano é uma tentativa de sequestro das poucas horas de prazer que, lucrativamente, é o consumo da cidade espetacular. Ao analisar a indústria cultural, Adorno já destacava o papel do divertimento proposto pela indústria cultural no processo de entreter e amornar os conflitos sociais:

Divertir-se significa estar de acordo. Isso só é possível se isso se isola do processo social em seu todo, se idiotiza e abandona desde o início a pretensão inescapável de toda obra, mesmo da mais insignificante, de refletir em sua limitação o todo. Divertir significa estar sempre: não ter que pensar nisso, esquecer o sofrimento até mesmo onde ele é mostrado. A impotência é sua própria base. É na verdade uma fuga, mas não, como afirma, uma fuga da realidade ruim, mas da última ideia de resistência que essa realidade ainda deixa subsistir. (ADORNO, 1985, p. 135).

Ao concebermos a cidade espetáculo como uma “—ota” que, gradativamente, promove relações humanas mercantilizadas, em espaços cenográficos e monumentais, em um processo de teatralização da vida dentro de simulacros

vigiados que deslocam o espaço público da “rua” como um alicerce da sociabilidade para a categoria de local perigoso que deve ser evitado, é possível aproximar o conceito adorniano de indústria cultural, antes voltado aos meios de comunicação de massa e a captura das produções culturais por esses meios, das concepções que fundamentam a cidade espetáculo. A mídia, neste caso, é o espaço urbano, um campo repleto de estratégias em busca de agenciamento para o consumo.

Ao fazer a crítica do divertimento como uma proposta oriunda apenas da indústria cultural, Adorno trata o termo como forma de distração diante do desgaste do trabalho cotidiano e como desvio da consciência dos processos de dominação impostos. Entretanto, desconsidera as possibilidades de ressignificações autônomas do divertir-se, bem como a potência questionadora e libertadora do divertimento - como as festas populares, as ocupações efêmeras da rua, os encontros entre amigos - enrijecendo sua análise e tratando o agenciado pela indústria cultural como massa, impossibilitada do exercício de reinvenção. Apesar das estratégias de mercantilização do divertimento, a singularidade dos indivíduos e dos acontecimentos caracteriza-se como um grande obstáculo aos processos de massificação totalizantes, ou seja, é possível encontrar alternativas e afirmar divertimentos autônomos. As ressignificações produzidas pelas intervenções urbanas são também exercícios de divertimento livre pela cidade. Em outras palavras, é divertido estar em desacordo do espaço urbano espetacular.



Recorte do sítio da internet do Bar Favela, Vila Madalena, São Paulo, SP⁶⁷.

⁶⁷ O Bar Favela, situado no bairro da Vila Madalena, em São Paulo, define-se da seguinte maneira: “Descontração em um ambiente aconchegante. O projeto do Bar Favela nasceu com o intuito de resgatar, nas pessoas, alguns valores básicos do dia a dia, que às vezes são esquecidos. A ideia é buscar algo que possa representar valores importantes como espírito de comunidade, alegria, descontração, diversão, amizade e solidariedade. Por mais estranho que possa parecer para alguns, obviamente deixando de lado alguns pontos negativos que lá existem, as favelas também traduzem esses valores. Com projeto assinado pelo arquiteto e designer Fernando Brandão, o Favela da Vila tem um ambiente que lembram favelas simples com toques modernos. Madeiras e vidros duplos cobrem toda a área externa, enquanto dentro cabos de aço simulam varais”. Cadeiras coloridas completam o ambiente. Um diferencial é o teto retrátil, que fica aberto nos dias mais quentes, deixando o lugar ainda mais agradável”. Disponível em www.faveladavila.com.br. Acessado em 17 de outubro de 2014.



Fachada do Bar Favela. Vila Madalena, São Paulo, Sp.2015

Como desdobramento de mais uma etapa da Operação Urbana Água Branca⁶⁸, que visa requalificar e valorizar a região da Barra Funda, foi lançado o Jardim das Perdizes, o —bairro planejado mais moderno de São Paulo”⁶⁹, segundo a Tecnisa, empreiteira responsável pelo empreendimento. Um dos destaques apresentados pelos corretores do empreendimento seria um presente para a cidade, uma praça no centro do condomínio, aberta ao público, com equipamentos de ginástica, pista de caminhada e ciclovia. A Gatunos S.A. decidiu conhecer o lugar e integrar-se a paisagem, à praça e ao stand de vendas. Doze funcionários da incorporadora mais sincera da cidade, com a missão de explicar seus valores com transparência, empunharam novas placas que destacavam o empreendimento: —Espaço público privativo”, —Ma blindada”, —Bairro Simulado”, —Obras em ritmo acelerado: morte de operários”, —Residencial de Segurança Máxima”, —Área de amnésia coletiva”, —Zona de exploração sexual”, —Expulsão de vendedores ambulante” e —Especulação imobiliária”. Caminhamos pelas vias do condomínio até chegarmos à praça - com locais demarcados para práticas disciplinadas, esculturas, árvores recém plantadas e completamente vazia - vendida como pública pelos

⁶⁸ Operação criada pela prefeitura de São Paulo e que estabelece um conjunto de medidas para requalificar a região e estabelecer parcerias público-privadas na valorização territorial. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/lapa/noticias/?p=6568> (acesso em 09.2014)

⁶⁹ Disponível em <http://www.tecnisa.com.br/lp/jardimdasperdizes>. (acesso em 09.2014)

anúncios publicitários. Câmeras de vigilância nos postes e a sensação de atravessarmos catracas invisíveis em cada esquina. Não tardou e um segurança privado nos abordou, querendo informações do que se tratava: era protesto? Não, respondemos. Tratava-se de uma ação artística em um espaço público, a praça. Indagamos se a praça era de fato pública e obtivemos a confirmação do guarda, com um detalhe interessante: a praça era pública, mas as ruas que garantem acesso a ela não. São ruas? Em um diálogo surreal, como o exercício de um espaço público pode acontecer se não existe acesso ao lugar? A resposta foi simples: —Se vocês passarem rapidinho, sem causar alarde pode”, afirma o segurança. Retrucamos: —Como assim, invisíveis?”. —Exatamente, vocês me entenderam”. Pediu que nos retirássemos de forma discreta. Na saída, decidimos caminhar em frente ao stand de vendas e a abordagem tornou-se mais ríspida pelo gerente do empreendimento. Questionava a placa acerca de morte de operários, bradando que ali não existia acidente. Desejava saber quem era o responsável pela manifestação? Alguém estava pagando para que fizéssemos aquilo? Ao término, um dos “funcionários” da Gatunos S.A. lança um comentário: —~~Est~~ praça é ótima para marcarmos um rolezinho”. A tensão chega ao limite. Decidimos partir. Nossos corpos criavam um ruído que desesperacularizava o bairro cenográfico e atrapalhava a venda do suposto paraíso.



Registro da parceria entre prefeitura e iniciativa privada. Ações de valorização territorial. Água Branca, São Paulo, SP. 2015.



Intervenção urbana Gatunos S.A. Mapa Xilográfico. Água Branca, São Paulo, SP. 2014

O espetáculo paulistano são milhões de pessoas encantadas com os robôs-noéis instalados em época de natal na Avenida Paulista: espírito natalino by Citybank e corpos em composição harmônica à cidade cenográfica. Espaço semi-público, aberto à desequilíbrios, mas consumível mediante um pagamento em forma sensorial, o agenciamento dos sentidos pelas logomarcas financiadoras da festa.



Intervenção Coral Analino. Coletivo Território B. Av. Paulista, São Paulo, SP. Dezembro de 2013

Era dia de efervescência natalina da Av. Paulista. Muita gente se amontoando em frente aos bancos, financiadores dos enfeites, seguranças e neve artificial em pleno início de verão paulistano. Faltava um coral natalino para engrandecer o espetáculo. E foram diversas apresentações, sempre em frente de instituições com íntima relação à data, como a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), por exemplo. O coral se alinha, toca seus sinos e entoa uma adaptação da música “Papai Noel Filho da puta”⁷⁰, da banda Garotos Podres:

Papai Noel filho da puta; Rejeita os miseráveis; Eu quero matá-lo!; Aquele porco capitalista; Presenteia os ricos; E cospe nos pobres; Presenteia os ricos; E cospe nos pobres; Pobres, pobres; Mas nós vamos sequestrá-lo; E vamos matá-lo!⁷¹

Algumas mães, incomodadas com a surpresa, tampam os ouvidos dos filhos. Outras dançam com os filhos no colo. Algumas pessoas, que já conheciam a letra da música, acompanham e somam suas vozes ao coral. Em frente a um banco, o maestro subiu em uma mureta que delimitava um jardim ornamentado, em busca de reger com maior campo de visão. É interrompido por um segurança que se aproxima exigindo que se retire dali. O maestro se contorce esquivando-se dos

⁷⁰ A intervenção Coral Analino, proposta pelo coletivo Território B, entoa a música “Papai Noel Filho da Puta”, da banda Garotos Podres, em arranjo natalino, ao longo da av. Paulista na ocasião dos enfeites de natal do ano de 2013. Disponível em http://youtu.be/FnBBE5HT_vl. Acessado em 12.10.2014.

⁷¹ Letra disponível em <http://letras.mus.br/garotos-podres/1400227/>. Acessado em 14.04.2015

empurrões. Senta na mureta enquanto tenta seguir a regência. Enfim desce, para ser acolhido pelos transeuntes que aguardavam o início da apresentação sob uma discreta vaia para o segurança. Um homem dança e canta ao lado do coral, identificando-se com a versão subversiva de cânticos do Papai Noel. Sorrisos, xingamentos, sustos, aplausos e pedidos de bis. Multiplicidade e polifonia no bojo do espetáculo.

—Anuncie no metrô. Mais de quatro milhões de consumidores por dia”, informa um anúncio na estação Sé, no metrô de São Paulo. O direito à cidade está intimamente ligado ao direito ao transporte, uma vez que toda e qualquer prática do espaço urbano é decorrente da possibilidade de locomoção, em especial em grandes metrópoles, caso contrário, o estabelecimento de um segregacionismo territorial se intensifica, pela impossibilidade de circular para localidades diferentes das determinadas pelas ações de gentrificação. Além do transporte em São Paulo não ser tarifa zero— ao invés disso, é caríssimo — o que poderia atenuar o apartheid territorial urbano, os passageiros são agenciados pela Companhia do Metropolitano de São Paulo que tem seus sentidos vendidos ao mercado publicitário cotidianamente, prática que rapidamente se espalhou para as companhias de trens e de ônibus da capital paulista. Transitar pelos serviços de transporte público em São Paulo significa, necessariamente, ser alvo de campanhas publicitárias de interesse

privado, fato tão naturalizado na cidade espetacular que qualquer intervenção artística ou crítica que ressignifique os anúncios têm sido combatida como vandalismo.



Peça publicitária instalada na estação
República, São Paulo, SP.
Junho de 2015



Publicidade instalada na estação Sé. São Paulo, SP. Junho de 2015

A cidade concebida como empresa em busca de consumidores e investidores passa a ser gerida como uma máquina de cooptação, em busca de transformar quaisquer produções culturais autônomas em elementos a serem apresentados em sua vitrine de —diversidades—. Movimentos sociais, artistas de rua, festas populares, enfim, fazeres artísticos que, ao longo de sua existência encontram dificuldades de se afirmarem, ao menor sinal de reconhecimento social e de empoderamento na produção simbólica e na capacidade de narrativas autônomas, são convidados a alguma forma de institucionalização e, flertam com o perigo da espetacularização, capaz de amortecer, encabrestar e mercantilizar sua potencia criativa. Em São Paulo, desde 2010, um incipiente e autônomo movimento de blocos carnavalescos tomou as ruas da cidade levando multidões a uma pratica que remonta os antigos cordões de carnaval, que sem vínculo governamental ou comercial, iniciaram o carnaval paulistano. Bastaram alguns anos de efervescência livre e os gestores da cidade já preparam suas teias para institucionaliza-lo, transformando-o em um diferencial turístico para foliões de fora da cidade. A parada de orgulho LGBT, importante grito de combate às diversas formas de preconceito e discriminação quanto à sexualidade, tem sido alvo de diversas formas de sequestro, uma vez que se transformou em um dos maiores eventos da cidade, gerando receitas e lucros a diversos segmentos econômicos, sendo comparada pela prefeitura a eventos originalmente de mercado, como corridas de automóveis, por exemplo. A parada continua potente no sentido de combater as práticas homofóbicas, lesbofóbicas e transfóbicas, problematizando e afirmando o respeito à

diversidade sexual como um direito humano elementar, mas ano após ano, vem enfrentando o desafio de não esvaziar suas pautas e suas intencionalidades diante dos interesses econômicos que tem suscitado.

Nesse jogo de produção de uma cidade à venda, os artistas são frequentemente escalados com sedutores contratos, seja pela prefeitura, seja pela iniciativa privada, para construir uma paisagem espetacular de uma cidade que sequestra produções culturais e as agencia na venda de uma imagem de cidade plural e criativa.

A copa do mundo de futebol, realizada em 2014 em diversas cidades brasileiras, assim como todo megaevento, funciona como catalizador de investimentos na valorização territorial e justificativa para uso de recursos públicos por interesses privados, uma vez que as excepcionalidades decorrentes de tais eventos criam um campo de obras emergenciais, assim como medidas de exceção que atentam contra o direito à cidade. Em São Paulo, a construção de um novo estádio no bairro de Itaquera, com recursos públicos destinados para tal (apesar da cidade contar com outros estádios prontos que a custos bem menores seriam plenamente adequados ao evento) exemplifica formas de agenciamento através de paixões de massa, como o futebol, nas estratégias de lucratividade territorial. Durante sua construção, os homens placa da Gatunos S.A. apontaram suas setas

para o estádio e para as obras viárias do entorno, que representam gradativamente e silenciosamente a expulsão dos atuais moradores por conta do aumento do custo de vida trazido pela nova infraestrutura e pela megaobra realizada.

Durante a intervenção, fomos abordados por alguns torcedores do Sport Clube Corinthians Paulista (clube responsável pela obra) que apaixonadamente defendiam a construção do estádio, como se a obra fosse de —~~todo~~ corintiano”. Dentre eles, um homem de idade avançada que comparecia todos os dias ao canteiro de obras para verificar seu andamento, por sentimento de pertencimento e paixão ao clube de futebol. Estádio pronto, copa do mundo encerrada, e o conceito de estádio shopping-center ficou evidente: ingressos caros, lógica de consumo difundida pelos corredores e muita gente excluída da festa, em mais uma etapa da elitização do futebol como negócio. Não tardou para a torcida do Corinthians se manifestar e questionar a lucratividade via paixão. Em agosto de 2014, lançou um manifesto —~~Por~~um Corinthians popular”⁷², que afirma: —~~Somos~~ um grupo que se uniu pensando no corintiano que esperou a vida inteira para ter a sua casa e agora está de fora”. O documento conclui: —~~Envolvam~~ o Corinthians para o povo”, em um claro diagnóstico de que uma forma de sequestro foi operada, mediante a manipulação das paixões futebolísticas de massa.

⁷² Manifesto “Por um Corinthians popular”. Disponível em <https://www.facebook.com/porumcorinthianspopular>. Acesso em 04 de março de 2015



Intervenção Urbana Gatunos S.A. – Homens placa Itaquerão. São Paulo, SP 2014

O cinema é o lugar privilegiado de um tráfico de desmaterialização, de um novo mercado industrial que desta vez não produz matéria, mas luz: a iluminação dos imensos vitrais dos antigos edifícios concentra-se subitamente na tela. (VIRILIO, 2005:71)

Diante do enfraquecimento da prática do espaço como público, a maioria dos cinemas de rua de São Paulo encerraram suas atividades com a ascensão dos espaços privatizados dos shopping-centers. Os poucos que resistiram foram incorporados às ações de marketing cultural de instituições financeiras nacionais e internacionais. Certa vez, em busca de assistir um filme de pouco orçamento e divulgação, dirigi-me a um shopping-center que mantinha em apenas uma sessão sua exibição. Ao entrar no estacionamento, recebido pela cancela com sua voz robotizada, fui tomado pela surpresa: — Bem vindo ao —cof-cof” ao Shopping X”. A máquina tossiu. Por um instante, imaginei diversas possibilidades: será que algum ser humano ficava atendendo remotamente todos os carros? Se sim, por que não fazê-lo ali mesmo, em carne e osso, entregando para os motoristas o registro de entrada no estacionamento? Não era possível, será que ouvi bem. Retirei o cartão da máquina, a cancela abriu, apresentando um cartaz que anunciava a marca de um xarope. Paralisei. Sensação de invasão. Começava uma rápida batalha para impedir que a logomarca alcançasse seu objetivo, minha subjetividade. Desejo de quebrar a máquina e a cancela, logo reprimido pelas diversas câmeras de vigilância preparadas para registrar qualquer ação fora dos padrões e ter a imagem reproduzida por noticiários televisivos como o louco do shopping-center. Objetivo alcançado. Não me lembro da marca do xarope. Ao pesquisar, descubro que a ação foi premiada com o Leão de Bronze no Festival de Cannes. O espetáculo silenciosamente sai da tela e se infiltra na vida.

A cidade espetacular ofusca a percepção de um conceito urbanístico segregacionista, fortalecendo a naturalização da existência de espaços onde a estrutura de proteção de direitos humanos não alcança. Os guetos, as favelas, as ocupações, enfim, as formas de luta por um pedaço de terra para existir, são alvo de práticas estatais de desconfirmação da condição de sujeito de direitos de seus moradores, nutridas pela alegação de que como invasores de terras de terceiros, logo, ferindo o direito à propriedade privada – preceito mais defendido pela estrutura jurídica-política sob a égide do capitalismo -, caracterizam-se como seres ilegais, um alvo fácil para ações violentas do poder estatal. Boaventura (1980), ao analisar o surgimento de pluralidades jurídicas alternativas nas favelas do Rio de Janeiro destaca:

Na expressão perspicaz de um deles (*morador da favela*), "nós éramos e somos ilegais". Recorrer aos tribunais para resolver conflitos sobre terras e habitações não só era inútil como perigoso. Era inútil porque "os tribunais têm que seguir o código e pelo código nós não tínhamos nenhum direito". Era perigoso porque trazer a situação ilegal da comunidade à atenção dos serviços do Estado poderia levá-los a "nos jogar na cadeia". (...) A expressão "nós éramos e somos ilegais", que, no seu conteúdo semântico, liga o status de ilegalidade com a própria condição humana dos habitantes de Pasárgada⁷³, pode ser interpretada como indicação de que nas atitudes

⁷³ Nome fictício para a favela pesquisada na cidade do Rio De Janeiro

destes para com o sistema jurídico nacional tudo se passa como se a legalidade da posse da terra se repercutisse sobre todas as outras relações sociais, mesmo sobre aquelas que nada têm com a terra ou com a habitação. (BOAVENTURA, 1980:113)

No esteio da negação ao direito à terra e à habitação, um processo de criminalização e discriminação dos moradores de assentamentos informais é difundido, reverberando na negativa de outros direitos em seu cotidiano e facilitando os mecanismos de expulsão das populações de acordo com os interesses de mercado. A truculência policial em tais regiões é alimentada pela naturalização da condição de seres ilegais, reafirmando a segregação arquitetônica da cidade espetacular e mantendo os indesejáveis distantes das localidades cenográficas. Desta forma, os assentamentos informais transformaram-se em locais de exceção, onde a legislação oficial não se efetiva, a suspensão de direitos como regra de desconfirmação da condição humana dos assentados.

Agamben, ao analisar a institucionalização de espaços de exceção, investigou os campos de concentração e as premissas que sustentaram a prática de extermínio de milhões de pessoas. Segundo o autor, —constelação jurídica que orienta o campo é (...) a lei marcial ou o estado de sítio”⁷⁴, a condição de suspensão de direitos e de estabelecimento do poder soberano sobre a vida do prisioneiro, que se caracteriza como

⁷⁴ AGAMBEN, 2002: 27

o mais absoluto espaço biopolítico [...], no qual o poder não tem diante de si senão a pura vida sem qualquer mediação. Por isso o campo é o próprio paradigma do espaço político no ponto em que a política torna-se biopolítica e o homo sacer⁷⁵ se confunde virtualmente com o cidadão. (AGAMBEN, 2002:178)

Neste contexto, os conceitos urbanísticos espetaculares, com seu caráter cenográfico, segregacionista, privatista, hedonista, consumista e, em especial, de proliferação de campos de exceção devidamente naturalizados, promovem um conceito de cidade que, segundo Agamben, tem referência aos campos de concentração nazistas e seus mecanismos de esvaziamento da condição humana: —O campo (*de concentração*), e não a cidade, é hoje o paradigma biopolítico do Ocidente”⁷⁶.

A espacialização do poder constrói instituições de adestramento dos corpos. Certa vez, em uma sala de coordenação de uma escola privada na cidade de São Paulo, deparei-me com um argumento inquietante acerca da práxis pedagógica que desenvolvia: —~~n~~ã basta ser um professor, é preciso parecer ser um”. O incomodo

⁷⁵ O termo latino *-sacer*” apresenta dois significados, *-sagrado*” e *-matável*”, o que significaria estar fora do direito humano (por ser divino, ou sagrado) e fora do direito divino (por ser matável de maneira diversa de um sacrifício), isto é, em um local de anomia e desproteção, em condição de humanidade não reconhecida.

⁷⁶ AGAMBEN 2002:187

dizia respeito aos exercícios de intervenção artísticas praticados pelos educandos nos corredores da escola e fora de seus muros, que, como educador, acompanhava e praticava ao lado deles. Tal horizontalidade e transbordamento atravessavam e rompiam com os papéis estratificados de —alunos” e —professor” em uma instituição de ensino e, conseqüentemente, era um sopro criativo nas mentes e corpos que resistiam poeticamente aos processos de docilização de uma estrutura verticalizada e hierarquizante, como destaca Foucault:

(...) espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua (...). (FOUCAULT, 2003:163)

As disciplinas, organizando as “celas”, os “lugares” e as “fileiras” criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. (FOUCAULT, 2003:126)

Ao longo das atividades artísticas e de programas performativos propostos aos estudantes, eram objetivos a quebra do hábito da estratificação dos papéis com

atividades corporais e reflexivas e o desvelamento das arquiteturas naturalizadas, apresentando aos educandos a possibilidade de poetizar com as restrições estruturais, convidando-os aos processos artísticos de ressignificação do lugar, e conseqüentemente, o seu universo simbólico. Em seus estudos acerca da violência simbólica no espaço escolar, Bourdieu argumenta que

Enquanto força formadora de hábitos, a escola propicia aos que se encontram direta ou indiretamente submetidos à sua influência, não tanto esquemas de pensamento particulares e particularizados, mas uma disposição geral geradora de esquemas particulares capazes de serem aplicados em campos diferentes do pensamento e da ação aos quais pode-se dar o nome de *habitus* cultivado. (BOURDIEU, 1992:211)

Em outras palavras, a instituição escolar é um espaço privilegiado para o cultivo de um hegemônico esquema de pensamento, impondo sistematicamente métodos, sentidos, disposições espaciais, disciplinas corporais e rotinas didático-pedagógicas, responsáveis pela criação de um lugar de reprodução dos conceitos dominantes que passam a ser naturalizados e incorporados pelos estudantes. Ao questionar o —~~habitus~~ *habitus* cultivado” com uma proposta artística, política e pedagógica que visava contraespaços escolares, a previsão de alguma resistência à iniciativa era evidente, afinal, as arquiteturas institucionais eram descortinadas o que obrigava a escola a se mover do seu suposto lugar de neutralidade política para reconstruir a

sua aparência de estrutura de autoridade legítima diante dos educandos e famílias, ou seja, existia algo fora da ordem e com potencial de descontrole que deveria ser enquadrado e regulamentado, caso contrário, extinto.

Entretanto, a represália apresentada preocupava-se, em maior intensidade, com a aparência, ou a imagem produzida, isto é, tão grave quanto questionar as estruturas disciplinares era a visibilidade do questionamento através de propostas artísticas: um —professor” descalço transitando pela escola durante algum exercício; os —alunos” vestindo pijamas e montando uma sala de convivência no corredor entre as salas de aula, refletindo sobre a autonomia do seu tempo de vida, tempo orgânico e o sono ao acordar às 6 horas da manhã todos os dias; estudantes cobertos de folhas secas que tampavam seus uniformes apresentando uma problematização sobre a relação homem e natureza na civilização ocidental e dos índices de consumo na sociedade contemporânea; ou o educador filmando a câmera de vigilância instalada na portaria da instituição⁷⁷. Definitivamente, não eram comportamentos de —alunos” e —professor”, pois não eram comportamentos treinados e docilizados, mas sobretudo, eram rachaduras na construção imagética de uma estrutura ordenada, disciplinada e controlada, fissuras no espetáculo do funcionamento pleno de uma instituição.

⁷⁷ Intervenção realizada diante da instalação de câmeras de vigilância nas dependências do colégio. A ação consistiu em ficar alguns minutos parado, diante da câmera de vigilância, ocupando o seu campo de visão com outra filmadora. A lente filmava a lente.

No caso de instituições escolares, a sensação de que suas práticas cotidianas estão em conflito com seus documentos pedagógicos é frequente, uma vez que suas proposições necessitam veicular coerência para aparentar isonomia e respeito à diversidade dos estudantes, ocultando seu caráter de adestramento, homogeneizador, conservador, violento e docilizador. Elaborar contraespaços, desequilibrar a aparência de ordenação, bem como a imagem devidamente comportada de estudantes e professores, poderia atingir o espetáculo de seu funcionamento: estudantes em seu esforço cotidiano para ascender socialmente através da escolarização e —sealguém na vida”; professores transmitindo um saber universal neutro capaz de formar bons cidadãos. Na visão de Bourdieu,

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuemos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural (BOURDIEU, 1998, p. 41).

[...] o sucesso excepcional de alguns indivíduos que escapam ao destino coletivo dá uma aparência de legitimidade à seleção escolar, e dá crédito ao mito da escola libertadora junto àqueles próprios indivíduos que ela eliminou, fazendo crer que o sucesso é uma simples questão de trabalho e de dons (BOURDIEU, 1998:59).

O argumento do coordenador prosseguiu, ponderando ao lado da diretora da escola que o exercício reflexivo que era desenvolvido dentro de sala de aula era importante para a formação dos estudantes, mas que deveria me preocupar com a imagem transmitida no espaço escolar. Tornava-se evidente que a corporificação poética de um processo educativo apresentava-se como mais potente à estrutura disciplinante do que uma aula dialogada ou praticada, mesmo em círculo, mas restrita ao espaço de sala de aula. O transbordamento que a proposta de intervenção apresentou tinha a possibilidade de desorganizar as estruturas e incentivar outras experiências pelos corredores da escola. Além disto, o fato de trabalhar fora das “celas” utilizando-se do corpo como expressão artística apresentava uma proposta de desenvolvimento sensorial, relacionando corpo-espaço e sua reocupação, o que parecia estranho aos gestores da escola.

Diante da afirmação do coordenador entre ser e parecer, aproximamo-nos de um dilema ético e, por conseguinte, pedagógico: o ser, como juízo íntimo, autônomo, vivencial e existencial, fundado na convicção de que suas práticas sociais, como sujeito histórico ou como educador, são originárias de motivações subjetivas do agente; o parecer como dissimulação, apresentação ou representação, voltado ao juízo do outro e em busca da adequação daquilo que socialmente é esperado em determinado contexto e, em nosso exemplo, a reprodução dos comportamentos padronizados no universo de violência simbólica da escola, em outras palavras, uma ação voltada ao espetáculo. A escola da sociedade do espetáculo é a escola espetáculo.

Ao término da reunião foi possível entender que as propostas de intervenção artísticas alcançaram o seu objetivo de construir e experimentar contraespaços, descortinar as estruturas repressivas da instituição escolar, promover reflexões acerca do projeto educativo que buscávamos construir e explicitar os desdobramentos e a influência dos processos de espetacularização dentro do espaço da escola.

Os espaços da cidade são constituídos através de uma disputa constante e de resistências dos movimentos sociais, das associações comunitárias, na luta pela legitimação dos assentamentos informais, no exercício dos lugares como públicos, nas ocupações de prédios vazios e sem finalidade social, enfim, na luta pela afirmação da vida e do direito à cidade. Certa vez, em uma das derivas propostas pelo Mapa Xilográfico na Cidade Dutra, ao lado dos estudantes do CEU Cidade Dutra, encontramos Rita Gomes Silva, 71 anos, moradora da comunidade Castelo desde a sua criação, em 1985, às margens da represa de Guarapiranga, zona sul de São Paulo. Vizinha do Condomínio e clube de campo Castelo, a comunidade sofre com a ameaça de remoção, ao contrário do condomínio com que faz divisa, que, por conta do poder econômico, constrói juridicamente formas de permanecer beirando à represa. Rita explica a história comunitária e a disputa:

Juntaram mais ou menos uns vinte homens, arrumamos uns caminhões de madeira (...) compraram telhas, tabuas, ~~Brasilit~~ (...) chegaram de noite, marcaram com arame e a turma invadiu. Batendo pau, um fazendo buraco, outro colocando as tábuas, outro já pregando, outro arrumando... Antes do dia amanhecer, chegou um caminhão de gente. Uma nora minha grávida, minha filha com o filho no braço, o que tinha de bebê e criança você nem imagina (...) Colocamos uns papelões no chão e os colchões por cima. Depois tivemos que jogar tudo fora, cheio de lama (...) o banheiro era um buraco, com tapume e banho tomava com canequinha (...) quando amanheceu, a rua encheu, era só trator querendo derrubar. Mas viemos, colocamos arame farpado na frente e no fundo. Veio tudo, carro da prefeitura, polícia querendo tirar. (Rita Gomes Silva⁷⁸).

Após 30 anos desde sua criação, a comunidade resiste às diversas tentativas de despejo e, como previsto, mesmo sendo vizinhos de um condomínio de elite que ocupa o mesmo manancial, e em situação legal semelhante, apenas a comunidade do Castelo é alvo das ações do Estado, muitas vezes por interferência dos vizinhos ricos.

Tem um pessoal ali de cima que não aceita a nossa presença como vizinhos. E eles querem fazer abaixo assinado para nos tirar daqui. Mas se agente sair, eles vão ter que sair também (...) Tanto lá como aqui não tem escritura (...) o mesmo direito que nós temos, eles tem. (Rita Gomes Silva)

Nessa disputa a cidade se constitui, na resistência dos que lutam pelo elementar, em oposição aos bolsões de riqueza e territórios em processo de valorização imobiliária.

⁷⁸ Rita Gomes Silva, fundadora e moradora da Comunidade Castelo, Guarapiranga, Zona Sul de São Paulo. Entrevista concedida ao Mapa Xilográfico, em 27 de agosto de 2010.

Ao lado das resistências das comunidades, as propostas de intervenção urbana somam-se nessa disputa, produzindo espaços de desequilíbrio e de recriação. As interferências poéticas são formas cotidianas de retomada de exercícios autônomos que tem sido sequestrado pelas tecnologias de poder, o de criar o espaço vivido, alterá-lo, pertencer e integrar a uma localidade e potencializar a multiplicidade de interpretações e práticas de um lugar. Ao refletir sobre as heterotopias, Defert (2013) destaca que

Não refletem a estrutura social nem a da produção, não são um sistema sócio histórico nem uma ideologia, mas rupturas da vida ordinária, imaginários, representações polifônicas da vida, da morte, do amor, de Éros e Tánatos. (DEFERT, 2013:38).

São nas brechas e fissuras dos contraespaços que as intervenções urbanas afirmam a potência da experiência, dos jogos imprevisíveis, do convite à criação de um outro território, para além da cidade espetáculo contemporânea.

Experiência e memória

Ficamos pobres. Abandonamos uma a uma, todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do ~~atual~~”. (BENJAMIN, 2012:128)

Diante da eficiência tecnológica, urbanização e velocidade produtiva da modernidade, encontramos-nos em meio a uma forma difusa e cotidiana de sequestro da experiência. A instantaneidade das comunicações, o fluxo de informações, a tentativa de transformação do vivente em consumidor – adquirindo —~~ex~~periências” pasteurizadas e planejadas pelo campo do turismo ou do entretenimento, enfim, a rede de agenciamentos das subjetividades que se agiganta em busca de mercantilizar e espetacularizar ao máximo as esferas da vida no movimento expansionista do capital reinvestido em busca de lucro.

Entender e admitir nossa pobreza seriam requisitos, na perspectiva de Benjamin, para enfrentarmos o processo de ~~galvanização~~” da experiência:

Uma forma completamente nova de miséria recaiu sobre os homens com esse monstruoso desenvolvimento da técnica. A angustiante riqueza de ideia que se difundiu entre - ou melhor, sobre - as pessoas, com a renovação da astrologia e da ioga, da Christian Science e da quiromancia, do vegetarianismo e da gnose, da escolástica e do espiritismo, é o reverso dessa miséria. Pois não é uma renovação autêntica que está em jogo, e sim uma galvanização. (BENJAMIN, 2012:124)

As formas contemporâneas de sequestro da experiência não significam sua morte, mas estratégias de encabrestamento da potência humana de experienciar, ou seja, mecanismos de controle que dificultam o exercício humano de criar múltiplas narrativas, interpretações, símbolos, enfim, instalam obstáculos ao ato de criar e compartilhar as experiências de forma autônoma.

Na abordagem benjaminiana, o empobrecimento da experiência tem vínculo com uma forma de alheamento dos processos criativos de produção de conhecimento e o exercício de significação livre do vivido: —Quão valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?”⁷⁹.

Sem vínculo com o produzido e diante das transformações da técnica e das tecnologias de difusão cultural, os sentidos de práticas, manifestações, histórias, enfim, os saberes de determinada coletividade tornam-se enfraquecidos, bem como a atividade de narração e transmissão de seu universo cultural, abrindo espaços para a difusão de narrativas hegemônicas. —Se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação tem uma participação decisiva nesse declínio”⁸⁰, destaca Benjamin. Diante da propagação de elementos culturais alheios aos processos autênticos de produção das comunidades e da diminuição do exercício de interpretar o vivenciado, estabelece-se a dificuldade de trocar as próprias experiências.

Em um contexto de narrativas autônomas enfraquecidas e de momentos de compartilhamento exíguos, sobretudo nos espaços urbanos metropolitanos, fomentar

⁷⁹ BENJAMIN, 2012:124

⁸⁰ BENJAMIN, 2012:219

a transmissão de experiências não amornadas significa fortalecer um campo de resistência cotidiano, de elaboração de saberes, de histórias - silenciadas pelos mecanismos de informação do poder - e de rememoração.

Enfrentamos desafios interessantes na contemporaneidade, uma vez que o desenvolvimento de tecnologias informacionais possibilitam usos e contra-usos e, supostamente, ampliam as possibilidades de compartilhamento. Interligados em redes de comunicação digitais, se por um lado somos vigiados, esquadrihados, monitorados em bancos de dados de gostos e perfis de consumo, georeferenciados, enfim, facilmente acessados pelas tecnologias de poder, por outro podemos promover contra-molas dentro do sistema, uma vez que se multiplicam possibilidades de comunicação, organização de resistências, operacionalização de movimentos, difusão de contra-narrativas, acesso à pesquisa, ou seja, possibilidades de uso autônomo das ferramentas de controle. Entretanto, diante da velocidade virtual e a instantaneidade produzida, quais desdobramentos em nossa potência de experimentar são produzidas com tamanha quantidade de estímulos informativos? Será possível transformar a informação em conhecimento autônomo e fundado em experiências no mundo da virtualidade? Ou estaríamos adentrando em um mundo arquitetado para o consumo e o controle, que, gradativamente, deixaremos de nos relacionar apenas visualmente e mentalmente para um momento de integração

corpórea homem-computador?

Ao refletir sobre a incipiente realidade virtual, Santos (2011) relata a vida de uma moradora de Tóquio:

O Mundo de Mariko Ito, de 32 anos, moradora de Tóquio, usuária de Habitat, essa cidade japonesa de 10 mil habitantes, que não se encontra no mapa, porque é uma cidade virtual fabricada pela Fujitsu e lançada na rede Nifty-Serve, em 1990. Makito Ito "vai" ao Habitat ciberespacial, por uma ou duas horas, todos os dias, porque, diz ela é "fantástico. Lá posso ser outra pessoa". Lá Makito pode escolher sua aparência, sua roupa e seu sexo, optando entre 1.100 rostos possíveis, depois de ter-se registrado em avatar, ou residente. (SANTOS, 2011:110)

Seria esse o sonho de expansão infinito do capital, a criação de cidades virtuais como novos agenciamentos para o consumo e experiências produzidas por códigos binários?

Neste cenário, participar ou não da cidade virtual seria uma escolha. Entretanto, cada vez mais observamos a proliferação das mídias móveis, anexadas aos corpos que, seduzidos pelo vasto universo de informação à disposição, focam seus olhares para as telas luminosas de celulares e smartphones e que diante de uma apresentação musical, preocupam-se em registrar, ao invés de fruir com o próprio olhar, antevendo a publicação do registro em mídias sociais em uma forma de afirmação e comprovação da experiência vivida, na exposição publicitária de si e de uma suposta felicidade digitalizada. Quantas curtidas minha experiência terá? Compartilhamos experiências ou imagens pela rede digital?

Na constituição de circunstâncias e acontecimentos que fomentem lugares de troca de saberes e experiência na cidade, a memória eclode em oposição ao seu apagamento, planejado mediante as reformas urbanísticas de valorização do território e pelos projetos de gentrificação que deportam, violentamente ou sutilmente, populações de determinada localidade. Como nos lembra Ecléa Bosi (2003), —Odesenraizamento é condição desagregadora da memória”⁸¹. Nesse sentido, a cidade é alvo de uma operação de amnésia, em decorrência da velocidade de transformações promovidas pela especulação imobiliária, como lembra Meneses (1999).

Atualmente, atenta-se, para o fenômeno da autofagia que marca nosso desenvolvimento urbano e que, fundado na lógica impecável da especulação imobiliária, provoca a instabilidade da relação entre o lote urbano e a estrutura edificada e entre essa e seu programa, sua função. Esta substituição do uso pelo consumo do espaço alimenta a ideologia do novo e privilegia as incessantes substituições. Atenua-se, assim, ou se anula a possibilidade de pertencer a um espaço e situar-se no tempo: a mobilidade inevitável e a amnésia conduzem à alienação (MENESES, 1999:19).

⁸¹ BOSI, 2003:28

Tal amnésia é campo fértil para as ações de marketing que promovem memórias corporativamente planejadas, construindo imaginários atrelados às logomarcas.

Em 2008, o Coletivo Mapa Xilográfico ⁸² propôs uma atividade de imersão criativa no bairro da Pompéia, vizinho ao bairro simulado Jardim das Perdizes⁸³, organizando encontros de troca de saberes locais, fomentando diálogos entre conhecidos e desconhecidos, transeuntes e praticantes de uma localidade, em forma de coletivo fluído⁸⁴, em busca de dar vazão à pluralidade de narrativas e de exercitar as memórias que são alvo de apagamento e infiltração pelas narrativas hegemônicas e homogeneizantes. Reunir gente de todas as idades para dividir saberes sobre o espaço habitado promove instantes transformadores, pois barreiras geracionais são quebradas, integrações imprevistas firmadas, coletividades experimentadas e a relação com a história defendida por Benjamin⁸⁵ exercitada: —A

⁸² Participaram desta ação do Mapa Xilográfico Diga Rios, Milene Valentir, Antônio Camargo, Wolmar Bonavigo, Manoel Caseiro, Sebastião da Silva, Edith Fragoso, Wanderley Monteiro, Marco Antônio Valero, Leonilda Reis e Maria Antônia Barion (Maruka)

⁸³ O empreendimento não havia sido lançado, mas o seu terreno já era objeto de especulação imobiliária e era iminente os impactos que a região sofreria. O Jardim das Perdizes foi lançado em 2012. Ver mais em *Subjetivação Capitalística*, espetáculo cotidiano e modos de singularização: a disputa da construção de si.

⁸⁴ Ver mais sobre Coletivo Fluído em *Intervenção Urbana: rupturas e insurgências cotidianas*

⁸⁵ Ver mais sobre o conceito de história de Benjamin em *Intervenção Urbana: rupturas e insurgências cotidianas*.

verdadeira imagem do passado passa voando (...) pois é uma imagem irrecuperável do passado que ameaça desaparecer com cada presente que não se sinta visado por ela” (BENJAMIN, 2012:243)

Como uma teia de rememorações acessadas em exercício presente, os participantes se ajudam na correlação presente-passado-futuro. Uma atividade proposta pelo Mapa Xilográfico em tais momentos é a elaboração de mapas de memória que são sobrepostos à paisagem atual, materializando lembranças e convidando ao exercício de outras práticas em locais apagados ou escondidos.

Os mapas corporificam as memórias singulares em oposição às cartografias oficiais e alinhadas aos interesses econômicos de transformação-gentrificação-valorização do espaço urbano. Materializam outras possibilidades de narrativas e de ocupação do espaço habitado e praticado, alimentando a investigação histórica como ação de transformação do presente.

A memória - abalada pela compressão espaço-tempo da reprodução do capital, na percepção de que os dias passam cada vez mais rapidamente, um sintoma do processo de instantaneidade - é elemento constitutivo de uma subjetividade autônoma e exercitada em relação de trocas sociais, não intermediadas por mecanismos descorporificados, como as formas de comunicação virtuais, binárias e velozes das ciências da informação voltadas à eficiência produtiva, mas no corpo-a-corpo de um cotidiano vivenciado em tempos humanizados.

A memória é indispensável parceira da experiência no ato de compartilhá-la através de nossa capacidade de narrar os acontecimentos. Assim como a experiência é o alimento da memória, o assentamento dos afetos ao longo da vida, a tessitura do vivido na constituição de si.

O esvaziamento da memória é um dos aspectos da dificuldade em trocar experiências apontada por Benjamin (2012):

São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. É cada vez mais frequente que, quando o desejo de ouvir uma história é manifestado, o embaraço se generalize. É como se estivéssemos sendo privados de uma faculdade que nos parecia totalmente segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências. (BENJAMIN, 2012:213)

Ao refletir sobre o regresso dos soldados dos campos de batalha e sua

incapacidade de narrar as experiências de guerra, Benjamin apontou para o empobrecimento da experiência: —“~~ót~~avam mais pobres em experiências comunicáveis, não mais ricos”⁸⁶, afinal de contas, estavam —“~~um~~ campo de força de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano”.⁸⁷ Eram corpos e mentes na iminência da destruição, da morte a qualquer instante. Nesse aspecto, existe um elo entre a experiência de guerra e a competição acelerada do capitalismo neoliberal: a instantaneidade da morte no campo, e a instantaneidade da vida, do gozo imediato na sociedade de consumo.

Os exercícios de rememoração buscam desmontar as concepções lineares de história e de progresso histórico, bem como as tentativas de estratificação do passado mediante abordagens museológicas e positivistas, como se o patrimônio cultural fosse um processo contínuo de acumulação de bens culturais. As tecnologias de poder produzem narrativas dos vencedores, apagando, reinterpretando ou assimilando ao seu gosto os elementos culturais dos vencidos. Rememorar e amplificar a oralidade não contemplada pelas narrativas hegemônicas, em busca dos —“~~es~~íduos da história”⁸⁸, é afirmar a história como viva, em

⁸⁶ (BENJAMIN, 2012:124)

⁸⁷ IBIDEM

⁸⁸ BENJAMIN, 2006:503.

permanente disputa e ressignificação, tendo implicações presentes e futuras. Nesse ponto que reside a diferença entre a nostalgia e a memória crítica. Aquela, aprisionada a uma ideia saudosista de passado e uma sensação de encerramento de si e do mundo. Esta, atenta às disputas operadas no campo da memória e, conseqüentemente, do que somos hoje e o que poderemos ser amanhã. Nada no mundo está encerrado, desde que não seja esquecido. Gagnebin (2014), ao interpretar o conceito de história benjaminiano destaca:

A temporalidade do passado não se reduz mais ao espaço indiferente de uma anterioridade que precede o presente na esteira monótona da cronologia. Pelo contrário: momentos esquecidos do passado e momentos imprevisíveis do presente, justamente porque apartados e distantes, interpelam-se mutuamente numa imagem mnêmica que cria uma nova intensidade temporal. Em oposição à representação de uma linearidade contínua e ininterrupta do tempo histórico – que possui forte caráter ideológico em seu papel de manutenção do *status quo* -, essa concepção disruptiva e intensiva de “atualidade” coloca em questão a narração dominante da história, e propõe uma compreensão do passado cujo sentido pode sempre revelar-se outro e uma autocompreensão do presente que poderia ser diferente. (GAGNEBIN, 2014:204)

Algumas das propostas de intervenção urbana possibilitam rememorar o espaço-tempo com o corpo, religando no instante do vivido circunstâncias apagadas, esquecidas e outras possibilidades de práticas e teorias, assim como a experiência de compartilhar experiências possibilitam contatos não lineares, nos labirintos da memória, daquilo que ainda não foi contado.

Qual o destino do rio presente nas memórias de Maruka⁸⁹ - moradora do bairro da Pompéia, em São Paulo, aos seus 98 anos - mas ausente da paisagem urbana atual? A ponte, as árvores, o barro sobrepostos por calçamento, semáforos, asfalto deixaram seus rastros no imaginário dos antigos, como uma cidade oculta, desaparecida, mas viva nas práticas e nos corpos de outro tempo.

Deslocar nossos corpos para contatar outras relações espaciais e temporais que atravessam o cotidiano contemporâneo pode significar uma experiência de escavação coletiva, ao produzir uma significação vítima de esquecimento.

A superfície como manto que atualiza as práticas espaciais de acordo com as premissas de cada contexto, não é capaz de alterar a topografia, o relevo, as baixadas, a fluidez das águas soterradas, no máximo tentar guia-la, canaliza-la, na disputa suicida e tipicamente moderna entre cultura e natureza. O rio deve estar em algum lugar.

Em busca do Água Preta, rio que corta o bairro da Pompéia, saímos à deriva, aguçados aos vales, às quedas e cachoeiras imaginárias, aos sons que vazam das —~~cas~~cas de lobo”. Um fícus nos sinaliza, como se triturasse o asfalto, com suas raízes indisciplinadas. Ao fundo das grades cobertas por folhas, o Água Preta

⁸⁹ Maria Antônia Barion, 98 anos, moradora do bairro da Pompéia desde criança, abriu sua casa para as reuniões do coletivo fluído constituído no bairro, ocasião do projeto Mapa Xilográfico Pompéia, em 2008.

flui, por baixo dos muros, das propriedades privadas, da fila de veículos ávidos pela luz verde. A ponte imaginária ganha contornos possíveis, como se tocássemos a história diante de uma relação viva e presente, na potência de um instante capaz de desmontar uma paisagem imposta e revelar outras possibilidades de exercícios. Por que não pescar?

Em 2008, o Coletivo Mapa Xilográfico desenvolveu uma intervenção chamada —Pescaria”, que consistia simplesmente em vivenciar uma tarde de pescaria no bairro. Viver o silêncio da pescaria, a paciência pela fígada, um convite de rememoração corpóreo.

Em roda, sentamos à Rua Barão de Bananal, em volta à grade do bueiro, diante de um aviso sobre as recorrentes inundações do local. Veículos automotores trafegam pela rua de paralelepípedo, ou pelo leito do rio, paralelos à pescaria. Olhares inquietos, sorrisos, dúvidas. Uma transeunte aproxima-se e indaga: —~~V~~ocês estão pescando no esgoto?”. A resposta mínima —~~é~~rio” causa surpresa em um espaço urbano recortado e verticalizado, que turva percepções topográficas, auditivas, visuais. Naquele instante, duas narrativas em fricção: a cidade higienista e sanitaria que condenou seu subsolo a condição de esgoto, ou a existência do Rio Água Preta, que atravessa o bairro até desaguar no Tietê? Que cidade é essa que tratou seus rios como obstáculos ao seu crescimento? Como seria a sociabilidade paulistana em rodas de conversa ao final de tarde nas margens de seus rios? Quem constrói essa cidade? Enquanto conversamos, o rio flui, sob nossos pés, na iminência da próxima tempestade em que será chamado de alagamento.

Em nossos corpos indisciplinados, memórias de Maruka, trazendo à tona outras narrativas e exercícios éticos e estéticos sobre que urbanidade é essa? Cartografia corpórea em relação contemporânea e imediata com os praticantes da cidade.



Intervenção Pescaria. Estudantes da Escola Estadual Zuleika de Barros, Pompéia, São Paulo, 2008.



Intervenção Pescaria. Estudantes da Escola Estadual Zuleika de Barros, Pompéia, São Paulo, 2008.

A experiência, bem como a troca de narrativas sobre as mesmas, são resistências possíveis diante dos processos de espetacularização do espaço urbano, uma vez que na cidade espetacular, o setor de serviços mercantiliza e vende —experiências” simuladas e dissimuladas como forma de vida-consumo, vazias de espontaneidade, imprevisibilidade e diversidade, ou seja, promove estratégias de anestesia da experiência. Segundo Jaques (2012)

o que fica evidente é a atual estratégia de apaziguamento programado do que seria um novo choque contemporâneo: uma hábil construção de subjetividades e desejos, hegemônicos e homogeneizados, operada por um capital financeiro e midiático que capturou o capital simbólico e que busca a eliminação dos conflitos, dos dissensos e das disputas entre diferentes – seja pela indiferenciação, seja pela inclusão excludente – promovendo assim a pasteurização, homogeneização e diluição das possibilidades da experiência na cidade contemporânea. (JACQUES, 2012, p.13-14)

Em busca de acontecimentos, troca de diversas narrativas e da imprevisibilidade, a ação intervencionista lança jogos e possibilidades de interferência, em um programa concebido para a desprogramação, ou seja, sem a pretensão de controlar a recepção da proposta-convite levada ao espaço público, ao contrário, apostando no exercício autônomo dos transeuntes diante da ruptura gerada. Nesse sentido, o agente intervencionista é aberto ao risco de inaugurar um agenciamento sem o conforto da previsibilidade, sem controlar os desdobramentos

do desequilíbrio proposto. Nesse sentido, as ações de intervenção urbana aproximam-se dos “programas performativos” propostos por Eleonora Fabião (2009):

Ao agir seu programa, necessariamente, des-programa seu organismo e seu meio. Tratam-se de experimentações, de ações “extracotidianas”, da vivência de estados psicofísicos alterados que disseminam dissonâncias diversas: dissonâncias de ordem econômica, política, emocional, orgânica, ideológica, psicológica, espiritual, identitária, sensorial, sexual, social, racial. (FABIÃO, 2009:63)

A prática intervencionista programa ações de desprogramação, organiza iniciativas que geram desorganizações, concebe acontecimentos abertos e mutáveis em alternativa aos eventos culturais previsíveis e lucrativos, opera experiências de desautomatização: —Des-automatizar a relação do cidadão com a pólis; do agente histórico com seu contexto; do vivente com o tempo, o espaço, o corpo, o outro e consigo mesmo.” (FABIÃO, 2009:62).

Veio o progresso; fez do bairro uma cidade; Levou nossa alegria; Também a simplicidade; Levo saudade; Lá do Largo da Banana; Onde nós fazia samba; Todas noites da semana; Deixo esse samba; Que eu fiz com muito carinho; Levo no peito a saudade; nas mãos o meu cavaquinho; Adeus Barra Funda.⁹⁰

⁹⁰ Trecho do samba “Último sambista”, de Geraldo Filme. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/ladeira_memoria/index.php?p=838

A desmemorização de certas localidades no espaço urbano é também engendrada por transformações arquitetônicas que bloqueiam antigos usos e impõem novas práticas para determinado lugar. Tais modificações, em um contexto de busca de valorização do território ou de otimização viária para a circulação de bens e serviços, não leva em consideração as antigas formações culturais que deseja apagar, amparada pelo discurso ideológico de progresso, desenvolvimento econômico e um suposto interesse público, que busca a resignação dos atingidos como se o lugar fosse uma folha em branco, sem relações de afeto, pertencimento e história.

Em São Paulo, um dos berços do samba paulista foi alvo desse processo, o Largo da Banana, na Barra Funda. O largo localizava-se ao lado da antiga ferrovia São Paulo Railway, responsável pela circulação de produtos para outras regiões do estado de São Paulo. Entre a chegada dos trens e composições, os trabalhadores aguardavam no largo conversando e fazendo música, muitos deles negros, filhos e netos de escravos libertos sem alternativa de trabalho, o que trouxe a região o batuque dos ritmos africanos, como jongo e umbigada, misturados com a influência trazida dos migrantes do interior de São Paulo, que desembarcavam na estação trazendo traços caipiras que contribuíram para que o samba paulistano tivesse elementos do universo rural e com as cordas do choro que já era executado na capital.

Entre um carregamento e outro, em busca de aumentar seus rendimentos, alguns trabalhadores estabeleceram barracas para a venda de frutas, em especial a

venda de bananas, fato que batizou o lugar.

Na década de 50, em busca de ligar a zona norte da cidade à região central, foi construído um viaduto, sobre a linha férrea, cortando o largo ao meio, o que gradativamente esvaziou seu caráter de encontro e de produção cultural.

Hoje, a região da Barra Funda vive um processo de intensa especulação imobiliária, fruto da Operação Água Branca⁹¹, repleta de parcerias público privadas destinadas a valorização territorial e, conseqüentemente, ao processo de gentrificação.

Em 2013, em busca de rememorar corporalmente o largo, a intervenção Banana por Samba⁹² saiu às ruas, percorreu o entorno, atravessou a estação de metrô e trem, até chegar sob o viaduto, ao encontro do largo apagado. Pandeiro, surdo, tamborim, agogô e chocalho em mãos, saímos tocando e lançando um jogo aos encontros: cante um samba e receba uma banana ou uma dose de cachaça. Sambas antigos, novos pagodes, quem lançava o repertório eram os transeuntes. No acesso ao metrô, somos abordados por Léo, um senhor de idade avançada e

⁹¹ Ver mais em Espacialidade e Heterotopia

⁹² A intervenção Banana por Samba foi fruto de uma atividade de deriva realizada em aula da profa. Carminda Mendes André, do Instituto de Artes da Unesp, com apoio do Coletivo Mapa Xilográfico, ao lado dos estudantes do primeiro ano da turma de 2011, em busca de reconhecimento da região da Barra Funda, local onde o Instituto de Artes se instalou em 2009. A primeira experiência de intervenção foi retratada no artigo “Arte como mediadora de afetos”, de Carminda Mendes André, na Revista Rebento nº4, de maio de 2013. Em 2013, como atividade integrante do evento R.U.A. Realidade Urbana Aumentada – Barra Funda e suas histórias, organizado pela profa. Lilian Amaral, a intervenção retornou às ruas, tendo como participantes Carminda Mendes André, Diga Rios, Milene Valentir e Tábata Costa (Coletivo Mapa Xilográfico), Lilian Amaral, Paulo Maia, Silvana Santos, Thais Balazs e Zoé Coin.

que nos presenteou cantando Ataulfo Alves, Cartola e Adoniran Barbosa, entoando, dentre outras, —O Trem das Onze”⁹³, a relação entre o centro e a Zona Norte na estação ferroviária, —Se eu perder esse trem (...) Só amanhã de manhã”. E assim seguiu o cortejo-escavação, e o largo sumido, eclodiu.



Intervenção Banana por samba. Barra Funda, São Paulo, 2013.

⁹³ Música composta por Adoniran Barbosa em 1964.



Intervenção Banana por samba. Barra Funda, São Paulo, 2013.

Perseguir experiências de fazer artístico pela cidade é também questionar um conceito autoritário de cultura⁹⁴ – etnocêntrico e discriminatório - e esvaziar a dicotomia artista e não-artista, requisito para a cooptação e o agenciamento de iniciativas artísticas pelo mercado. Conceber acontecimentos que valorizem a potência criativa de qualquer um é desmontar a concepção de arte burguesa e uma ideia elitista de produção cultural. Pelbart (2011) destaca que

A invenção não é prerrogativa dos grandes gênios, nem monopólio da indústria ou da ciência, ela é a potência do homem comum. Todos e qualquer um inventam, na densidade social da cidade, na conversa, nos costumes, no lazer – novos desejos e novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação. (PELBART, 2011:138)

Ao estabelecer o conceito de artista como um sujeito especial, com mais potencialidades criativas do que a população em geral, legitima-se assim o mercado de arte, bem como o conceito de artista burguês, mistificando a potência de invenção estética e poética como algo inacessível a todos, logo, hierarquizando produções culturais como superiores e inferiores. Daí a criação de um sistema de valores estéticos dominantes que legitima seletos grupos com suposta capacidade de definir o que é arte, sequestrando a autonomia de produção cultural de uma sociedade.

A valorização de determinadas produções em detrimento de outras se

⁹⁴ Ver Espacialidade e Heterotopia, sobre o conceito de cultura na perspectiva de Guattari.

caracteriza como um mecanismo de Violência Simbólica⁹⁵, como proposto por Bourdieu, uma vez que deslegitima e desvaloriza criações dos —~~nã~~-artistas” instituindo hierarquias que fortalecem as estruturas dominantes:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo - os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. (BOURDIEU, 1989:10)

Ao analisar os sentidos da palavra Cultura, Guattari (2000) elenca e distingue a —~~cultura~~-valor”, —~~cultura~~-alma coletiva” e a —~~cultura~~-mercadoria”, todas com seus mecanismos de absorção por parte de um conceito de cultura dominante.

A —~~cultura~~-valor”, oriunda da tentativa da burguesia de afirmar-se como detentora de —~~cultura~~” no contexto de sua ascensão, diante da nobreza decadente, em uma espécie de burguesia esclarecida que mediante um conjunto de atividades restrita a sua classe teria acesso a bens culturais que a diferenciariam das classes sociais dominadas. Trata-se do pressuposto da distinção entre —~~sujeito~~s cultos” e —~~sujeito~~s incultos”

A —~~cultura~~-alma coletiva”, atrelada à ideia de projeto civilizatório, elaborada

⁹⁵ Cunhado por Pierre Bourdieu, o conceito “Violência Simbólica” remete aos processos de imposição cultural sobre as classes dominadas, mediante a interiorização da cultura dominante, bem como sua naturalização.

no final do século XIX, no campo da antropologia cultural, considerou a ideia de cultura como esfera autônoma de outras práticas sociais, o que criou um campo de estudo e pesquisa que sequestra criações autônomas ao informar seus criadores de que aquilo que desenvolvem é —cultura”, para imediatamente expor suas músicas, danças, comportamentos, usos e formas de vida de determinada sociedade, como exemplos de teorias antropológicas, obviamente organizadas e estruturadas pelo viés —cultura” dominante, desdobrando-se em análises etnocêntricas. Até os dias atuais tal fenômeno acontece, tendo em vista que diversas pesquisas de campo promovidas por investigações acadêmicas insistem em tratar as comunidades investigadas como objeto, e não em uma aproximação de relação de troca, de encontro de diversas formas de produção de conhecimento.

A —cultura-mercadoria” atrelada à produção industrial de —cultura”, incluindo todos os produtos disponíveis do mercado e regidos pela sua lógica, multiplicados e difundidos pelos meios de comunicação de massa. Trata-se do sequestro industrial da produção cultural, o fundamento da sociedade espetacular apontada por Debord.

Guattari (2000), ao mesmo tempo em que distingue os três sentidos do termo cultura, destaca a manutenção do sentido de —cultura-valor”, em contato constante com os outros sentidos:

De fato, conservamos o antigo sentido da palavra cultura, a cultura valor, que se inscreve nas tradições aristocráticas de almas bem nascidas, de gente que sabe lidar com as palavras, as atitudes e as etiquetas. A cultura não é apenas uma transmissão de informação cultural, uma transmissão de sistemas de modelização, mas é também uma maneira de as elites

capitalísticas exporem o que eu chamaria de um mercado geral de poder.
(GUATTARI, 2000:20)

A manutenção destes sentidos de cultura é o que legitima a existência de ministérios da cultura e instituições de proteção ao patrimônio cultural, ao se intitularem como protetores da cultura de um povo (—cultura alma-coletiva”), mediando o sentido de —cultura-valor” de acordo com os projetos políticos dominantes e co-agenciando, ao lado do interesse privado, as manifestações autônomas em armadilhas para transformá-las em —cultura-mercadoria”.

Neste contexto, amplificar a transmissão de saberes e práticas desvalorizadas e deslegitimadas pelos conceitos de cultura hegemônicos, bem como pelas instituições de difusão de cultura dominante, significa dar fluidez a uma —cultura menor”, exercitando a brincadeira conceitual proposta por Silvio Gallo (2010) que, inspirado em Deleuze e Guattari e o conceito de —literatura menor”, propôs os termos —educação maior” e —educação menor”. Aquela, relativa a um âmbito totalizante, protocolar, vinculado às normas e parâmetros curriculares oficiais e instituídos pelo sistema de poder. Esta, a —educação menor”, aberta ao acontecimento, capaz de atuar nas brechas e quebrar planejamentos e cronogramas. Se questionarmos a ideológica separação institucional que determina

a existência de um Ministério da Educação e um Ministério da Cultura, fica evidente o caráter reprodutor dos conceitos escolares propostos e arbitrariedade das concepções de cultura em voga na sociedade brasileira. Como separar o processo educativo do cultural? A justificativa é a existência de modelos de serialização e homogeneização característicos do processo de escolarização, bem como a desvalorização de produções culturais autênticas e cotidianas de um povo em detrimento dos elementos mercantilizados e de poder (a cultura —mercadoria”, —valor” e —alma-coletiva”) sendo promovidas nas galerias e nos museus. Ou seja, diante da escolarização e da museificação, a rua e os encontros autônomos produzidos em seu espaço potencializam linhas de fuga e de troca de experiências e saberes. Gallo, utilizando o conceito de liso e estriado de Deleuze-Guattari explica que

Não se trata de opor o menor ao maior, de fazer juízo de valor entre eles, nem mesmo de supor uma relação dialética. Trata-se sim⁷⁴, de um reconhecimento de dois âmbitos distintos de pensamento e de produção e atuação, um estriado, isto é, com protocolos muito definidos; e um outro liso, isto é, sem protocolos definidos, aberto ao sabor dos acontecimentos. (GALLO, 2010:60)

Afirmar e vivenciar a rua como espaço de conhecimento em busca de trocas menores, saberes locais, experiências invisíveis ao —maior— e relevantes ao —menor— são características importantes nas ações de intervenção urbana em oposição às tecnologias de poder, integrando experiência, memória e exercícios de contracultura.

O Mapa Xilográfico, em seus processos de imersão e de proposição de coletivos fluídos, busca potencializar as trocas de memórias locais através de rodas de conversa, intervenções nos espaços públicos, produção de documentários audiovisuais com moradores e praticantes do lugar, exercícios de derivas e, em um processo de muitas mãos, efetiva seus registros, onde máquinas fotográficas e filmadoras são operadas pelas pessoas da comunidade e do próprio coletivo, criando um acervo a ser trabalhado no término do processo e exibido, em forma de documentário⁹⁶, ou distribuído, em forma de revista⁹⁷, na própria localidade, com projeções nas ruas e exposições em espaços públicos. A comunidade sendo retratada por ela mesma, amplificando suas narrativas e fortalecendo as resistências cotidianas existentes em todos os lugares.

(...) o barco é um pedaço flutuante de espaço, um lugar sem lugar, que vive por si mesmo, que é fechado sobre si e é entregue, ao mesmo tempo, ao infinito do mar. (FOUCAULT, 2013:30)

Jardim Pantanal, às margens do Rio Tietê, extremo leste da cidade de São

⁹⁶ O Mapa Xilográfico produziu desde sua criação, em relação de parceria com as comunidades, diversos documentários acerca de diferentes bairros da cidade de São Paulo, como, por exemplo: Mapa Xilográfico Pompéia, Pirituba e Jaraguá (2008), Mapa Xilográfico Bixiga (2009), Moradia no Bixiga (2009), O Bixiga Afro-italiano (2009), Mapa Xilográfico Cidade Dutra (2010), Derivas em Pq. São Carlos (2011), (À) Deriva Metrópole São Paulo (2011). Todos projetados e distribuídos gratuitamente para a comunidade que formou o coletivo fluído.

⁹⁷ Revistas publicadas: Mapa Xilográfico Bixiga (2009), Mapa Xilográfico Cidade Dutra (2010) e Revista (À) Deriva Metrópole São Paulo (2011)

Paulo. Comunidade fundada por conta do déficit habitacional na cidade de São Paulo. Em janeiro de 2011, o bairro foi tomado pelas águas, em decorrência das fortes chuvas e do transbordamento do rio. Entretanto, ao contrário dos alagamentos de anos anteriores, passaram 12 dias e as águas não baixavam. Tratou-se de um alagamento planejado, uma vez que as comportas da barragem da Penha, situada a alguns quilômetros dali, foram fechadas, aumentando o volume de água sobre a comunidade. Região próxima ao aeroporto internacional de Guarulhos, a expulsão das famílias da região atendia a interesses da especulação imobiliária e ao Estado, em suas obras de embelezamento e cosmética urbana da cidade espetacular.

Após o recuo das águas, o Mapa Xilográfico convidou a comunidade para a vivência de um Coletivo Fluído, resultando na criação da intervenção O Barco. Construído pelos moradores do Jardim Pantanal com peças do ferro velho local, o barco zarpou pelas ruas do bairro. Em seu convés, fones de ouvido com as diferentes narrativas dos fundadores do bairro, dividindo com as crianças seus saberes e suas experiências de resistência em busca do direito à cidade. Ao longo da navegação, atracamos em diferentes portos, convidando moradores para entrar na embarcação e dividir seus saberes. Um carro emparelha, buzina e seu motorista bem humorado afirma: —precisa de um desses em janeiro passado”. A subversão do alagamento planejado como acontecimento de resistência e valorização das histórias de luta por moradia. Memória, experiência, poesia e enraizamento como contra-narrativa do processo de expulsão.



Intervenção O Barco, Jd. Helena, Jardim Pantanal, São Paulo, SP, 2011.



Intervenção O Barco, União de Vila Nova. Jardim Pantanal, São Paulo, SP, 2011.

Ao lado das narrativas cotidianas e das resistências comunitárias, na contramão da amnésia urbana, as ações de intervenção urbana, atentas as próprias contradições e em constante exercício ético para não permitir sua captura e amornamento pelas seduições do mercado de arte, tenta trilhar percursos de realização autônoma dos desequilíbrios, em busca de brechas e caminhos que signifiquem experiências de fazeres artísticos menores e desinstitucionalizados, mediante exercícios de rememoração, troca de saberes e formas de comunicação alternativas às tecnologias de informação contemporâneas.

Aceleração e velocidade contemporâneas: possíveis disritmias urbanas

O homem contemporâneo vive tão completamente imerso na temporalidade urgente dos relógios de máxima precisão, no tempo contado em décimos de segundo, que já não são possíveis outras formas de estar no mundo que não sejam as da velocidade e da pressa. (KEHL, 2009:123)

No ritmo das catracas, semáforos, horários de almoço *fast-food* e dos passos acelerados na disputa de um assento em um vagão superlotado, a invisibilidade de si e do outro se estabelece na cidade de São Paulo. São corpos cansados de tanto correr que aceleram ainda mais em busca de tempo de descanso. Nos espaços superlotados, congestionamentos, semáforos quebrados, o ganho de tempo é o discurso corporificado na metrópole e qualquer obstáculo a sua maximização tem promovido encontros ruidosos. Ocupações do espaço que não se alinhem ao conceito de otimização do tempo e de eficácia de transporte são alvo de resistência e criminalização, afinal, o trânsito de mão de obra, recursos e serviços não pode ser interrompido. Tais interrupções são frequentemente acusadas de desrespeitarem o direito de ir e vir, como se todos os movimentos na cidade fossem autônomos e fundados na liberdade individual e não em um disciplinado movimento produtivo da sobrevivência cotidiana. Neste sentido, interromper é movimentar outra prática espacial, criar outro espaço-tempo e disritmar o processo de produção de um espaço alienado.

Atuar no limiar entre autonomia e heteronomia dos movimentos corpóreos

no cotidiano pode ser um convite ao exercício ético, na produção de situações capazes de promover um jogo em que eclodam nossas escolhas que, naturalizadas em um cotidiano disciplinado e vigiado, seguem amortecidas no fluxo hegemônico.

Um local urbano que condensa uma espécie de fronteira entre o regramento e comportamentos autônomos, a faixa de pedestre, pode ser um local fértil para um convite ao jogo. A intervenção urbana —Bairro”⁹⁸, realizada na esquina da Rua Bartira com a Av. Sumaré, no bairro de Perdizes, em São Paulo, aventurou-se nessa brecha. Diante do sinal vermelho para veículos, três artistas intervencionistas carregam vasos de flores sobre suas cabeças, caminhando, dançando e brincando na faixa de pedestres. Na terceira vez em que o sinal fecha, decidem alinhar os vasos sobre a faixa, como uma frágil barricada diante do tempo programado do semáforo. Ao contrário de uma adequação ao ritmo daquela esquina, deixam os vasos na via e seguem caminhando em outra direção. A simples ideia de apresentar flores aos motoristas, que aguardavam a abertura do semáforo, ao dispô-las ao longo da faixa de pedestres enquanto o sinal permanecia fechado e não retirá-las após sua abertura promoveu um desarranjo do movimento previsto. Um motociclista, ao perceber o iminente sinal verde, tentou coordenar os carros para que buscassem

⁹⁸ Intervenção realizada em janeiro de 2013, concebida e executada por Milene Valentir Ugliara, Carminda Mendes André e Marose Leila e Silva. Registro de Diga Rios e Daniela Hernandez. Video da intervenção disponível em <https://youtu.be/0pwXGGR1rao>

o canto da rua, em sua tentativa de manter as flores intactas. Conversa com os motoristas da primeira fileira, desvia dos vasos diante de sua motocicleta e comemora o fato de que no primeiro momento, os carros haviam desviado dos presentes. A comemoração dura pouco. Acompanhado por estridentes buzinas reclamantes da lentidão dos carros à frente, um veículo da segunda fileira rompe a linha de flores, atropelando quatro vasos. Como um buraco aberto na linha do jogo, outros carros procuram passar por ali, até que o vermelho ditou a nova ordem. Até então, nenhum motorista havia descido de seu carro, seja para pegar a flor ou retirá-la da via. Uma confusão se estabeleceu na esquina: carros tortos, vasos espalhados, transeuntes tentando entender o ocorrido. Alguns pedestres resolvem intervir e aproveitam o sinal fechado para pegar alguns vasos. Alguns os levam como presentes, outros apenas os retiram da via e o colocam no meio fio. Uma motorista abre seu carro, e colabora com a tarefa de retirar as flores da rua. Olhares assustados. Será um assalto? Uma armadilha? O frentista de um posto atravessa a rua e passa a cuidar das plantas, arrumando-as, zelando em seus arranjos. Olha para todas as que sobreviveram à abertura do semáforo. Após minutos de observação e carinho, escolhe dois vasos e leva para o posto. Dois meninos que trabalhavam na esquina com seus malabares também ajudam na retirada das flores. Um deles, inquieto com o que acabara de assistir, questiona se ele seria atropelado se não saísse da via a cada sinal verde. Eis o desafio de exercitar o direito de ir e vir em São Paulo, a cidade concebida aos veículos automotivos.



Intervenção Bartira . Av. Sumaré, São Paulo, SP, 2013



Intervenção Bartira. Av. Sumaré, São Paulo, SP, 2013

Experimentamos dias velozes nesse início de século, em especial nas grandes metrópoles. A percepção de aceleração, promovida pelo desenvolvimento científico e tecnológico em busca da otimização da produtividade, apresenta um cenário de ansiedade crônica visando crescimento econômico que se insere em todos os segmentos sociais, desde os passos acelerados de um transeunte, até as vultosas transferências financeiras internacionais fruto de algum negócio firmado entre empresas transnacionais. Trata-se da superação das barreiras espaciais, objetivo dos gestores do capital, que em busca de eficiência produtiva e de circulação, pressionaram a dimensão temporal na exploração do trabalho e na distribuição dos produtos. No século XIX, ao analisar a importância dos fluxos no modo de produção capitalista, Marx ressaltava que

A criação das condições físicas da troca - meios de comunicação e transporte - devém uma necessidade para o capital em uma dimensão totalmente diferente - a anulação do espaço pelo tempo. (MARX, 2011:432)

Em sua angústia sistêmica por expansão, o Capital busca a transposição de quaisquer fronteiras que signifiquem obstáculo à sua reprodução, vital para a manutenção do modo de produção capitalista, como exposto pela análise marxista. Entretanto, apesar dos esforços que, em diversas circunstâncias históricas, levam o projeto civilizatório da modernidade ao cenário de guerra de todos contra todos -

desde as guerras de caráter imperialista até a acentuada competitividade cotidiana no campo da empregabilidade, por exemplo - o modo de produção capitalista não foi capaz de solucionar - apenas gerenciar e tentar controlar - a tendência da queda da taxa de lucros⁹⁹ diagnosticada por Marx, na medida em que cada esforço expansionista significa concomitantemente um cenário mais estreito e difícil ao próximo movimento acumulativo. Em outras palavras, o capitalismo precisa de constante crescimento econômico, caso contrário, a reprodução do capital não se efetiva. Entretanto, os recursos naturais, o mercado e o planeta são finitos e, de tempos em tempos, o cenário econômico enfrenta saturação o que dificulta o investimento do capital na própria reprodução, daí as crises recorrentes e que se intensificaram nas últimas décadas e a tentativa de —expandir o mundo”, seja na virtualidade das redes digitais ou na promoção subjetiva de padrões de vida que amplifiquem os desejos de consumo. Tal solução é uma bomba-relógio, pois as redes vitais do planeta continuam finitas. Se as crises de reprodução do capital são crônicas, a agonia de sua expansão também é. Entender o modo de produção capitalista é compreender de que maneira sua dinâmica atravessa os corpos, as mentes e a história, bem como a percepção de temporalidade contemporânea.

⁹⁹Segundo Marx, —A produção capitalista procura constantemente superar essas barreiras que lhe são imanentes, mas só as supera por meios que lhe antepõem novamente essas barreiras e em escala mais poderosa” (MARX, 1894:189).

É vagabundagem? Talvez. Flanar é a distinção de perambular com inteligência. Nada como o inútil para ser artístico. Daí o desocupado flâneur ter sempre na mente dez mil coisas necessárias, imprescindíveis, que podem ficar eternamente adiadas. (RIO, 2008:31)

Ocupe uma via e escute —~~ai~~ trabalhar! Vagabundo!”. Desequilibrar a velocidade de circulação planejada na cidade é transformar o corpo produtivo em corpo indisciplinado, desejante de outra forma de percepção temporal, em exercícios de retomada da experiência do tempo. Daí a recorrência de reações agressivas a quaisquer manifestações dissonantes do uso eficiente das vias, ou seja, adequadas à relação tempo x espaço percorrido.

Interromper o ritmo, o fluxo e obstruir a velocidade cotidiana significa interferir na imposição de uma temporalidade hegemônica, apresentada como característica inerente às grandes metrópoles, uma vez que são cidades concebidas sob a égide da ética produtivista do capital. São Paulo, atravessada pela ideologia do progresso e forjada pelo culto aos bandeirantes¹⁰⁰, caracteriza-se como uma

¹⁰⁰ Desenvolvido no período entre a proclamação da república e a Revolução Constitucionalista de 32 – reforçada durante os festejos do quarto centenário de fundação da cidade de São Paulo –, a mitologia bandeirante e o “espírito bandeirante paulista” representam uma elaboração ideológica de uma suposta identidade paulistana, atrelando o desbravar do sertão bandeirante como o responsável pelo desenvolvimento econômico de São Paulo e sua hipotética condição de “locomotiva do Brasil”, o

referência no tocante à aceleração, sobretudo na perspectiva de que a cidade seria uma vanguarda na superação de um suposto atraso no desenvolvimento econômico brasileiro. O elogio ao trabalho, indiferente às suas condições, sejam análogas à escravidão ou em situação de insalubridade, tornou-se uma tônica identitária propagada e difundida aos praticantes da cidade, em especial aos migrantes e imigrantes que em condição de maior vulnerabilidade desembarcam em São Paulo em busca de melhores condições de vida. Em Sinfonia Paulistana, o arquiteto e músico Billy Blanco destacou a aceleração da vida na metrópole:

Começou um novo dia, já volta; Quem ia, o tempo é de chegar; Do metrô chego primeiro, se tempo é dinheiro; Melhor, vou faturar; Sempre ligeiro na rua, como quem sabe o que quer; Vai o paulista na sua, para o que der e vier; A cidade não desperta, apenas acerta a sua posição; Porque tudo se repete, são sete; E às sete explode em multidão; Portas de aço levantam, todos parecem correr; Não correm de, correm para; Para São Paulo crescer; Vão bora, vão bora, olha a hora; Vão bora, vão bora, vão bora, vão bora; Olha a hora, vão bora, vão bora, vão bora¹⁰¹

lugar do trabalho e da produtividade. Segundo Souza(2007), –A mitologia bandeirante define o paulista, portanto, como o agente de construção da nacionalidade, e o bandeirante como o seu protótipo histórico” (SOUZA, 2007: 155). Em seu artigo, Souza destaca a obra –Martin Cererê: o Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis” do poeta Cassiano Ricardo, em louvação ao bandeirante Raposo Tavares: –Saíam todos da frente; Que eu quero passar! Não perguntem quem sou; Que não posso parar” (SOUZA, 2007: 157).

¹⁰¹ A –Sinfonia Paulistana” de Billy Blanco, lançada em 1974, durante a ditadura civil-militar, representa uma obra musical celebrativa no tocante à ideologia do progresso e do trabalho. Ficou extremamente conhecida desde seu lançamento, pois foi veiculada diariamente pela rádio Jovem Pan AM, logo nas primeiras horas da manhã. Disponível em <http://letras.mus.br/billy-blanco/376623/> (acesso em 10 de março de 2015)

A urgência no trabalho, relações e movimentos, —como quem sabe o que quer”, apesar da cidade não despertar, —~~apenas~~ ^{apenas} acerta a sua posição”, como um autômato, alienado de tempo, motivações e justificativas próprias, que caso pare e exercite a dúvida dos motivos de seus passos, é logo interrompido pelo —~~vão bora~~, vão bora” e pelo —~~já~~ ^{já} volta quem ia”, retratando que a permanência em alguma localidade não é exercício usual na cidade do trabalho alienado.

Ao analisar a tendência defendida por Marx em busca de atualizar suas análises acerca da dinâmica do capital, Harvey (2011:41) apresenta o capital como um —~~processo~~ ^{processo} em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro”, ou seja, a sua mobilidade e velocidade de circulação é pressuposto para a sua reprodução, tornando necessária a desobstrução de seus fluxos, mantendo-o em constante movimento e aceleração. Segundo Harvey, existem seis barreiras potenciais ao acúmulo do capital:

i) capital inicial sob a forma de dinheiro insuficiente; ii) escassez de oferta de trabalho ou dificuldades políticas com esta; iii) meios de produção inadequados, incluindo os chamados “limites naturais”; iv) tecnologias e formas organizacionais inadequadas; v) resistências ou ineficiências no processo de trabalho; e vi) falta de demanda fundamentada em dinheiro para pagar no mercado. (HARVEY, 2011:46)

Diante de tais obstáculos, a história do capitalismo registra uma série de medidas em busca de superação, como saques, furtos, fraudes e roubos no processo de acumulação original ao longo dos períodos coloniais, aparelhamento do estado com forças militares capazes de controlar e reprimir os problemas políticos promovidos pelos trabalhadores, sistema de crédito em busca de garantir dinheiro disponível para o consumo, investimentos em tecnologias que visam a superação de obstáculos naturais e otimização do sistema produtivo, associação de capitais, desregulamentação trabalhista, redes geográficas e internacionalização das economias, dentre outras.

Entretanto, a cada medida expansiva e de retirada de barreiras, aproxima-se mais de um contexto de saturação, dificultando a gestão do sistema:

Na ausência de quaisquer limites ou barreiras, a necessidade de reinvestir a fim de continuar a ser um capitalista impulsiona o capitalismo a se expandir a uma taxa composta. Isso cria então uma necessidade permanente de encontrar novos campos de atividade para absorver o capital reinvestido: daí ~~o~~ problema da absorção de capital". (HARVEY, 2011:45)

Em suma, a cada fronteira aberta pelo capital, as possibilidades de novas veredas de acumulação diminuem, aprofundando suas contradições no tocante à reprodução e sobrevivência do sistema, circunstância responsável pelo histórico de crises econômicas produzidas pelo capitalismo. Trata-se de um contexto de superacumulação de capital, uma vez que o crescimento econômico trava e as possibilidades de investimento ficam escassas, atingindo as taxas de lucro. Contudo,

a pressão sobre a relação espaço-tempo tende a aumentar, assim como a nossa percepção de que os dias estão cada vez mais velozes e de que uma espécie de sequestro de tempo vital se intensifica.

O tempo de cada corpo em fricção com o tempo produtivo. Em 2009, o Mapa Xilográfico articulou o grupo de estudos de intervenção urbana Interurbana, tendo como ponto de encontro as dependências do Sesc Pompéia, na cidade de São Paulo. Os fluxos acelerados da cidade foram objeto de reflexões e de poetizações, com a proposta de Biodança¹⁰² nas estações Anhangabaú e Barra Funda do metrô de São Paulo. A biodança como exercício de afetividade e de busca da própria temporalidade orgânica de cada dançante, no contra fluxo dos corpos no ir e vir cotidiano da cidade em produção. Nesse caso, a lentidão era uma busca, a percepção dos pequenos movimentos corporais.

Colocar-me em exercício de caminhar lentamente, desacostumar-me dos passos acelerados. Outra respiração era necessária em uma tentativa de encontrar um ritmo autônomo, exigindo uma disposição corporal diversa e ativando um contato mais sutil com o solo. A sonoridade do movimento de ir e vir tinha uma mesma frequência, intercalados por tentativas de contato de pessoas interessadas em

¹⁰² A proposta foi apresentada por Roseli Cunha, integrante do Interurbana. Realizada por Roseli Cunha, Diogo Rios, Tabata Costa, Milene Valentir, Marcus Flávio de Andrade e Thiago Roque

alguma forma de comunicação, como vozes velozes. Algumas pessoas diminuem seus ritmos e tentam se integrar ao exercício. Um homem intervém, convidado pelos corpos lentos, passa a fazer movimentos aleatórios e vagarosos.

Como um campo energético em meio a fluxo, senti uma espécie de empurrão do fluxo, exigindo uma tenacidade corporal, mesmo sem ser tocado por ninguém. Inquietações, xingamentos, reclamações pela obstrução do ritmo hegemônico. Uma voz de saída: —seráque fazem isso por que estamos correndo demais?”.



Intervenção Biodança – Metrô Barra Funda, São Paulo, 2009



Intervenção Biodança – Metrô Anhangabaú São Paulo, 2009.

A resignificação da cidade produz formas de interferência de sua máquina produtiva, uma vez que os conceitos urbanos modernos e neoliberais são influenciados pela maximização do fluxo de capitais, serviços, produtos e mão de obra, ou seja, de caráter produtivista, fato interrompido pela disposição de poetizar a cidade, desorganizando uma ética de trânsito para a geração de riqueza, fruto da compressão espaço-tempo promovida pelo modo de produção capitalista. Neste sentido, a temporalidade e a espacialidade são modificadas com as ações de intervenção urbana, através de um —corpo vibrátil”¹⁰³ e que constrói outras possibilidades de agenciamento. Segundo Rolnik,

o corpo vibrátil é aquele ponto de interrogação em nós que está sempre levando a uma recriação desse espaço, ele é irreduzível ao nosso contorno atual, é a presença do mundo no nosso corpo que nos leva a ser mundo e a criar mundo. (ROLNIK, 2010)

O corpo vibrátil, como prática biopotente que, simultaneamente, entende o próprio corpo-espaço, o próprio ritmo-tempo.

¹⁰³ Entrevista de Suely Rolnik disponível em <<http://www.corpocidade.dan.ufba.br/redobra/r8/trocas-8/entrevista-suely-rolnik/>>. (acesso em outubro de 2014).

Além de comprimir a percepção temporal cotidiana, a epopeia da acumulação capitalista, comprometida pela contradição que se intensifica a cada esforço lucrativo, interfere diretamente na dimensão da durabilidade, ou seja, a percepção de permanência ou existência de algo, fomentando o conceito de efemeridade, seja na facilidade com que se propõe a destruição das coisas (cidades inteiras inclusive) ou em sua simples descartabilidade pró-manutenção dos índices de produção de um eterno novo. Por exemplo: a promoção de instabilidades geopolíticas capazes de produzir conflitos que signifiquem destruição para a posterior reconstrução, aquecendo segmentos importantes da economia transnacionais¹⁰⁴; a crença na produção científica do descartável, como a invenção de sementes agrícolas suicidas que não reproduzem, obrigando produtores rurais a comprarem novas sementes a cada safra¹⁰⁵; e a obsolescência programada que gradativamente aprofunda seus cálculos para que os produtos apresentem defeito em um determinado período planejado, amplificando a relação entre consumo e

¹⁰⁴ As instabilidades geopolíticas promovidas por potências ocidentais no Oriente Médio, privilegiando desfechos bélicos aos diplomáticos, como, por exemplo, a invasão do Iraque em 2003, sob justificativa de destruição de um suposto arsenal de armas biológicas e químicas de posse do Estado iraquiano, que, segundo a mediação da ONU, não existia, fato comprovado após o término do conflito. Resultado: indústria bélica fomentada, indústria da construção civil dos EUA aquecida (reconstrução das principais cidades iraquianas após meses de bombardeios) e a crise de expansão do capital adiada.

¹⁰⁵ Sementes Terminator, também conhecidas como “suicidas”, pois retiram a autonomia do agricultor sobre manejo das sementes, pois são estéreis, ou seja, para cada safra, será obrigado a comprar novas sementes das empresas transnacionais do setor. Vale destacar que tais sementes são patenteadas e são uma ameaça de erradicação das sementes tradicionais.

acumulo do capital. Segundo Baudrillard,

O que hoje se produz não se fabrica em função do respectivo valor de uso ou da possível duração, mas antes em função de sua morte, cuja aceleração só é igualada pela inflação dos preços. (...) Sabe-se ainda que a ordem da produção não sobrevive a não ser ao preço de semelhante extermínio, de perpétuo “suicídio” calculado do parque dos objetos, e que tal operação se baseia na “sabotagem” tecnológica ou no desuso organizado sob o signo da moda. A publicidade realiza o prodígio de um orçamento considerável gasto com um único fim, não de acrescentar, mas de tirar o valor de uso dos objetos, de diminuir o seu valor/tempo, sujeitando-se ao valor/moda e à renovação acelerada. (...) Este tipo de prodigalidade (...) constitui a solução desesperada, mas vital, de um sistema econômico-político em perigo de naufrágio. (BAUDRILLARD, 2003:42)

A própria crise sistêmica do capitalismo, efetiva ou produzida, apresenta-se como tentativa de manutenção do acumulo desejado, como aponta Naomi Klein ao elaborar a concepção do —capitalismo de desastre”, como —ataques orquestrados à esfera pública, ocorridos no auge de acontecimentos catastróficos, e combinados ao fato de que os desastres são tratados como estimulantes oportunidades de mercado”, ou seja, oportunidades de ajustes para a superação das crises sistêmicas do capital¹⁰⁶. Klein (2008, p.16) destaca o ensaio —Capitalismo e Liberdade” de Milton Friedman, um dos expoentes do pensamento neoliberal, que argumenta:

Somente uma crise — real ou percebida — produz verdadeira mudança.

¹⁰⁶ Dentre outros exemplos de “oportunidades de mercado”, Klein(2008) destaca o processo de expulsão de comunidades de pescadores de suas terras na Indonésia após o Tsunami que devastou o país em 2004. A alegação de que não poderiam retornar por tratar-se de área insegura legitimou a deportação de comunidades inteiras, para imediatamente serem instalados em seus territórios resorts filiados a redes internacionais de turismo.

Quando essa crise ocorrer, as ações a serem tomadas dependem das ideias que estiverem circulando naquele momento. Essa, creio, é nossa função básica: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantendo-as vivas e disponíveis até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável.

Neste caso, em uma espécie de disfarce de um problema crônico de expansão, os gestores buscam absorver eventuais crises, sejam econômicas, políticas, humanitárias, climáticas, enfim, situações de desequilíbrio social, transformando-as em momentos de oportunidade para os ajustes necessários ao acúmulo do capital. Ao utilizar a distinção —real ou percebida”, Friedman apresenta a possibilidade de que —crises” sejam produzidas politicamente e midiaticamente em busca de tornar as escolhas e as medidas necessárias à reprodução do capital como politicamente inevitáveis. Além disto, a percepção de crise apresenta-se como importante nas práticas de ajustes, ou seja, no sentimento de urgência como facilitador dos mecanismos de agenciamento sensorial na construção de contextos políticos controlados e manobráveis, isto é, a crise promove a urgência tão bem-vinda à velocidade da reprodução do capital.

Escavar São Paulo é encontrar relações em determinados instantes que nos conectem a outro tempo, como um passado atualizado perpetuamente no momento da religação. Nessa busca, integrar-se às ruínas da primeira fábrica de cimento da

cidade é ativar memórias corpóreas, geracionais e conceituais do que nos tornamos. A Fábrica de cimento Portland Perus, fundada em 1926, foi a única fornecedora de cimento na Grande São Paulo até o final da década de 1950. Deambular por sua enorme planta produtiva, concebida para a eficiência e velocidade produtiva, depósitos subterrâneos, fornos, máquinas, estoque de pedras, locomotivas e vagões ferroviários em composição com árvores que tomaram seu espaço, urubus pousados em suas chaminés e telhados ainda arredondados pelo acúmulo de poeira que a fábrica lançava na atmosfera e aos pulmões da população de Perus.

Como se pisássemos em uma síntese do que fomos, somos e do que poderemos ser, estávamos diante de um amontoado de poeira cobrindo estruturas planejadas, com pedaços do reboco pendurados, equilibrando-se na enferrujada construção gravada pelo tempo. Como relacionar-se a este lugar? Como reinventá-lo, poetizá-lo? A matéria prima da verticalização saiu dali. Era um retorno, um encontro político, ético e poético.

Nascidos de suas construções, buscamos outra referência civilizatória como experiência de corpo e de lugar ao retornarmos à fábrica para meditar e entoar um mantra hindu, —~~Asa~~ *Asatoma Sadgamaya*”¹⁰⁷, vestidos de branco, munidos de capacetes e botas de operários. Lentamente, dispersamo-nos pela fábrica, em busca de

¹⁰⁷ Mantra hindu em sânscrito: —*Asato mā sadgamaya; Tamaso mā jyotirgamaya; Mṛtyormā amṛtam gamaya*”. Tradução: —Leve-me (dando-me o Conhecimento) da não verdade para a Verdade; da escuridão (da ignorância) - para a Luz (do Conhecimento); da mortalidade (sentido de limitação) para a Imortalidade (liberação da ignorância sobre mim mesmo)”. Disponível em http://www.linguagem-sanscrita.pro.br/texto_asatoma.shtml (Acesso em 05.04.2015).

contato sonoro dos cânticos, uns com os outros, afirmando outra possibilidade temporal, espacial e civilizatória. Aos poucos, os fornos se transformaram em caixas de ressonância, amplificando sons de uma escaleta e de batuques improvisados. Uma parte do reboco se solta, espatifa-se no chão contribuindo com mais poeira. Uns dançam, observados por urubus. Uma vagarosa mandala de sementes é formada para logo ser destruída. Certa vitalidade percorre o espaço. Em um lugar que antes nos expulsava, agora não desejávamos mais partir. Horas de intervenção condensada na percepção de instantes. Lentidão. Outro tempo acessado e muitas possibilidades urbanas em uma das sementes de São Paulo.





Intervenção Fábrica. Coletivo Mapa Xilográfico. Mantra. Perus, 2011.



Intervenção Fábrica. Mapa Xilográfico. Sonoridades Perus, 2011.



Intervenção Fábrica. Coletivo Mapa Xilográfico. Dança. Perus, 2011.

O mundo de hoje parece existir sob o signo da velocidade. O triunfo da técnica, a onipresença da competitividade, o deslumbramento da instantaneidade na transmissão e recepção de palavras, sons e imagens e a própria esperança de atingir outros mundos contribuem, juntos, para que a ideia de velocidade esteja presente em todos os espíritos e a sua utilização constitua uma espécie de tentação permanente. Ser atual ou eficaz, dentro dos parâmetros reinantes, conduz a considerar a velocidade como uma necessidade e a pressa como uma virtude. (SANTOS, 2001:01)

A percepção de outra relação temporal, liberada dos passos apressados, mesmo que durante alguns minutos, mas que conectam com outro tempo, na medida em que relações não produtivas e mercantis são propostas, um tempo de troca e de afetos para além do ir e vir da cidade espetacular. A cidade impõe uma temporalidade acelerada, dividida em tempo de trabalho e —tempo-livre”, este relacionado ao descanso, divertimento e mobilidade. Trata-se do —tempo pseudocíclico” apresentado por Debord(2012), —em que o vivido quotidiano continua privado de decisão e submetido, já não a ordem natural, mas à pseudonatureza desenvolvida no trabalho alienado”. A pressão pelo usufruto do —tempo livre” compõe uma percepção temporal ansiosa em aproveitar a vida para além do mundo do trabalho, fato também explorado no oferecimento de serviços e na naturalização de uma vida —fast-food”, fundada na praticidade e na ocupação consumista dos lugares. Em outras palavras, o —tempo livre”, antes deslocado das horas de geração de

riqueza e multiplicação do capital, passa a ser objeto de lucratividade na urbanidade neoliberal. A própria temporalidade acelerada gerando oportunidades de aumento de lucratividade, constituindo uma forma de tempo e sociabilidade espetacular:

O tempo pseudocíclico é um tempo que foi transformado pela indústria. (...) Em seu setor mais avançado, o capitalismo concentrado orienta-se para a venda de blocos de tempo ~~todos~~ "equipados", cada um constituindo uma única mercadoria unificada, que integrou certo número de mercadorias diversas. Por isso, na economia da expansão dos ~~serviços~~ e dos lazeres pode aparecer a expressão ~~pagamento com tudo incluído~~ para o habitat espetacular, os pseudo deslocamentos coletivos das férias, as assinaturas do consumo cultural e a venda da própria sociabilidade sob a forma de ~~conversas animadas~~ e de ~~encontros com personalidades~~ (...) é o tempo espetacular, tanto como tempo do consumo das imagens, em sentido restrito, como imagem do consumo do tempo, em toda a sua extensão. O tempo do consumo das imagens, meio de ligação de todas as mercadorias, é o campo inseparável em que se exercem plenamente os instrumentos do espetáculo, e o objetivo que estes apresentam globalmente, como lugar e como figura central de todos os consumos particulares: sabe-se que os ganhos de tempo constantemente procurados pela sociedade moderna – seja nos transportes rápidos, seja no uso da sopa em pó – traduzem-se de modo positivo para a população (...) no fato de ela poder assistir à televisão, em média, de três a seis horas por dia. (DEBORD, 2012:105).

Diante da alienação temporal e a percepção de aceleração, constitui-se um contexto de instantaneidade, uma forma de agenciamento para um suposto ~~“iver~~ aqui e agora” extremamente útil para os agenciamentos de consumo e para uma prática urbana de ocupação do espaço pautada no ~~“fi e vir”~~ casa-trabalho e nas formas de divertimento e de gozo pasteurizado e planejado oferecidas pela indústria do entretenimento. Maria Rita Kehl(2009), ao analisar a relação entre as depressões

e a aceleração contemporânea destaca:

Na sociedade de consumo, gozar é a forma mais eficaz de trabalhar para o Outro. A dimensão subjetiva dos prazeres, das pulsões, dos afetos, transformou-se em força de trabalho na sociedade regida pela indústria da imagem. O que esse trabalho produz? Nada mais nada menos que os sujeitos de que o atual estágio do capitalismo necessita: sujeitos esvaziados do que lhes é mais próprio, mais íntimo, portanto disponíveis para responder aos objetos e imagens que os convocam; sujeitos ligados ao puro “aqui e agora” de um presente veloz, incapazes de imaginar um devir que não seja apenas a reprodução da temporalidade encurtada característica do capitalismo contemporâneo. (KEHL, 2009, p. 96).

A temporalidade encurtada atua diretamente na percepção de passado e futuro, uma vez que fortalece o instante, em regime de urgência, de fruição rápida e consumista dos prazeres da sociedade de consumo. A sensação de imediatismo também é alimentada pela aceleração e intensificação dos agenciamentos audiovisuais e comunicacionais, seja através da internet e suas redes de comunicação cada vez mais integradas em portáteis aparelhos anexados aos corpos, ou pela exploração publicitária que se intensifica no conceito de cidade espetacular. A instantaneidade promove o que Jean Baudrillard chamou de “tempo perfeito” uma vez que

com a ubiquidade e a disponibilidade instantânea da totalidade da informação, o tempo atinge seu ponto de perfeição, que também é o seu ponto de desaparecimento. Porque, naturalmente, um tempo perfeito não tem memória nem futuro. (BAUDRILLARD, 2001:72)

A aceleração urbana atenta contra a memória, facilitando a ação de difusão de memórias corporativamente planejadas. O esvaziamento do futuro alimenta as concepções neoliberais de que a atual fase do capitalismo significaria o fim da história” ¹⁰⁸, apostando em argumentos de inevitabilidade e de resignação diante do processo histórico atual.

A interrupção da máquina produtiva e de agenciamento que a cidade espetacular elabora, através de descontinuidades e acontecimentos artísticos de intervenção urbana, é uma forma de estabelecer contato com uma temporalidade vivenciada autonomamente entre os participantes e transeuntes.

Diante do problema de absorção de capital, as iniciativas em busca de gerenciá-lo e manobra-lo para a resolução de suas contradições envolve, necessariamente, mudanças naquilo que Harvey denominou de —~~es~~feras de atividade”.

(...) tecnologias e formas de organização; relações sociais; arranjos institucionais e administrativos; processos de produção e de trabalho;

¹⁰⁸ Ideia defendida pelo historiador Francis Fukuyama, ao analisar o mundo pós guerra-fria e somar esforços em uma suposta vitória total dos modelos liberais diante das experiências de matrizes socialistas, após a derrocada da URSS.

relações com a natureza; reprodução da vida cotidiana e da espécie; e concepções mentais do mundo”. (HARVEY, 2011:104)

Tais esferas não se relacionam em graus de dominação, mas em interação dinâmica, sem que nenhuma determine a outra com suas transformações, ao mesmo tempo em que se ajustam de acordo com as novas configurações de cada uma das esferas: —~~to~~ os os complexos fluxos de influência que se movem entre as esferas estão em perpétua reformulação” (Harvey, 2011:104). A cada reconfiguração, o capital busca a retirada de seus obstáculos, uma vez que —~~na~~ pode circular ou acumular-se sem tocar em cada uma e em todas essas esferas de atividade de alguma forma”.

Como Harvey enfatiza, as esferas não possuem relações causais, mas dialéticas, não se caracterizando como totalidade mecânica, mas como —~~ta~~ totalidade socioecológica”, promovendo uma aproximação entre as premissas do pensamento marxista e as concepções rizomáticas¹⁰⁹ de Deleuze:

(...) é mais como um sistema ecológico feito de muitas espécies e formas de atividades diferentes (...) o filósofo Gilles Deleuze, chama de “assemblage” de elementos em relação dinâmica uns com os outros. Nessa totalidade ecológica, as inter-relações são fluidas e abertas, mesmo quando estão inextricavelmente interligadas umas as outras. (HARVEY, 2011:104)

A cada ajuste em uma das esferas, as reverberações são sentidas em todas

¹⁰⁹ Rizoma na perspectiva de devir, —não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda” (DELEUZE; GUATTARI, 2010: 32)

as outras, constituindo um sistema em interação que atravessa o dia a dia das pessoas em maior ou menor escala, o que em determinadas circunstâncias pode acarretar o desmonte de um senso comum produzido e inaugurar processos de transformações sociais, colocando em risco o capital, bem como a sua reprodução, cenário que os gestores do sistema buscam evitar a todo o custo. Por exemplo, a crise imobiliária de 2008 nos EUA, que despejou milhares de cidadãos estadunidenses, pois haviam sido incentivados a hipotecarem suas residências para aumentar seu poder de consumo de bens não duráveis no mercado. Em que medida tal evento não promoverá transformações nas —concepções mentais do mundo” dos atingidos? Como controlar a sociedade em um sistema socioeconômico que fomenta injustiças sociais para a própria manutenção? Como impedir processos revolucionários diante do aumento da concentração de renda característico do sistema? Como transformar insatisfação e desejos de transformação em prática consumista? Para tanto, no processo de desenvolvimento do capitalismo, outras formas de controle econômico e social foram elaboradas, de natureza biopolítica e de agenciamento das subjetividades.

A ansiedade de expansão do sistema se espalha pelos corpos e mentes enredados em um cotidiano que espreme o tempo de maturação das experiências vividas, dificultando o exercício da crítica e do vivenciado como apropriação de

conhecimento autônomo dos sujeitos, estabelecendo uma relação entre subjetividade e temporalidade angustiante no tocante ao sentido de vida que, esvaziado, passa a ser preenchido pelas bugigangas da sociedade de consumo. Kehl(2009) lembra que

é razoável supor uma relação entre o aumento dos casos de depressão e a urgência que a vida social imprime à experiência subjetiva do tempo. A temporalidade tecida de uma sequência de instantes que comandam sucessivos impulsos à ação, não sustentados pelo saber que advém de uma prévia experiência de duração, é uma temporalidade vazia, na qual nada se cria e da qual não se conserva nenhuma lembrança significativa capaz de conferir valor ao vivido. (KEHL, 2009:116)

Em outras palavras, a aceleração contemporânea tem produzido rentáveis desequilíbrios psíquicos, ao fomentar sujeitos esvaziados e mais suscetíveis aos agenciamentos publicitários, além de garantir alta lucratividade à indústria farmacêutica.

Uma disposição fértil no tocante a busca de uma relação singular com o urbano, diante da velocidade da cidade, são os procedimentos de deriva, sair a esmo, aberto aos acontecimentos, encontros e caminhos que agenciamentos imprevisíveis podem apresentar, desmontando a prática da rua como espaço entre dois ou mais pontos, afirmando-a como lugar do imprevisto, da permanência, dos

convites, da diversidade, enfim, de experiência.

O conceito de deriva está indissoluvelmente ligado ao reconhecimento de efeitos de natureza psicogeográfica e à afirmação de um comportamento lúdico-construtivo, o que o torna absolutamente oposto às tradicionais noções de viagem e de passeio. Uma ou várias pessoas que se dediquem à deriva estão rejeitando, por um período mais ou menos longo, os motivos de se deslocar e agir que costumam ter com os amigos, no trabalho e no lazer, para entregar-se às solicitações do terreno e das pessoas que nele venham a encontrar (DEBORD, 1958. In: JACQUES, 2012:180).

O exercício situacionista¹¹⁰ de sair às ruas sem destino, aberto aos encontros, cria uma disposição corporal fora do fluxo cotidiano, além de permitir ao derivante experimentar um olhar estrangeiro¹¹¹ no próprio lugar que habita.

No tocante à relação espaço-tempo, a deriva fomenta outro ritmo em relação ao espaço urbano, uma lentidão prévia que comunica a disposição do encontro e do imprevisível. O corpo lento está fora da máquina produtiva e consegue afetar e ser afetado pelo turbilhão de forças que deseja a velocidade. A lentidão como corpo indisciplinado e atento aos afetos gerados e recebidos. Milton Santos destaca a biopotência do caminhar lento:

Agora, estamos descobrindo que, nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos. Na grande cidade, hoje, o que se dá é tudo ao contrário. A força é dos "lentos" e não dos que detêm a

¹¹⁰ Situacionista - Grupo europeu de intervenção urbana, crítica social, cultural e política, iniciado em 1957 com a fundação da internacional situacionista.

¹¹¹ Ver mais sobre procedimentos de deriva na Introdução.

velocidade [...]. Quem, na cidade, tem mobilidade - e pode percorrê-la e esquadrinhá-la - acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente pré-fabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exatamente, do convívio com essas imagens. Os homens “lentos”, para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo fabulações. (SANTOS, 2006, p.220)

A lentidão como exercício da singularidade na cidade, para além das miragens do espetáculo cotidiano.

Experimentar e convidar à experiência de disritmias urbanas é corporificar esteticamente, eticamente e politicamente um exercício de contra fluxo espacial e temporal, capaz de desamortecer a percepção de que existe o tempo de cada um, em existência singular e memorizações livremente selecionadas ao longo da vida.

